

REGENERAR O ESPAÇO VIVENCIADO

Integração de equipamentos públicos e reabilitação da zona piscatória do Barreiro

Catarina Esteves Santos Silva Ramos
(Licenciada)

Projeto Final de Mestrado para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura

Orientação Científica:

Professor Doutor, Pedro Jorge Dias Pimenta Rodrigues

Professora Doutora, Maria da Graça Moreira

Júri:

Presidente: Professor Doutor Paulo Pereira de Almeida

Vogal: Professor Doutor António Miguel Neves da Silva Santos Leite

Documento Definitivo

Lisboa, FA ULisboa, Dezembro, 2018

TÍTULO

REGENERAR O ESPAÇO VIVENCIADO

SUBTÍTULO

INTEGRAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E REABILITAÇÃO DA ZONA
PISCATÓRIA DO BARREIRO

NOME

Catarina Esteves dos Santos e Silva Ramos

ORIENTAÇÃO CIENTÍFICA

Professor Doutor Pedro Jorge Dias Pimenta Rodrigues

Professora Doutora Maria da Graça Moreira

Projeto Final de Mestrado elaborado para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura

Lisboa, Outubro, 2018

RESUMO

O presente projeto final de mestrado intitulado de “Regenerar o Espaço Vivenciado - Integração de Equipamentos Públicos e Reabilitação da Zona Piscatória do Barreiro”, tem como principal objetivo o estudo e análise dos modos de vida daqueles que frequentam a área em questão: sudeste do Barreiro e local da atual terminal fluvial, particularizando os seus hábitos e vivências próprias, não descorando a questão da memória como base para a apropriação do território.

Foram identificadas as problemáticas existentes, e as carências que deverão ser imediatamente assentes, sendo a estratégia de intervenção a mais adequada para o caso de estudo.

Esta análise tornou-se essencial aquando da consequente proposta de intervenção no território, após uma cuidada requalificação urbana do mesmo. Torna-se importante revivificar o local (área piscatória - sudeste do Barreiro), sendo este um local de importante significado para aqueles que atualmente frequentam o espaço, mantendo as dinâmicas que possibilitam as vivências existentes, de modo a promover a reflexão e a partilha social das mesmas.

A área de estudo trata-se de um território ilegal e desordenadamente ocupado, que é utilizado como espaço de apoio à atividade piscatória local (como armazenamento do material de apoio), bem como enquanto um ponto de convívio e de encontro para os que frequentam o lugar, ainda que apenas durante o dia.

Propõe-se a requalificação urbana da área, e a reabilitação das atuais “cabanas dos pescadores”, aliada à proposta equipamentos aliados ao processo de reabilitação, procurando assim a criação de uma estrutura pública e o entendimento de como construí-la.

Torna-se fulcral a memória do lugar, e um dos pontos a ter mais em conta aquando de uma reabilitação do espaço, bem como aquando de uma proposta de intervenção para equipamentos de apoio ao dia-a-dia e às funções pré-existentes.

PALAVRAS-CHAVE:

Barreiro | Requalificação urbana | Reabilitação do Espaço Público | Atividades e Vida Piscatória | Vivências Socialmente Consolidadas | Memória | Comunidade

ABSTRACT

The present work entitled "Regenerating the Living Space - Integration of Public Equipment and Rehabilitation of the Barreiro Fishing Zone", has as primary objective the study and analysis of the livelihoods of the ones who use to attend that area: southeast of Barreiro and site of the fluvial terminal, particularizing their habits and experiences, not ignoring the issue of memory as essential for the appropriation of the territory.

It is crucial to identify the existing problems, and the shortcomings that should be immediately established, and for the intervention strategy is the most appropriate for the study case.

This analysis becomes essential in the following proposal of intervention in the occupied territory, after a careful urban requalification of it. It is necessary to revive the site (fishing area - southwest of Barreiro), which is a place of significance for the current goers of the neighbourhood, maintaining the dynamics that make possible the existing experiences, to promote reflection and social sharing in the space.

The study area is an illegal and disorderly occupied territory, which is used as a space to support the local fishing activity (as storage of the support material), as well as a meeting point for those who attend the area, although only during the day.

The urban requalification of the area is proposed as well as the equipment allied to the rehabilitation process, to create a public structure and the understanding of how to build it.

It becomes central, the memory of the place, and one of the points to take more into account when in the rehabilitation of the space, as well as in a proposal of intervention for equipment of support to the day-to-day and the pre-existing functions.

KEY-WORDS:

Barreiro | Urban Requalification | Public Space Rehabilitation | Fishing Life and Activities | Socially Consolidated Life Styles | Memory | Community

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e irmão.

Pelas referências pessoais, apoio incansável, persistência e determinação desde o princípio até ao fim deste percurso. Pela dedicação e por me terem permitido sonhar e alcançar os meus objetivos.

Aos meus orientadores.

Professor Pedro Rodrigues e Professora Maria Graça Moreira, pelo estímulo e disponibilidade contínua ao longo deste percurso, por todo o conhecimento que adquiri e por todas as palavras sensatas que tanto ajudaram a enriquecer este trabalho.

A todos os meus amigos.

Pelo enorme enriquecimento, amizade, incentivo e apoio. Em especial ao Ruben, pela paciência, pelo apoio contante, insistência e encorajamento de que seria possível se me empenhasse verdadeiramente. À Rita Alves, pela ajuda imparável e sem descanso até ao detalhe 100% correto. À Rita Pereira, pela amizade contínua, conselhos, ajuda e referências desde sempre. Ao André Romão, pela enorme disponibilidade e apoio.

A todos, um muito sincero obrigado.

ÍNDICE GERAL

RESUMO	V
ABSTRACT	VII
AGRADECIMENTOS	IX
ÍNDICE GERAL	XI
ÍNDICE DE FIGURAS	XV
ÍNDICE DE QUADROS	XXIV
I INTRODUÇÃO	1
I.1 Justificação temática: enquadramento e objetivos	5
I.2 Organização e Metodologia	9
II ENQUADRAMENTO TEÓRICO / CONCEPTUAL	
CIDADE DESINDUSTRIALIZADA: RESULTADOS E VÍNCULOS	13
II.1 Introdução	17
II.2 A cidade e o rio	19
II.2.1 Paisagem	23
II.3 Áreas expectantes e barreiras	25
II.4 Memórias – enquanto referência projetual	28
II.5 Espaço Público	31
II.5.1 Reabilitação do Espaço Público	36
II.6 Comunidade	39
II.7 Construção em palafítica madeira	42
II.8 Síntese	45

III CASOS DE REFERÊNCIA	51
III.1 Introdução	53
III.2 Porto Palafítico da Carrasqueira	55
III.3 New Beach Huts - Pedder & Scampton	56
III.4 Little House on the Ferry - GO Logic	57
III.5 Playa Pescadores - Vicca Verde	58
III.6 Frente ribeirinha da Póvoa de Santa Iria	60
III.7 C-Square Plaza - The Marc Boutin Architectural Collaborative	62
III.8 Síntese	65
 IV ANÁLISE DO LOCAL DE INTERVENÇÃO	 67
IV.1 Introdução	69
IV.2 Enquadramento nacional e regional - contexto	71
IV.2.1 Acessibilidade: rodoviária e de transportes públicos	73
IV.2.2 Zona Ribeirinha	75
IV.2.3 Dados climáticos	76
IV.3 Contextualização: caracterização da cidade do Barreiro	78
IV.4 Enquadramento Histórico	81
IV.5 Área de Intervenção	88
IV.5.1 Análise de diagnóstico SWOT	89
IV.6 Zona piscatória do Barreiro: contextualização e análise social	91
IV.6.1 Memória de uma Vida Piscatória	94
IV.6.2 Como intervir num espaço de vivências consolidadas?	97
IV.6.3 Habitar a memória	99
IV.7 Síntese	103

V PROJETO URBANO E ARQUITETÓNICO	107
V.1 O território	109
V.2 Enquadramento geral	114
V.3 Projeto urbano	116
V.3.1 Conceitos	116
V.3.2 Estratégias e objetivos	119
V.4 Projeto de uma estrutura permeável polivalente e de estruturas palafíticas de funções piscatórias	123
V.4.1 Conceitos	125
V.4.2 Objetivos	126
V.4.3 Programa	128
 VI CONSIDERAÇÕES FINAIS	 137
 VII REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 143
	159
 ANEXOS	

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1 - Planta do local de intervenção, zona piscatória – sul do Barreiro

Fonte: Mapas Google

Disponível HTTP: <<https://www.google.pt/maps>> [consultado em 20/09/2018]

Fig. 2 - Planta do local de intervenção, zona piscatória – sudeste do Barreiro

Fonte: Mapas Google

Disponível HTTP: <<https://www.google.pt/maps>> [consultado em 20/09/2018]

Fig. 3 - Zona piscatória a sudeste do Barreiro

Fonte: Fotografia: Catarina Afonso Oliveira

OLIVEIRA, Catarina Afonso. Seminários de apoio ao PFM/Dissertação 2018

Entrega intermédia para a unidade curricular, Lisboa, FA, 2018

Fig. 4 - Praia do Castelejo

Fonte: Fotografia: Duarte Belo. Associação Portuguesa dos Arquitetos paisagistas. 2012.

Fig. 5 - Paisagem Natural Rio Zêzere - Parque Natural da Serra da Estrela

Fonte: Fotografia: Paulo Benjamim. 2014

Disponível HTTP: <<http://www.paulobenjamim.com>>

[consultado em 30/09/2018]

Fig. 6 - Parque natural do rio Douro

Fonte: (Fotografia: Gustavo Mota. 2007)

Disponível HTTP: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Douro#/media/File:Altodourovinhateiro.JPG>

[consultado em 30/09/2018]

Fig. 7 - Espaço público citadino – palco de episódios de vida urbana

Fonte: Fotografia: Marisa Machado

MACHADO, Marisa. Espaços de uso público como processo de Revitalização da cidade Consolidada - O Museu Olisipo na Colina de Santana. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FA, 2017.

Fig. 8 - Espaço público citadino – palco de episódios de vida urbana

Fonte: Fotografia: Marisa Machado

MACHADO, Marisa. Espaços de uso público como processo de Revitalização da cidade consolidada - O Museu Olisipo na Colina de Santana. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FA, 2017.

Fig. 9 - Espaço público citadino – palco de episódios de vida urbana

Fonte: Fotografia: Marisa Machado

MACHADO, Marisa. Espaços de uso público como processo de Revitalização da cidade consolidada - O Museu Olisipo na Colina de Santana. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FA, 2017.

Fig. 10 - Espaços lineares centrais de circulação pedonal: Córdoba, Espanha

SERDOURA, Francisco. Espaço Público, Vida Pública – o caso do Parque das Nações. Dissertação de Doutoramento. Instituto Superior Técnico – Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa. 2006.

Fig. 11 - Skeffington Report – Espaço Público Participado (1969)

Fonte: SKEFFINGTON, 1969: 48-49.

Fig. 12 - Skeffington Report – Espaço Público Participado (1969)

Fonte: SKEFFINGTON, 1969: 48-49.

Fig. 13 - Comissão de moradores do Porto - encontro geral de residentes no pavilhão desportivo. Abril, 1975

Fonte: ICON magazine: Architecture and design culture

Disponível HTTP: <<https://www.iconeye.com/opinion/review/item/12001-the-saal-processhousing-in-portugal-1974-1976>> (página 29) [consultado em 21/09/2018]

Fig. 14 - Construção palafítica – Sarawak, Malásia oriental

Fonte: Stock Photo © Alamy

Disponível HTTP: <<https://www.alamy.pt/foto-imagem-tradicional-casa-de-palafita-em-sarawak-malasia-oriental-13376408.html>> [consultado em 21/09/2018]

Fig. 15 - Construção palafítica – ilhas da papua ocidental no oceano pacifico, Indonésia

Fonte: Stock Photo © Alamy

Disponível HTTP: <<https://www.alamy.pt/foto-imagem-cabana-tradicional-sobre-palafitas-no-mar-de-kri-eco-resort-raja-ampat-ilhas-da-papua-ocidental-no-oceano-pacifico-indonesia-39978444.html>> [consultado em 21/09/2018]

Fig. 16 - A localização das construções com origem popular e de carácter palafítico em Portugal

Fonte: PEREIRA, Nuno Teotónio. FREITAS, António Pinto. DIAS, Francisco Silva. Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa. Arquitectura Popular em Portugal. Zona 4 – Estremadura. 1961.

Fig. 17 - Mapa tipológico da zona onde se localizam as construções com origem popular e de carácter palafítico em Portugal (com legenda respetiva).

Fonte: PEREIRA, Nuno Teotónio. FREITAS, António Pinto. DIAS, Francisco Silva. Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa. Arquitectura Popular em Portugal. Zona 4 – Estremadura. 1961.

Fig. 18 - Palhota - Quinta do Alqueidão, Porto da Palha, Azambuja.

Fonte: PEREIRA, Nuno Teotónio. FREITAS, António Pinto. DIAS, Francisco Silva. Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa. Arquitectura Popular em Portugal. Zona 4 – Estremadura. 1961.

Fig. 19 - Planta-tipo I: palheiro térreo (Planta de um Palheiro em Buarcos, Figueira da Foz).

Fonte: RIBEIRO, Vanessa Marques. Construções sobre Palafitas: do Inquérito à Arquitectura Regional à Contemporaneidade. Laboratório de Cultura Arquitectónica Contemporânea. Lisboa: FA, 2011.

Fig. 20 - Planta-tipo II: palheiro de dois pisos (Planta de um Palheiro em Palheiros na Tocha, Cantanhede)

Fonte: RIBEIRO, Vanessa Marques. Construções sobre Palafitas: do Inquérito à Arquitectura Regional à Contemporaneidade. Laboratório de Cultura Arquitectónica Contemporânea. Lisboa: FA, 2011.

Fig. 21 - Casos de referência I: Porto Palafítico da Carrasqueira

Fonte: Fotografias do autor (Outubro, 2018).

Fig. 23 - Casos de referência I: Porto Palafítico da Carrasqueira

Fonte: Fotografias do autor (Outubro, 2018).

Fig. 22 - Casos de referência I: Porto Palafítico da Carrasqueira

Fonte: Fotografias do autor (Outubro, 2018).

Fig. 23 - Casos de referência I: Porto Palafítico da Carrasqueira

Fonte: Fotografias do autor (Outubro, 2018).

Fig. 24 - Casos de referência I: Porto Palafítico da Carrasqueira

Fonte: Fotografias do autor (Outubro, 2018).

Fig. 25 - Casos de referência I: Porto Palafítico da Carrasqueira

Fonte: Fotografias do autor (Outubro, 2018).

Fig. 26 - Casos de referência I: Porto Palafítico da Carrasqueira

Fonte: Fotografias do autor (Outubro, 2018).

Fig. 27 - Casos de referência II: New Beach Huts - Pedder & Scampton

Fonte: ArchDaily

Disponível HTTP: <<https://www.archdaily.com/530552/new-beach-huts-pedder-and-scampton/>>
[consultado em 01/05/2018]

Fig. 28 - Casos de referência II: New Beach Huts - Pedder & Scampton

Fonte: ArchDaily

Disponível HTTP: <<https://www.archdaily.com/530552/new-beach-huts-pedder-and-scampton/>>
[consultado em 01/05/2018]

Fig. 29 - Casos de referência II: New Beach Huts - Pedder & Scampton

Fonte: ArchDaily

Disponível HTTP: <<https://www.archdaily.com/530552/new-beach-huts-pedder-and-scampton/>>
[consultado em 01/05/2018]

Fig. 30 - Casos de referência II: New Beach Huts - Pedder & Scampton

Fonte: ArchDaily

Disponível HTTP: <<https://www.archdaily.com/530552/new-beach-huts-pedder-and-scampton/>>
[consultado em 01/05/2018]

Fig. 31 - Casos de referência II: New Beach Huts - Pedder & Scampton

Fonte: ArchDaily

Disponível HTTP: <<https://www.archdaily.com/530552/new-beach-huts-pedder-and-scampton/>>
[consultado em 01/05/2018]

Fig. 32 - Casos de referência II: New Beach Huts - Pedder & Scampton

Fonte: ArchDaily

Disponível HTTP: <<https://www.archdaily.com/530552/new-beach-huts-pedder-and-scampton/>>
[consultado em 01/05/2018]

Fig. 33 - Casos de referência III: Little House on the Ferry - GO Logic

Fonte: ArchDaily Brasil. Trad. Delaqua, Victor.

Disponível HTTP: <<https://www.archdaily.com.br/br/794589/pequena-casa-numa-balsa-go-logic>>
[consultado em 01/05/2018]

Fig. 34 - Casos de referência III: Little House on the Ferry - GO Logic

Fonte: ArchDaily Brasil. Trad. Delaqua, Victor.

Disponível HTTP: <<https://www.archdaily.com.br/br/794589/pequena-casa-numa-balsa-go-logic>>
[consultado em 01/05/2018]

Fig. 35 - Casos de referência III: Little House on the Ferry - GO Logic

Fonte: ArchDaily Brasil. Trad. Delaqua, Victor.

Disponível HTTP: <<https://www.archdaily.com.br/br/794589/pequena-casa-numa-balsa-go-logic>>
[consultado em 01/05/2018]

Fig. 36 - Casos de referência III: Little House on the Ferry - GO Logic

Fonte: ArchDaily Brasil. Trad. Delaqua, Victor.

Disponível HTTP: <<https://www.archdaily.com.br/br/794589/pequena-casa-numa-balsa-go-logic>>
[consultado em 01/05/2018]

Fig. 37 - Casos de referência III: Little House on the Ferry - GO Logic

Fonte: ArchDaily Brasil. Trad. Delaqua, Victor.

Disponível HTTP: <<https://www.archdaily.com.br/br/794589/pequena-casa-numa-balsa-go-logic>>
[consultado em 01/05/2018]

Fig. 38 - Casos de referência IV: Playa de los Pescadores - Vicca Verde

Fonte: Vicca Verde – Diseño y Arquitectura

Disponível HTTP: <http://viccaverde.com/proyectos/concursos/vpe336-concurso-playa-los-pescadores.html_EN> [consultado em 01/05/2018]

Fig. 39 - Casos de referência IV: Playa de los Pescadores - Vicca Verde

Fonte: Vicca Verde – Diseño y Arquitectura

Disponível HTTP: <http://viccaverde.com/proyectos/concursos/vpe336-concurso-playa-los-pescadores.html_EN> [consultado em 01/05/2018]

Fig. 40 - Casos de referência IV: Playa de los Pescadores - Vicca Verde

Fonte: Vicca Verde – Diseño y Arquitectura

Disponível HTTP: <http://viccaverde.com/proyectos/concursos/vpe336-concurso-playa-los-pescadores.html_EN> [consultado em 01/05/2018]

Fig. 41 - Casos de referência IV: Playa de los Pescadores - Vicca Verde

Fonte: Vicca Verde – Diseño y Arquitectura

Disponível HTTP: <http://viccaverde.com/proyectos/concursos/vpe336-concurso-playa-los-pescadores.html_EN> [consultado em 01/05/2018]

Fig. 42 - Casos de referência IV: Playa de los Pescadores - Vicca Verde

Fonte: Vicca Verde – Diseño y Arquitectura

Disponível HTTP: <http://viccaverde.com/proyectos/concursos/vpe336-concurso-playa-los-pescadores.html_EN> [consultado em 01/05/2018]

Fig. 43 - Casos de referência IV: Playa de los Pescadores - Vicca Verde

Fonte: Vicca Verde – Diseño y Arquitectura

Disponível HTTP: <http://viccaverde.com/proyectos/concursos/vpe336-concurso-playa-los-pescadores.html_EN> [consultado em 01/05/2018]

Fig. 44 - Casos de referência IV: Playa de los Pescadores - Vicca Verde

Fonte: Vicca Verde – Diseño y Arquitectura

Disponível HTTP: <http://viccaverde.com/proyectos/concursos/vpe336-concurso-playa-los-pescadores.html_EN> [consultado em 01/05/2018]

Fig. 45 - Casos de referência V: Frente ribeirinha da Póvoa de Santa Iria

Fonte: Mapas Google satélite

Disponível HTTP: <<https://www.google.pt/maps>> [consultado em 29/09/2018]

Fig. 46 - Casos de referência V: Frente ribeirinha da Póvoa de Santa Iria

Fonte: Fotografias do autor (Outubro, 2018).

Fig. 47 - Casos de referência V: Frente ribeirinha da Póvoa de Santa Iria

Fonte: Fotografias do autor (Outubro, 2018).

Fig. 48 - Casos de referência V: Frente ribeirinha da Póvoa de Santa Iria

Fonte: Fotografias do autor (Outubro, 2018).

Fig. 49 - Casos de referência V: Frente ribeirinha da Póvoa de Santa Iria

Fonte: Fotografias do autor (Outubro, 2018).

Fig. 50 - Casos de referência V: Frente ribeirinha da Póvoa de Santa Iria

Fonte: Fotografias do autor (Outubro, 2018).

Fig. 51 - Casos de referência V: Frente ribeirinha da Póvoa de Santa Iria

Fonte: Fotografias do autor (Outubro, 2018).

Fig. 52 - Casos de referência V: Frente ribeirinha da Póvoa de Santa Iria

Fonte: Fotografias do autor (Outubro, 2018).

Fig. 53 - Casos de referência VI: C-Square Plaza - The Marc Boutin Architectural Collaborative

Fonte: ArchDaily Brasil. Trad. Santiago Pedrotti, Gabriel.

Disponível HTTP: <<https://www.archdaily.com.br/br/877206/praca-c-the-marc-boutin-architectural-collaborative>> [consultado em 01/05/2018]

Fig. 54 - Casos de referência VI: C-Square Plaza - The Marc Boutin Architectural Collaborative

Fonte: ArchDaily Brasil. Trad. Santiago Pedrotti, Gabriel.

Disponível HTTP: <<https://www.archdaily.com.br/br/877206/praca-c-the-marc-boutin-architectural-collaborative>> [consultado em 01/05/2018]

Fig. 55 - Casos de referência VI: C-Square Plaza - The Marc Boutin Architectural Collaborative

Fonte: ArchDaily Brasil. Trad. Santiago Pedrotti, Gabriel.

Disponível HTTP: <<https://www.archdaily.com.br/br/877206/praca-c-the-marc-boutin-architectural-collaborative>> [consultado em 01/05/2018]

Fig. 56 - Casos de referência VI: C-Square Plaza - The Marc Boutin Architectural Collaborative

Fonte: ArchDaily Brasil. Trad. Santiago Pedrotti, Gabriel.

Disponível HTTP: <<https://www.archdaily.com.br/br/877206/praca-c-the-marc-boutin-architectural-collaborative>> [consultado em 01/05/2018]

Fig. 57 - Casos de referência VI: C-Square Plaza - The Marc Boutin Architectural Collaborative

Fonte: ArchDaily Brasil. Trad. Santiago Pedrotti, Gabriel.

Disponível HTTP: <<https://www.archdaily.com.br/br/877206/praca-c-the-marc-boutin-architectural-collaborative>> [consultado em 01/05/2018]

Fig. 58 - Casos de referência VI: C-Square Plaza - The Marc Boutin Architectural Collaborative

Fonte: ArchDaily Brasil. Trad. Santiago Pedrotti, Gabriel.

Disponível HTTP: <<https://www.archdaily.com.br/br/877206/praca-c-the-marc-boutin-architectural-collaborative>> [consultado em 01/05/2018]

Fig. 59 - Divisão territorial da região

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011.

Fig. 60 - Mapa do concelho do Barreiro

Fonte: BARREIRO, Câmara Municipal. LOPO, Rui (Proponente, Vereador). Proposta de estratégia de reabilitação urbana para o Barreiro e delimitação da área de reabilitação urbana do concelho do Barreiro. N°23/2014/RL. 1.4.1. Espaço Público, 2014.

Fig. 61 - Mapa do concelho do Barreiro

Fonte: TURISMO DE PORTUGAL, Guia de Viagens Portugal Travel & Hotels Guide, 2018.

Fig. 62 - Freguesias que compõem o concelho do Barreiro

Fonte: GENEALL. Portugal, Lisboa e Estremadura, Setúbal, Barreiro (Concelho de). Lisboa, 2000.

Fig. 63 - Croqui de acesso ao Barreiro

Fonte: BARREIRO, Câmara Municipal. 2015.

Fig. 64 - Limites do concelho do Barreiro atual e do Barreiro antigo

Fonte: Barreiro, Câmara Municipal. Planta de Implantação, área do Barreiro. Delimitação para o concelho do Barreiro. Maio, 2016.

Fig. 65 - Barreiro, mapas topográficos, Portugal, Setúbal, Barreiro

Fonte: ArcGis, Inst. Geogr. Nacional

Disponível HTTP: <<http://pt-pt.topographic-map.com/places/Barreiro-8901941>>
[consultado em 23/09/2018]

Fig. 66 - Atividades e centralidades na cidade do Barreiro, ilustração

Fonte: UM OLHAR SOBRE O BARREIRO N°3, edição Dez, 1985.

Fig. 67 - Extrato da carta dos arredores de Lisboa – 1816

Fonte: Intergovernmental Panel on Climate Change

Fig. 68 - Barreiro 1902

Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico

Fig. 69 - Barreiro 1930

Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico

Fig. 70 - Barreiro 1940

Fonte: Sistema de Certificação Energética dos Edifícios

Fig. 71 - Barreiro 1953

Fonte: Instituto Gulbenkian de Ciência

Fig. 72 - Vista parcial do Barreiro, 1985

Fonte: Porfírio, Mário.

UM OLHAR SOBRE O BARREIRO N4°, edição Out de 1986.

Fig. 73 - Barreiro 1993

Fonte: Sistema de Certificação Energética dos Edifícios

Fig. 74 - Barreiro 2002

Fonte: Instituto Geográfico Português

Fig. 75 - Barreiro 2009

Fonte: Google Earth Pro

Fig. 76 - Barreiro 2016

Fonte: Google Earth Pro

Fig. 77 - Planta da delimitação da área de intervenção

Fonte: Esquemas apresentados na unidade curricular de Seminários de Apoio ao Projeto Final de Mestrado, professores Francisco Oliveira e Miguel Batista Bastos

Fig. 78 - Planta da delimitação da área de intervenção

Fonte: Esquemas apresentados na unidade curricular de Seminários de Apoio ao PFM Francisco Oliveira e Miguel Batista Bastos

Fig. 79 - 1 Análise SWOT, cidade do Barreiro: Pontos fracos

Fonte: Fotografia do autor (Novembro, 2017).

Fig. 80 - 1 Análise SWOT, cidade do Barreiro: Pontos fracos

Fonte: Fotografia do autor (Novembro, 2017).

Fig. 81 - 1 Análise SWOT, cidade do Barreiro: Oportunidades

Fonte: Fotografia do autor (Novembro, 2017).

(1) Fotografias provenientes da análise feita do âmbito do trabalho de grupo de primeira fase para a unidade curricular de Laboratório de Projeto VI, professor Pedro Rodrigues

(1) Fotografias provenientes da análise feita do âmbito do trabalho de grupo de primeira fase para a unidade curricular de Laboratório de Projeto VI, professor Pedro Rodrigues

Fig. 82 - ¹Análise SWOT, cidade do Barreiro: Oportunidades

Fonte: Fotografia do autor (Novembro, 2017).

Fig. 83 - ¹Análise SWOT, cidade do Barreiro: Pontos fortes

Fonte: Fotografia do autor (Novembro, 2017).

Fig. 84 - ¹Análise SWOT, cidade do Barreiro: Pontos fortes

Fonte: Fotografia do autor (Novembro, 2017).

Fig. 85 - ¹Análise SWOT, cidade do Barreiro: Ameaças

Fonte: Fotografia do autor (Novembro, 2017).

Fig. 86 - ¹Análise SWOT, cidade do Barreiro: Ameaças

Fonte: Fotografia do autor (Novembro, 2017).

Fig. 87 - Área de intervenção, zona piscatória: sul do Barreiro

Fonte: Fotografia do autor (Novembro, 2017).

Fig. 88 - Área de intervenção, zona piscatória: sul do Barreiro

Fonte: Fotografia do autor (Novembro, 2017).

Fig. 89 - Área de intervenção, zona piscatória: sul do Barreiro

Fonte: Fotografia do autor (Novembro, 2017).

Fig. 90 - Área de intervenção, zona piscatória: sul do Barreiro

Fonte: MapBox (alterações de autor)

Disponível HTTP: <<https://www.mapbox.com/maps/>>

Fig. 91 - Área de intervenção, zona piscatória: sul do Barreiro

Fonte: MapBox (alterações de autor)

Disponível HTTP: <<https://www.mapbox.com/maps/>>

Fig. 92 - Território de intervenção, zona piscatória: sul do Barreiro

Fonte: Fotografia do autor (Novembro, 2017).

Fig. 93 - Território de intervenção, zona piscatória: sul do Barreiro

Fonte: Fotografia do autor (Novembro, 2017).

Fig. 94 - Território de intervenção, zona piscatória: sul do Barreiro

Fonte: Fotografia do autor (Novembro, 2017).

Fig. 95 - Território de intervenção, zona piscatória: sul do Barreiro

Fonte: Fotografia do autor (Novembro, 2017).

Fig. 96 - Território de intervenção, zona piscatória: sul do Barreiro

Fonte: Fotografia do autor (Novembro, 2017).

Fig. 97 - Território de intervenção, zona piscatória: sul do Barreiro

Fonte: Fotografia do autor (Novembro, 2017).

(2) Esquema proveniente da análise feita do âmbito do trabalho de grupo fase de exame para a unidade curricular de Laboratório de Projeto VI, professor Pedro Rodrigues

Fig. 98 - ²Proposta urbana: aplicação dos conceitos

Fonte: Esquemas apresentados - exame da u.c. de Lab. Projeto VI

Fig. 99 - ²Proposta urbana: análise

Fonte: Esquemas apresentados - exame da u.c. de Lab. Projeto VI

Fig. 100 - ²Proposta urbana: colocação das linhas circulação

Fonte: Esquemas apresentados - exame da u.c. de Lab. Projeto VI

Fig. 101 - ²Proposta urbana: planta de implantação

Fonte: Esquemas apresentados - exame da u.c. de Lab. Projeto VI

Fig. 102 - ²Proposta urbana: zona histórica e industrial

Fonte: Esquemas apresentados - exame da u.c. de Lab. Projeto VI

Fig. 103 - ²Proposta urbana: zona histórica e industrial

Fonte: Esquemas apresentados - exame da u.c. de Lab. Projeto VI

Fig. 104 - ²Proposta urbana: zona histórica e industrial

Fonte: Esquemas apresentados - exame da u.c. de Lab. Projeto VI

Fig. 105 - ²Proposta urbana: zona histórica e industrial

Fonte: Esquemas apresentados - exame da u.c. de Lab. Projeto VI

Fig. 106 - ²Proposta urbana: planta da proposta para a zona histórica e industrial

Fonte: Esquemas apresentados - exame da u.c. de Lab. Projeto VI

Fig. 107 - ²Proposta urbana: corredor verde e zona piscatória

Fonte: Esquemas apresentados - exame da u.c. de Lab. Projeto VI

Fig. 108 - ²Proposta urbana: corredor verde e zona piscatória

Fonte: Esquemas apresentados - exame da u.c. de Lab. Projeto VI

Fig. 109 - ²Proposta urbana: corredor verde e zona piscatória

Fonte: Esquemas apresentados - exame da u.c. de Lab. Projeto VI

Fig. 110 - ²Proposta urbana: corredor verde e zona piscatória

Fonte: Esquemas apresentados - exame da u.c. de Lab. Projeto VI

Fig. 111 - ²Proposta urbana: planta da proposta para o corredor verde e para a zona piscatória

Fonte: Esquemas apresentados - exame da u.c. de Lab. Projeto VI

Fig. 112 - ²Proposta urbana: planta da proposta para Alburrica

Fonte: Esquemas apresentados - exame da u.c. de Lab. Projeto VI

Fig. 113 - ²Proposta urbana: Alburrica

Fonte: Esquemas apresentados - exame da u.c. de Lab. Projeto VI

Fig. 114 - ²Proposta urbana: Alburrica

Fonte: Esquemas apresentados - exame da u.c. de Lab. Projeto VI

Fig. 115 - ²Proposta urbana: Alburrica

Fonte: Esquemas apresentados - exame da u.c. de Lab. Projeto VI

Fig. 116 - ²Proposta urbana: Alburrica

Fonte: Esquemas apresentados - exame da u.c. de Lab. Projeto VI

Fig. 117 - Planta esquemática da proposta urbana na área de intervenção

Fonte: Esquemas apresentados na unidade curricular de Seminários de Apoio ao Projeto Final de Mestrado, professores Francisco Oliveira e Miguel Batista Bastos

(2) Esquema proveniente da análise feita do âmbito do trabalho de grupo fase de exame para a unidade curricular de Laboratório de Projeto VI, professor Pedro Rodrigues

Fig. 118 - Axonometria esquemática da proposta arquitetónica

Fonte: Esquemas apresentados na unidade curricular de Seminários de Apoio ao Projeto Final de Mestrado, professores Francisco Oliveira e Miguel Batista Bastos

Fig. 119 - Axonometria esquemática da proposta arquitetónica

Fonte: Esquemas apresentados na unidade curricular de Seminários de Apoio ao Projeto Final de Mestrado, professores Francisco Oliveira e Miguel Batista Bastos

Fig. 120 - Axonometria esquemática da proposta arquitetónica

Fonte: Esquemas apresentados na unidade curricular de Seminários de Apoio ao Projeto Final de Mestrado, professores Francisco Oliveira e Miguel Batista Bastos

Fig. 121 - Axonometria esquemática da proposta arquitetónica

Fonte: Esquemas apresentados na unidade curricular de Seminários de Apoio ao Projeto Final de Mestrado, professores Francisco Oliveira e Miguel Batista Bastos

Fig. 122 - Axonometria esquemática da proposta arquitetónica

Fonte: Esquemas apresentados na unidade curricular de Seminários de Apoio ao Projeto Final de Mestrado, professores Francisco Oliveira e Miguel Batista Bastos

Fig. 123 - Proposta arquitetónica: Planta dos módulos

Fonte: Esquissos do autor de desenvolvimento do projeto

Fig. 124 - Proposta arquitetónica: Perspetiva dos módulos

Fonte: Esquissos do autor de desenvolvimento do projeto

Fig. 125 - Proposta arquitetónica: Perspetiva dos módulos

Fonte: Esquissos do autor de desenvolvimento do projeto

Fig. 126 - Proposta arquitetónica: Perspetiva dos módulos

Fonte: Esquissos do autor de desenvolvimento do projeto

Fig. 127 - Proposta de intervenção: planta de implantação

Fonte: Esquissos do autor de desenvolvimento do projeto

Fig. 128 - Proposta de intervenção: planta de implantação e planta do piso térreo dos módulos

Fig. 129 - Proposta de intervenção: planta de cada módulo das cabanas piscatórias (a cabana do pescador, de apoio à atividade, e de repouso)

Fonte: Esquissos do autor de desenvolvimento do projeto

Fig. 130 - Proposta de intervenção: cabanas piscatórias

Fig. 131 - Proposta de intervenção: cabanas piscatórias

Fig. 132 - Proposta de intervenção: aspeto geral de implantação na área de intervenção

Fig. 133 - Proposta de intervenção: aspeto geral de implantação na área de intervenção

Fig. 134 - Proposta de intervenção: plataforma permeável e de conexão urbana

Fig. 135 - Proposta de intervenção: Plataforma permeável (no piso térreo)

Fonte: Esquissos do autor de desenvolvimento do projeto

Fig. 136 - Proposta de intervenção: Plataforma permeável (no primeiro piso)

Fonte: Esquissos do autor de desenvolvimento do projeto

Fig. 137 - Proposta de intervenção: plataforma permeável e de conexão urbana

Fig. 138 - Proposta de intervenção: plataforma permeável e de conexão urbana

Fig. 139 - Proposta de intervenção: plataforma permeável e de conexão urbana

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Barreiro – Dinâmica populacional

Fonte: INE, Estimativas provisórias da população residente - 2016.

Quadro 2 - Estrutura etária da população residente no concelho

Fonte: INE – Censos 2011.

Quadro 3 - Estrutura etária da população no município

Fonte: INE, Estimativas provisórias da população residente – 2016.

Quadro 4 - População por sector de atividade

Fonte: INE – Censos 2011.

Quadro 5 - Valores de temperatura do ar no concelho do Barreiro

Fonte: Instituto de Meteorologia

Quadro 6 - Frequências acumuladas de vento

Fonte: Instituto de Meteorologia

Quadro 7 - Percentagem de dias em que foi observado vários tipos de precipitação

Fonte: SPARK, Weather . Condições meteorológicas médias no Barreiro Portugal. 2018

Disponível HTTP: <<https://pt.weatherspark.com/y/32042/Clima-caracter%C3%ADstico-em-Barreiro-Portugal-durante-o-ano>> [consultado em 01/05/2018]

Quadro 8 - Análise de diagnóstico SWOT

Fonte: análise feita do âmbito do trabalho de grupo de primeira fase para a unidade curricular de Laboratório de Projeto VI, professor Pedro Rodrigues

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

I | INTRODUÇÃO

Este projeto final de mestrado tem como mote a necessidade de responder a uma problemática, na área da cidade do Barreiro, onde algumas áreas apresentam elevada degradação ambiental.

Para este trabalho, é de elevada importância a discussão da necessidade de requalificação urbana da cidade do Barreiro, e como tal esta torna-se tema essencial no desenvolvimento urbanístico da cidade.

Deste modo, e sendo que o espaço público merece ser objeto de reforçada atenção, a requalificação do mesmo torna-se muito importante pelo valor que tem para a vida dos cidadãos, e para tal as preocupações com a mesma, bem como com o ambiente urbano, tornam-se cada vez mais relevantes.

Após a visita e análise do local, foi notória a existência de problemas capazes de justificar a requalificação do espaço público da cidade. Dentro das zonas de possível intervenção, a zona piscatória foi a que despertou mais interesse, por conter um espaço desqualificado, frequentado pelos pescadores, com grande potencial na requalificação da área, dinamizando a envolvente, e possibilitando uma conexão com a restante cidade.

Propõe-se assim uma intervenção nesta zona piscatória da cidade, requalificando fisicamente o território, mas tendo sempre em conta a sua realidade social. Isto por se tratar de um território degradado do ponto de vista físico, mas ao mesmo tempo, um território muito rico sobre o ponto de vista social.

Propõe-se a intervenção atuando urbanisticamente no território atualmente degradado, com a criação de novas áreas residenciais, espaços públicos de recreio e estadia, e outras destinadas ao comércio local e restauração. Cria-se um novo espaço de passeio público, aliado à construção de estruturas de apoio à atividade, voltando a convidar os “*barreiros*” ⁽³⁾ a viverem esta zona, tencionando-se manter a existente relação entre o lugar e os seus frequentadores. Propõe-se a requalificação do espaço destinado às atividades piscatórias, em estruturas palafíticas elevadas, espaços verdes e de cultivo, aliados à criação de módulos destinados à população que usufrui do espaço destinados especificamente à atividade piscatória, ao descanso, e à estadia, ao convívio, e principalmente àquilo que é considerado o fomentar de uma comunidade piscatória: a chamada cabana do pescador.

(3) DOMINGUES, 2006

I.1 | Justificação Temática – Enquadramento e Objetivos

Na proposta final de mestrado procura-se analisar e caracterizar os modos de vida dos utilizadores da área (sudeste da cidade do Barreiro), e das atividades piscatórias existentes, bem como o entendimento das necessidades e de qual a estratégia projetual mais adequada dentro do contexto.

Pretende-se compreender as razões do uso da população daquele lugar, apesar das condições precárias, as ambições e objetivos, procurando entender quais os usos das existentes palhotas (cabanas) provisórias e informais, e perceber como é feita a distribuição dos espaços interiores, procurando uma confirmação da espacialidade ideal, atendendo aos pressupostos.

Com base na análise do local, é notória a falta de uma atuação associada à cultura urbana no local, ou seja, torna-se necessária uma regeneração dos tecidos físicos do local. Deste modo, surge como mote para o trabalho a requalificação física da zona piscatória do Barreiro, partindo do quotidiano existente.

Trata-se de uma população com um modo de vida muito específico, que se reflete não só em cada cabana, mas também na maneira como frequentam o espaço. Deste modo, o grande objetivo do presente trabalho passa pela já referida reabilitação das cabanas dos pescadores, bem como pela requalificação do espaço público e construção de equipamentos.

Um território com diferentes tipos de espaços, que não se relacionam entre si, onde é notória uma segregação urbana, resultado de uma também existente segregação social. Espaços fechados e que se distinguem, devido a fatores culturais, económicos, territoriais e espaciais.

Assim, e procurando reverter a presente situação, pretende-se a criação de novas dinâmicas capazes de unir todas as partes, procurando voltar a conectar o território e melhorar a qualidade de vida da população que frequenta o local.

Torna-se essencial uma intervenção arquitetónica e urbanística capaz de transformar o espaço de estudo num território mais coeso e atrativo, procurando de forma coerente, equilibrada e sustentável a sua requalificação urbana, e também com a sua qualificação e integração com a cidade em redor, dando verdadeira importância às intervenções do espaço público.

“Este conceito designa todo o processo de transformação do espaço urbano, compreendendo a execução de obras de conservação, recuperação e readaptação de edifícios e de espaços urbanos, com o objetivo de melhorar as condições de uso e habitabilidade, conservando, porém, o seu carácter fundadamental” ⁽⁴⁾

(4) DGOTDU. 1998.

Procura-se a melhoria do ambiente urbano, e sempre promover uma maior vivência dos espaços construídos, não só pelos seus frequentadores, mas de toda a cidade, bem como de cidades vizinhas.

Visa-se a utilização integrada dos espaços públicos, a criação de ruas e outros espaços partilhados de forma equilibrada, harmoniosa e segura, onde as pessoas possam coabitar com veículos de mobilidade suave, e com bicicletas por exemplo (velocípedes não motorizados: patins, skate, etc.). Com o objetivo da criação de um espaço partilhado com um impacto positivo na humanização da vida na zona piscatória do barreiro – uma proposta que visa a cidadania e participação ativa dos atuais frequentadores do espaço.

Neste sentido, analisou-se e observou-se a área de intervenção com as vivências existentes, investigando de que modo a estratégia de intervenção arquitetónica estará diretamente relacionado com a essência das necessidades e modo de apropriação do lugar, procurando entender quais são os espaços, e funções relacionadas, que pertencem à zona piscatória do Barreiro.

Deste modo, para a requalificação dos espaços existentes, mantendo as suas funções, torna-se fundamental observar os frequentadores do espaço, e analisar os seus modos de apropriação do espaço, e vivências próprias, não descorando da questão da memória como essencial para a apropriação do território – “o meu espaço”.

“A memória e a imaginação têm a sina de não poderem desacompanhar-se: a imaginação é o cego da memória, e a memória o moço de cegos da imaginação. A memória não tem iniciativa, a imaginação tem-na, mas é cega de nascença. A memória tem olhos e a cega imaginação tem querer: a vontade.” ⁽⁵⁾

(5) ALMADA NEGREIROS. 1982: 223.

O espaço onde a memória e a imaginação acabam por se ligar entre si, onde ambas participam dos processos de tomada de decisão. A imaginação cria condições de aprendizagem, enquanto a memória possibilita a aprendizagem. Só é



Fig. 1 - Planta do local de intervenção, zona piscatória: sul do Barreiro (Google Maps 2018)



Fig. 2 - Planta do local de intervenção, zona piscatória: sudeste do Barreiro (Google Maps 2018)

possível criar algo novo baseando-nos no que já conhecemos e aprendemos, criações estas impregnadas de significados manifestos pela memória ou pela imaginação.

Torna-se relevante a identificação da realidade existente a nível funcional, bem como as carências que deverão ser colmatadas, para que seja possível a preservação do que está bem, seguida de uma proposta para o seu aperfeiçoamento e melhoramento.

Pretende-se a recuperação das atuais cabanas dos pescadores, reformulando a ocupação no local, criando pequenos espaços individualizados para os atuais frequentadores do espaço, na sua maioria pescadores.

Propõe-se a requalificação urbana da área, com a criação de um novo espaço público qualificado, uma solução que vise a conexão com a área envolvente e com o espaço urbano da cidade do Barreiro. Por fim, e aliados ao processo de requalificação propõe-se a criação de novos equipamentos públicos.

Pretende-se a construção de edifício capaz de revivificar o local, implicando uma análise das características sociais pré-existentes e procurando não desfazer das mesmas na proposta de intervenção. Uma intervenção projetual com a participação e em diálogo direto com a população, onde, na intervenção, a participação da comunidade será determinante para o encontrar de uma solução arquitetónica, tornando-se fundamental que a população tenha um papel ativo. Ter-se-á também como objetivo relacionado, a promoção da continuidade de dinâmicas que possibilitam as vivências existentes, de modo a promover a reflexão e a partilha social das mesmas.

O projeto deve contemplar o valor social que existe sobre as palhotas da zona piscatória da cidade do Barreiro, que, apesar de se enquadrarem num espaço físico deteriorado, não correspondem a um espaço socialmente degradado.

Por fim, tenciona-se o correto entendimento do uso atual das materialidades nas construções pré-existentes, o seu porquê e origem, convertendo-os em novos potenciais materiais de construção. Dever-se-á analisá-los, procurando torná-los objetos construtivos pouco processados, não tóxicos, potencialmente recicláveis, culturalmente aceites, e não quimicamente prejudiciais à saúde humana ou ao meio ambiente.

I.2 | Organização e Metodologia

Este trabalho é composto por uma componente teórica e uma prática, organizando a componente teórica em sete capítulos, onde se compreende os elementos para o entendimento da solução arquitetónica adotada na componente prática do trabalho: aqui procurou-se fundamentar a mesma como resultado da investigação e estudo acerca de temas que se relacionam com o tema proposto, e por sua vez, com o desenvolvido projeto de arquitetura.

Após ter sido apresentada a justificação temática do trabalho, o respetivo enquadramento e objetivos e exposta a sua organização e metodologia, primeiramente, no capítulo do enquadramento teórico/conceptual (II - Cidade Desindustrializada: Resultados e Vínculos), começa-se por justificar o tema a abordar, compreendendo conceptualmente temas como as relações entre a cidade construída e a sua componente natural paisagística (II.2 e II.2.1), o resultado da desindustrialização citadina (II.3 - áreas expectantes e barreiras). Seguidamente, abordou-se a referência ao conceito da memória, da memória das cidades e a forma como se pode considerar esta como referência projetual (II.4). Abordando ainda problemáticas relativas ao espaço público e ao entendimento da sua reabilitação (II.5 e II.5.1), relacionando-o com o conceito de comunidade (II.6), e por fim analisando o progresso e desenvolvimento da construção palafítica em madeira (II.7).

De seguida (capítulo III) fez-se uma análise sobre um conjunto de casos de referência com características semelhantes ao que se pretende desenvolver no projeto arquitetónico, considerados fortes estímulos e incentivos para o entendimento do tema. Cada caso possui características interessantes que foram estudadas, tratando-se de diferentes soluções em vários pontos do globo para problemas semelhantes àqueles com os quais este trabalho se depara: temas relacionados com a funcionalidade e programa adotado e as diversas relações estabelecidas entre o espaço contruído e o território em que se insere, tratando-se de princípios significativos e de conexões e lógicas entre os conceitos abordados no enquadramento teórico e a sua consequente realização no projeto de arquitetura que lhes advém. Foram ainda analisados alguns casos de referência complementares que se apresentam em anexo.

Após a conclusão e definição dos temas estudados, no capítulo seguinte é analisado o território a intervir, contextualizando o mesmo (IV.2, IV.2.1, IV.2.2, IV.2.3 e IV.3: enquadramento territorial, acessibilidades, topografia, e dados climáticos). Prossegue-se com o enquadramento do território em termos históricos (IV.4), para que depois seja possível analisar a área de intervenção inserida no referido território (IV.5, IV.5.1, IV.6, IV.6.1, IV.6.2 e IV.6.3).

Após esta abordagem, é apresentada a componente prática do trabalho (capítulo V) que resulta da aplicação dos conhecimentos já adquiridos no estudo teórico relativo ao tema abordado, com o capítulo acerca do Projeto Urbano e Arquitetónico, onde se analisou especificamente o território onde se interviu, enquadrando-o, desenvolvendo e expondo conceitos acerca do mesmo e referindo a estratégias e objetivos adotados na proposta apresentada para o objeto arquitetónico.

Por fim, foi feita uma conclusão do trabalho referindo quais as considerações finais (capítulo VI) a que este trabalho levou, bem como a referência à bibliografia consultada (capítulo VII) e um conjunto de anexos que complementaram este trabalho.

A investigação relativa ao tema estudado foi impulsionada e estimulada depois de um primeiro contato com a realidade da área piscatória da cidade do Barreiro, um espaço com características tão ricas do ponto de vista das relações interpessoais mas que, infelizmente, não possuía as adequadas características físicas que melhor proporcionassem a convivência da comunidade com o território em que se insere.

Privilegia-se uma metodologia qualitativa, utilizando a observação do quotidiano existente, recolhendo o máximo de informações sobre as características do local. Esta é a base da investigação teórica, sendo necessário a partir desta um primeiro entendimento das vivências do espaço, analisando morfologicamente as funções existentes nos espaços consolidados, no caso de estudo e expondo os conceitos de reabilitação urbana e espaço público partilhado.

A partir da realidade quotidiana da população, e dos espaços consolidados na zona piscatória do Barreiro, pretende-se estabelecer linhas de ação e adotar estratégias para o desenvolvimento de uma proposta de intervenção.

Tendo em conta as condições precárias existentes, bem como a ausência de espaço público qualificado, este projeto é elaborado dentro do contexto acima apresentado, analisando as atividades existentes no lugar, as palhotas existentes,

especificamente em relação às suas divisões destas mesmas, bem como o espaço público, concretamente os existentes espaços de lazer e de funções piscatórias.

Dentro deste tipo de metodologia qualitativa são utilizadas técnicas de recolha e análise de informação como o uso de bibliografia, a análise de estudos teóricos, entrevistas aos atuais frequentadores do local, e dados estatísticos, bem como a investigação de projetos de referência, assentes em condições semelhantes, procurando pontos comuns que se possam aplicar para a proposta em questão, tentando encontrar as características físicas do edificado proposto, assim como de modo a apreender semelhanças, particularidades e diferenças entre estes mesmos casos de estudo e o local analisado para intervenção.

Todo o trabalho é desenvolvido pondo lado a lado a sua componente prática e teórica desenvolvendo um correto entendimento e correlação entre as duas partes. Deste modo, e procurando definir a proposta projetual, é essencial o entendimento da área a intervir e do território como um todo, bem como a recolha *in situ* de elementos essenciais para a sua compressão (fotografias e exemplos históricos, planos e programas).

O projeto desenvolve-se com base em esquemas e planos que apoiaram o raciocínio para uma proposta de desenho urbano e do projeto de uma estrutura permeável polivalente e de estruturas palafíticas de funções piscatórias.

Finalmente, foi a partir das considerações finais acerca da investigação e de todo o trabalho concretizado, que se conduziu à concretização da proposta arquitetónica como resultado de toda a investigação teórica desenvolvida.



Fig. 3 - Zona piscatória a sudeste do Barreiro: vista pela Avenida da Liberdade (OLIVEIRA. 2018)

CAPÍTULO II - ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL: CIDADE DESINDUSTRIALIZADA: RESULTADOS E VÍNCULOS

(6) TÁVORA. 1990: 81

“(...) projetar, planejar, desenhar, não deverão traduzir-se para o arquitecto na criação de formas vazias de sentido, impostas por capricho da moda ou por capricho de qualquer outra natureza. As formas que ele criará deverão resultar, antes, de um equilíbrio sábio entre a sua visão pessoal e a circunstância que o envolve e para tanto deverá ele conhecê-la intensamente, tão intensamente que conhecer e ser se confundem.” ⁽⁶⁾

II | ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

CIDADE DESINDUSTRIALIZADA: RESULTADOS E VÍNCULOS

II.1 | INTRODUÇÃO

O presente capítulo visa à contextualização de aspetos teóricos e conceptuais capazes de enquadrar o tema proposto, partindo de um estudo de conceitos teóricos relativos aos conteúdos que se consideraram significativos para o desenvolvimento do presente projeto final de mestrado.

Aborda-se temas como as relações das cidades com a paisagem natural, especificamente com os rios que as envolvem, a harmonia entre os dois, e o modo como a identidade das cidades portuárias pode ser moldada a partir desta relação com o meio-ambiente, criando uma individualidade muito característica que é estudada. A partir deste ponto, analisou-se como é que a paisagem pode ser significativa para o território, considerada esta um produto do Homem, criado pela memória, pela cultura e essencialmente pelo tempo, resultado de uma transmissão entre gerações, e de uma relação entre aquele que observa e aquilo que é observado, associando-se a questões identificativas do lugar.

Analisa-se conceitos como o da memória de cidades especificamente relativos a cidades portuárias e o consequente desenvolvimento de áreas expectantes, consequência de uma certa má conexão entre o desenho urbano citadino e dos espaços portuários, remetendo estas mesmas áreas expectantes, para terrenos urbanisticamente vagos, (que resultam muito do abandono de práticas comuns no passado, resultantes da desindustrialização). Deste modo, o conceito da memória surge como uma premissa e referência projetual, dando a devida atenção aos valores étnicos presentes, sendo esta entendida como resultado do contexto histórico e morfológico envolvente, o seu desenvolvimento e os seus processos de modificação e metamorfose, dentro de um contexto cultural e social.

Expõe-se o conceito de espaço público e o entendimento da sua reabilitação, estudando as relações, vínculos e interações, e até influências que cria para com o Homem. É entendido como espaço de continuidade, de transição, de permanência, lugar de convivência, de atividades, interculturalidade e interação entre os seus utilizadores, capaz de criar uma correta reconexão do tecido urbano,

bem como para o colmatar de muitos dos territórios que se encontram segregados: desfazendo processos de segmentação territorial. Devendo a reabilitação do espaço público implicar a dissolução de barreiras dentro dos tecidos urbanos, reavendo as relações sociais pré-existentes e diluindo o até então isolamento de espaços que, apesar de próximos, se segregam, devido ao mau planeamento e segregação dos espaços públicos: o chamado “efeito barreira” ⁽⁷⁾.

(7) SOUSA e BRAGA. 2011: 19

Estuda-se o conceito de comunidade, devendo esta constituir grupos homogêneos de indivíduos, impondo até aos seus constituintes formas de ser e agir, surgindo como lugares de combate no entendimento da sua identidade, pertença e diferença ⁽⁸⁾, sendo o interesse em comum dentro de uma comunidade que a distinguirá e acompanhará o seu progresso e desenvolvimento, saberes particulares que esta adianta e desenvolve, que esta compartilha e preserva: ideais, linguagem própria, história, saberes, etc.

(8) HOWARTH. 2001: 19

Por fim estuda-se o desenvolvimento da construção palafítica em madeira, definindo o tema e abordando a história e evolução desta prática, sendo ainda interessante de destacar que as populações associadas a este tipo de soluções possuem uma certa unidade étnica ⁽⁹⁾, ou seja, é nestas comunidades que são “*conserva(dos) fatores culturais semelhantes, tanto nos materiais utilizados, como na importância da proximidade da água, fonte de alimento e meio de comunicação*” ⁽¹⁰⁾, refletindo antes de mais uma relação com o lugar em que se inserem e com práticas típicas de uma comunidade, em grande parte os seus hábitos e tradições, de materialidade e construção características.

(9) PEIXOTO. 1990: 83

(10) BAHAMÓN, ÁLVAREZ. 2009: 8

II.2 | A CIDADE E O RIO

(11) SAMPAIO, 2017: 15

“A identidade e cultura de uma cidade [...] está intrinsecamente ligada à sua relação com a água” (11)

Desde os primórdios que a relação do Homem com a água teve primazia, enquanto fonte de subsistência, como meio de comunicação, de acessibilidade e correspondência de produtos. Foi a conexão entre os povos e entre os territórios.

Ao longo dos anos, desenvolveu-se a pouco e pouco a relação da cidade construída com o meio ambiente. Pretende-se agora um estudo que abranja não só a relação do Homem com as águas, mas mais especificamente com as fontes fluviais.

De um modo geral, diversos exemplos de frentes ribeirinhas tratam de casos onde seria passível uma boa relação da cidade com rio, quando bem aproveitados.

(12) CULLEN, 1983: 10

“Uma cidade é antes de mais uma ocorrência emocionante no meio-ambiente” (12)

Cada vez mais se foi contribuindo para o aumento da desarticulação e mudança da relação das cidades com os rios. Originalmente, a proximidade à linha de água era essencial, a água era vista como fonte de sustento, e deste modo, nos primórdios, começou-se por considerar de elevada importância na criação e formação das cidades, sendo que esta relação se tornou essencial para o desenvolvimento de inúmeras cidades.

Apesar disso, foi-se observando a gradual alteração da relação existente entre as águas e as cidades, com o desenvolvimento da atividade portuária, que resultou num certo afastamento entre as duas entidades. No entanto, permaneceu a relação entre o Homem e o rio, pelo seu constante convívio, apesar de se ter criado uma certa barreira entre a cidade construída e o rio.

A cidade, enquanto entidade viva, possui agora a atividade portuária, atividade esta que acaba por se tornar num impedimento a que todas as outras se relacionem com o rio. Este torna-se menos indispensável para as populações (como fonte de sustento), e por sua vez, para as cidades. No entanto, os rios passam a ser valorizados enquanto paisagem protegida.

“O rio constitui uma paisagem natural e cultural que tem servido de referência para o homem ao longo de toda a sua existência. Como fonte de água, elemento vital e indispensável, como meio de comunicação e circulação, como marco territorial que percorre e estrutura o espaço, como inspiração de poetas e pintores, múltiplas são as dimensões que representam para a sociedade esses elementos simultaneamente tão singulares que percorrem as paisagens de todo o mundo” ⁽¹³⁾

(13) SARAIVA, 1999: 1

Desde a antiguidade (entre 8000 a.C. e 3500 a.C.) que as populações muito respeitavam esta força da natureza, a localização das cidades era estrategicamente decidida pela posição dos rios, para além disso, estes tornaram-se motores de desenvolvimento das cidades, e indicavam as melhores posições para o desenvolvimento da mesma (os rios indicavam sempre onde é que eram construídas as cidades devido à necessidade que as cidades tinham de canais de água: aproveitamento estratégico das localizações dos rios ⁽¹⁴⁾).

(14) As primeiras cidades desenvolveram-se na Mesopotâmia, mais especificamente, em torno do Rio Eufrates (Ásia Ocidental), em torno de 3500 a.C., onde os seus habitantes dedicavam-se na sua maioria à pesca e à agricultura. Em torno de 2000 a.C, as primeiras cidades começaram a desenvolver-se em torno do Rio Nilo (continente africano).

Os rios não serviam apenas como um abastecedor de um elemento essencial para a sobrevivência humana ou mesmo para a agricultura, mas também era pelo seu intermédio que seriam feitas as trocas e comunicações de mercadorias, etc. Os rios eram, portanto, essenciais para a construção de portos, por ser onde seria possível a troca a partir de embarcações de maior ou menor dimensão.

“O porto revela-se o centro de confrontação cultural entre as tradições e culturas locais e as que chegam diariamente de um mundo distante estranho à cidade portuária” ⁽¹⁵⁾

(15) GUIMARÃES. 2006: 19

Com o passar dos anos, o Homem começou cada vez mais a tirar partido da força deste elemento, principalmente das águas correntes, com a construção de aquedutos e canais pelo império romano nas suas cidades, com o objetivo de conduzir e manipular as águas de acordo com as necessidades das cidades.

No entanto, os rios acabam por perder a importância que tinham, e deixam de ser decisivos nas cidades, os transportes rodoviários evoluem, bem como os ferroviários e aéreos, e assim os transportes fluviais passam a ser quase inutilizados, isto principalmente quando as atividades económicas deixam de se cingir à agricultura, os rios passam então a ser maioritariamente utilizados apenas pela atividade industrial e de lazer.

(16) PARREIRINHA. 2017: 9

“O “convívio” entre as cidades e os rios, nem sempre foi pacífico. Enquanto hoje os rios são vistos como pontos de interesse e de oportunidade, outrora eram receados e temidos. Existiram, portanto, ao longo dos anos diferentes fases da relação cidade-rio” (16)

Até finais do século XVIII a atividade associada ao cais fluvial abrangia grande parte dos territórios nas cidades portuárias, principalmente sendo que grande parte da indústria e infraestruturas eram a esta associadas.

No século XIX, observou-se um enorme aumento da apropriação dos cais e zonas ribeirinhas, devido em grande parte pelo despoletar da revolução industrial. Estas áreas eram ocupadas na sua maioria por indústrias que utilizaram os rios como meio de transporte para a distribuição das suas mercadorias.

As águas passam, cada vez mais, a ser “aproveitadas” pelo Homem enquanto lixeiras, a degradação e poluição nos rios passa a ser muito causada pelo desenvolvimento urbano e industrial das cidades e então, da contaminação por poluentes, afetando desfavoravelmente o meio ambiente.

Mais tarde, devido à crise industrial, muitas fábricas desativaram-se, nomeadamente grande parte daquelas que se localizavam junto aos rios, deixando terrenos baldios (os chamados vazios urbanos), em áreas onde a sua localização poderia vir a ser estratégica para uma boa evolução.

(17) GUIMARÃES. 2006: 26

“As relações entre a cidade e o porto foram-se alterando no decorrer dos séculos XIX e XX, resultando no desenvolvimento do diálogo entre ambos” (17)

O século XIX marcou a relação das cidades com os rios, por ter sido nesta época que, devido à evolução da economia a nível mundial, existiram alterações na indústria associada à atividade portuária, o que levou a um aumento destas áreas, e, por conseguinte, a uma otimização do elo entre as cidades, os cais fluviais, e os rios.

Na segunda metade do século XX, e consequentemente na atualidade, passamos por uma época em que nos começamos a aperceber das questões negativas das relações que se foram criando com o rio, bem como do valor que este elemento pode vir a ter nas cidades, procurando as suas vantagens para a sociedade, assumindo que um rio bem estimado pode vir a originar vantagens para a sociedade e um ótimo espaço vivido em redor. Neste sentido, procura-se cada vez mais regenerar urbanisticamente as frentes ribeirinhas, dando dignidade aos

espaços e, por consequente, uma favorável relação e aproveitamento do elemento rio. (18) COY, 2013: 1

Hoje em dia, são os rios capazes de criar uma individualidade muito característica a muitas cidades como é o caso de Londres, Budapeste, Praga, Paris, Amesterdão, Baltimore entre outras.

“O rio torna-se parte integrante da paisagem urbana, assim como a cidade pertence imprescindivelmente à paisagem fluvial.” (18)

No entanto, esta não se trata de uma relação fixa, e muito menos constante ou inalterável. Está em muito sujeita às acessibilidades e meios de transporte, a procedimentos de desenvolvimento urbano e político, à economia local, ou mesmo aos habitantes locais e às suas ações, procedimentos e atitudes.

É marcante a relação existente entre as populações e os rios, relações estas que em muito marcaram a história dos lugares. Lugares estes que até à atualidade têm sido definidos pelas águas que neles passam, afetando até mesmo aspetos como os já referidos, mas também a cultura e a natureza e especificidade da população presente.

É inevitável notar na relação que sempre existiu para com o mar em muitas cidades europeias por exemplo, *“sendo o porto, a porta [...] para o mundo, centro de encontro de povos, culturas e bens” (19)*, onde se torna essencial uma frente ribeirinha revitalizada, nas suas melhores circunstâncias para tal, que deverá ser definida não por um modelo base, mas sim adaptando as necessidades ao local de intervenção (definindo quais as infraestruturas e, por sua vez, a correta metodologia a adotar em cada caso). (19) SAMPAIO, 2017: 7

A linha de costa desenvolve-se sempre enquanto elemento de transição. É sem dúvida relevante e significativa, a imagem da cidade, a paisagem, a linha de água, ou mesmo o recurso em si, *“fornece-nos um instante de contraste psicológico genuíno, vindo da transição e do corte abrupto entre o espaço terra e água” (20)*. (20) CULLEN, 1983: 11

A relação das cidades com o rio e por sua vez, com a paisagem, é amplamente característica da imagem da cidade, bem como da sua identidade e história. Existe uma enorme comunicação entre os dois principalmente em áreas portuárias, e é esta transição entre a terra e a água que, segundo Moore, de grosso modo, influencia *“forma como as pessoas constroem ao longo ou à volta dos limites de costa para acomodarem as atividades associadas aos portos” (21)*. (21) MOORE, 1997: 159



Fig. 4 - Praia do Castelejo (Fotografia: Duarte Belo. APAP 2012)

III.2.1 | PAISAGEM

Nos primórdios, foi o ar, a terra e a água, os rios foram sendo “desenhados”, emergem os primeiros territórios, depois cidades, que na sua maioria foram sendo criadas em redor dos rios, e nas suas margens, depois uma expansão das mesmas, levando até ao enterrar dos rios.

No entanto, é este elemento que transforma a cidade, os rios não se perdem, ocultam-se e transformam-se. Transformam-se na imagem das cidades.

(22) APAP 2012: 1

“O que seriam das cidades de Belgrado e Budapeste sem o Danúbio? Lisboa sem o Tejo? Coimbra sem o Mondego? Londres sem o Tamisa? Paris sem o Sena? Há países que são os seus rios.” (22)

A paisagem, promovida pela geografia e topografia do lugar, como um todo, traduz-se num elemento inerente à vida, e por sua vez imanente à qualidade de vida dos seres humanos. Transformado pelo Homem, torna-se património cultural e ecológico natural, num símbolo histórico e espacial, estético e biofísico. Devendo por isso ser alvo de medidas de preservação e por vezes até de requalificação.

(23) GOODCHILD, 2012: 6 - 8

Segundo Goodchild, a paisagem tem dois tipos de abordagens: uma de dimensão cultural, e outra de dimensão natural. A primeira é originária da atividade humana, e engloba não só a sua relação com os rios, como entre estes, e por sua vez, que criam com o meio ambiente. Segundo a dimensão natural, *“uma paisagem é uma realidade física ou um conceito, no qual a terra e os elementos naturais e semi-naturais que lhe estão normalmente associados são relevantes, dominantes ou únicos” (23)*. A paisagem não é só natural, englobam também a presença humana, bem como diversos aspetos claramente criados pelo Homem.

Enquanto produto do Homem, possui características que lhes são inerentes. A paisagem é consequência de costumes e hábitos, e indícios e de entendimentos do exterior. É o culminar da terra segundo a perceção humana.

(24) MANTA PEREIRA, 2012: 7

Associada também a questões identificativas do lugar, ou mesmo daquilo que faz parte das vivências de cada sujeito, a paisagem assume um papel essencial para o território, esta deve procurar manter o seu aspeto identificativo, e deve-se reaver na outrora existente *“continuidade (hoje) perdida entre a arquitetura e a sua circunstância” (24)*, tornando a paisagem num testemunho do território, e como tal, carecendo de

preservação e recuperação, de maneira a não ser culpada da deterioração do mesmo.

Um conjunto de conceitos identificativos que, por se tratar hoje em dia de um produto do Homem, para além das características naturais do rio e da costa, poderá sofrer alterações, e que nem sempre se manteve como vemos hoje, novas estruturas, edificações e espaços verdes, características que tanto podem vir a alterar a paisagem.

É tratada como um produto do Homem, criado pela memória, pela cultura e essencialmente pelo tempo, resultado de uma transmissão entre gerações, e de uma relação entre aquele que observa e aquilo que é observado: a envolvente, a paisagem.

Em cidades ribeirinhas, é forte a relação existente entre o Homem e o rio, o Homem e a paisagem, uma relação dinâmica entre o ambiente construído e a força da Natureza, sendo que as linhas de água são antes de mais uma das linhas mais significativas das cidades ribeirinhas.

A água é considerada representante de um papel fundamental de comunicação, capaz de proporcionar *“pontos de encontro (ou) abismos”* ⁽²⁵⁾ para com o outro, entre cidades, e entre margens.

A paisagem, específica do lugar, e por sua vez específica do povo a que pertence, acaba por se adaptar à ordenação territorial. Ihe é imposta pela presença humana (pelas suas imposições e carências, ou mesmo pelas suas preocupações e padecimentos).

Para além de ser considerada um produto do Homem, a paisagem é ainda produto do passado. Gerações que moldaram *“espaços e formas onde a utilidade se alia ao equilíbrio ecológico, à estabilidade física e à biodiversidade”* ⁽²⁶⁾. É espelhada na memória. Identidade e cultura de uma sociedade.

Deve ser conservada, e poder contribuir para o bem estar da população e para consolidação e declaração do local onde se insere. Pressupõe a compreensão da sua índole característica. Ponto de encontro de elementos naturais.



Fig. 5 - Paisagem Natural Rio Zêzere - Parque Natural da Serra da Estrela (Fotografia: Paulo Benjamim. 2014)



Fig. 6 - Parque natural do rio Douro (Fotografia: Gustavo Mota. 2007)

(25) CULLEN, 2008: 63

(26) TELLES, 2012: 9

“(...) designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e/ou humanos” ⁽²⁷⁾

(27) DGT. 2013: Despacho 8898/2018

II.3 | ÁREAS EXPECTANTES: BARREIRAS

“A memória de cidades portuárias reporta a tempos em que um dos principais elos de ligação entre as cidades era a água através da qual se fomentavam as trocas comerciais, o movimento de populações e a partida para novos territórios” (27)

(27) GUIMARÃES. 2008: 25

O século XIX assinala uma importante época em que as cidades, com a revolução industrial desenvolveram grande parte dos seus cais e portos fluviais. Apesar disso, foi-se observando a uma gradual segregação urbana entre estas áreas fluviais e a restante cidade, que se reflete ainda na atualidade.

Depois do período industrial, que em muito influenciou o desenvolvimento de áreas específicas dentro de diversas cidades, em muitos dos casos, hoje em dia resulta em espaços devoluto, vazios industriais e consequentemente, vazios urbanos, ou as chamadas áreas expectantes, espaços não qualificados sem qualquer função social, edifícios abandonados em antigas áreas fabris, espaços sem qualquer função, baldios, devolutos, originando a consequente desocupação populacional.

(28) SAMPAIO. 2017: 18

Num intermédio entre a época industrial e pós-industrial, assistiu-se à chamada *“fase de mudança”*, época de inúmeras *“alterações a nível funcional, espacial e formal”* (28). Devido ao aumento das necessidades, desenvolveu-se o transporte de mercadorias pela via fluvial, apesar da falta de capacidades dos cais, as cidades viram-se obrigadas a restabelecer novas localizações para estes – deslocação das indústrias para as proximidades dos cais fluviais de modo a tirar o máximo benefício das acessibilidades por via fluvial.

(29) SAMPAIO. 2017: 19

É no século XX que se assiste a uma recomposição das cidades marcadas pelas suas frentes ribeirinhas, quando as indústrias se deslocam para a periferia, deixando espaços baldios e ao abandono. As atividades e transportes fluviais são abandonadas, os centros urbanos são desindustrializados, e as frentes ribeirinhas isolam-se da restante cidade, tornando-se áreas expectantes onde antigamente existiu exercício, mas hoje em dia ao abandono, espaços que, com o devido planeamento, poderão vir a trazer *“oportunidades únicas de desenvolvimento urbano”* (29).

Na atual época pós-industrial, olham-se para as antigas áreas industriais e portuárias, que em tempos fizeram parte da imagem e

identidade de muitas cidades, como espaços inativos e ao abandono. Tornando-se importante, para uma correta intervenção, a transformação destas barreiras físicas e espaços expectantes em vínculos que relacionem a cidade com a sua paisagem, evitando primeiramente a incorreta ocupação destas áreas.

Atualmente, observamos uma época pós-industrial, em que cada vez mais se torna importante a reabilitação urbana de zonas e edificado da antiga era industrial, bem como de frentes marítimas. Isto devido à desativação em grande escala destas áreas e portos marítimos. Foi se observando gradualmente a uma desvantajosa ocupação das frentes marítimas o que deu origem a uma certa *“desarticulação entre o traçado da cidade e os espaços portuários industriais”* ⁽³⁰⁾. Apesar de estes se terem tratado, em muitos casos, de fontes de sustento e identidade de muitas das cidades onde se inseriam: criando assim o surgimento das chamadas zonas expectantes. (30) SAMPAIO. 2017: 6

Estas mesmas áreas expectantes da cidade remetem a espaços onde se realça a ausência de uma utilidade (que resultam muito do referido abandono de práticas que foram comuns no passado, resultantes da desindustrialização), apesar disso, considera-se o termo distinto de um vazio urbano, mas sim uma área expectante a novas oportunidades, apesar de se tratarem, na maioria dos casos, de áreas de uso e de génese ilegal.

“sem licença de loteamento, (...) objeto de operações físicas de parcelamento (...) até à data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 400/84, de 31 de dezembro, e quando foram parcelados anteriormente à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 46673, de 29 de novembro de 1965” ⁽³¹⁾ (31) SEIXAL, Câmara Municipal. 2001-2018

Apesar de se tratarem de terrenos urbanisticamente vagos, muitas vezes possuem funções sociais devidamente definidas, espaços que, devidamente pensados, poderão ser futuramente reorganizados, procurando dignificá-los. No entanto, apesar da constante presença de espaços deste carácter no território, estas mesmas áreas continuam inalteradas e sem intervenções, consequência mais uma vez da desindustrialização, essencialmente em áreas centrais, levando à perda de população, e um crescimento apenas nas zonas periféricas.

Procurando voltar a chamar a população para o território, dever-se-á privilegiar as intervenções capazes de o fazer, bem como de manter os locais. E desta

(32) KOOLHAAS, 2001

forma, estas referidas áreas expectantes poderão ser exponencialmente aproveitadas.

Segundo Koolhaas, denominando de Junkspace as áreas expectantes possuem uma enorme competência e potencialidade para uma possível e correta intervenção espacial e funcional, que, segundo o autor se encontram estagnados devido a motivos económicos, políticos ou até um certo impasse na escolha da correta intervenção tendo em conta os pressupostos inerentes, bem como as suas pré-existências físicas, sociais e mesmo territoriais ⁽³²⁾.

Esta é sem dúvida uma premissa de como requalificar urbanisticamente a cidade, devendo existir corretas intervenções no território. São espaços que em muito condicionam as cidades, memória de um tempo industrial, que se assumem como espaços de oportunidade

Trata-se de um espaço autónomo, que apesar de se seguir em funcionamento e apropriação, não se conecta com a restante cidade em volta, não possuindo qualquer continuidade em sentido urbano com esta, independente da mesma, como se se tratasse de uma minúscula cidade dentro de uma outra grande cidade. Áreas expectantes, zonas independente e autossuficiente da cidade, não relacionadas com a mesma.

(33) BELTRAME. 2013: 115

“[...] remete ao sentido de ausência, ausências de múltiplas ordens, associando-se, a princípio às descontinuidades, a espaços residuais no tecido urbano, atribuídos ao processo capitalista permanente de construção e reconstrução da cidade, espacializando, como afirma Borde (2012), as contradições deste processo. Remete, ademais, a um incómodo, associado às expectativas e às possibilidades d[de] espaço” ⁽³³⁾

II.4 | MEMÓRIAS – ENQUANTO REFERÊNCIA PROJETUAL

“Todo o presente é todo o passado e todo o futuro” ⁽³⁴⁾ (34) PESSOA. 1986: 53

Caraterística do ser humano, a memória permite a permanência num lugar, onde subconscientemente o Homem marca o seu caminho, é ela que lhe permite vaguear pelo cenário criado na sua imaginação. A memória de um lugar compreende as pessoas, os seus costumes e as suas vivências, permanece por detrás das ruínas e não se perde, enquanto não se perderem as gentes.

Quando um lugar se vai, permanece guardado na memória, e acabam por se tornar *“lugares da memória”* ⁽³⁵⁾. Segundo o autor, (35) NORA. 1984: 21-22 estes são lugares físicos, materiais, mas também metafísicos, genéricos, e figurados, sendo que todos estes pontos de vista devem poder coabitar permanentemente.

“Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual escolar (...) só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, (...) de uma significação simbólica, é, ao mesmo tempo, um corte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, a um lembrete concentrado de lembrar. Os três aspetos coexistem sempre (...)” ⁽³⁵⁾

Um lugar deve conter *“vontade de memória”*, ou seja, deve conter em si a intenção de ser recordado, o propósito que garanta a sua identidade, sendo ⁽³⁵⁾ *“o que os constitui é um jogo da memória e da história, uma interação dos dois fatores que leva a sua sobre-determinação recíproca”* ⁽³⁵⁾.

Da história, surgem-nos referências de memórias de outros tempos, das suas vivências, vestígios e indícios do passado. De certo modo, existe uma relação entre a memória e a história, na medida em que a primeira é capaz de conservar e manter o tempo em determinado período, e assim considera-se que é a partir do passado imaginado na memória que cada indivíduo se poderá deparar com o seu eu identificativo, e por sua vez com a sua comunidade e grupo social específico.

(36) POLLAK, 1992: 204

Pollak (1992) defende que a memória pode ser concebida por cada indivíduo, na medida em que esta poderá recordar e não mais esquecer, reunir diferentes elementos, esquecer parte das recordações e ir relembando partes delas, trata-se de *“um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade de coerência de uma pessoa de um grupo em sua reconstrução de si”* ⁽³⁶⁾.

Percebe-se também que a memória tirará partido sendo partilhada, e sendo diversificada dentro de uma certa cultura social, levando à criação de mais próximas convivências e intimidades entre os indivíduos, levando à identificação entre o Homem e o lugar vivido.

A memória torna-se essencial no contexto citadino, assim como a história, relacionada com a primeira, as relações entre os habitantes, e por sua vez com as questões de sociabilidade, sendo a memória capaz de promover estas mesmas.

Torna-se específica de cada lugar: a experiência dos espaços é primeiramente entendida por aqueles que o os frequentam, e pressupõe a vivência do mesmo. Neste aspeto, a memória é entendida como um filtro inconsciente daquilo que cada um cria como seu, e que é seu constituinte. O espaço implica a experiência de cada um, entre a realidade e cada uma das pessoas que atualmente usufruem do espaço.

Cada lugar, cada comunidade específica. Um grupo de pessoas que habita a mesma área e partilham semelhantes hábitos e modos de vivência, consciente de compartilhar uma mesma unidade de espaço. Cada indivíduo e integrante do espaço acaba por fazer parte de uma história partilhada do lugar, com uma identidade comum a cada vivência em particular e com objetivos em função das suas necessidades em comum.

(37) MEROLA. 2013: 20

“(...) preservar o património (...) é preservar a memória, a identidade de um edifício, uma máquina, uma atividade, uma população, região, ou país (...)” ⁽³⁷⁾

Existe, portanto, uma vivência em comunidade, onde as interações e comportamentos, com significados compartilhados entre os moradores, farão todo o sentido entre os seus membros.

Os seres humanos vivem o lugar. Com hábitos e dinâmicas muito

vincadas. Muitos deles coabitam os espaços individualizados alheios, e é até desta ligação entre as pessoas que surge a essência do lugar, que apesar de se tratarem de hábitos racionais de vivência, esta envolve também um hábito emotivo de relacionamentos, quase como uma prática mais primitiva do Homem.

Há que estudar com afinco o tecido urbano do local com intenção de melhor perceber então estas questões sociais.

As vivências passadas, diretamente relacionadas com a questão da memória, a vivência do espaço construído relacionado com a questão também da proximidade: a forma arquitetónica, e por sua vez a memória, profundamente relacionada com a arquitetura: por um lado pelo lugar em que se intervém, como pelo arquiteto, onde ambos devem sem dúvida evocar o passado. A memória torna-se assim, num elemento a ter em conta aquando de qualquer intervenção arquitetónica.

“(...) o espaço que se deixa é tão importante com o que se preenche” ⁽³⁸⁾ (38) TÁVORA. 2006: 18

A arquitetura não pode descorar da questão da memória, especialmente quando se trata de projetos de reabilitação. Mesmo desenvolvendo uma nova linha de pensamento sobre um território desabitado ou abandonado, neste perdura a memória do passado. O projeto de arquitetura deverá sempre considerar a memória e a identidade do lugar, dando a devida atenção aos valores étnicos presentes. Assim, a memória de um lugar é entendida como resultado do contexto histórico e morfológico envolvente, o seu desenvolvimento e os seus processos de modificação e metamorfose, dentro de um contexto cultural e social. É um inventário de recordações, *“fotografias, levantamentos, desenhos, o enredo de uma comédia, o cenário de um filme. Talvez um retrato”* ⁽³⁹⁾, é a história dos lugares, e o que nos permite o entendê-los.

(39) ROSSI, 1981: 63

II.5 | ESPAÇO PÚBLICO

(40) BARREIRO. 2014: 15-118

Fisicamente, o espaço público é composto “*pelo conjunto de ruas, passeios, espaços verdes urbanos, praças e largos, que constituem o conjunto de vazios definidos pelos conjuntos, edifícios (...) existentes numa cidade*”⁽⁴⁰⁾, apesar disso, o que se torna de maior relevância não será propriamente esta definição do conceito, mas sim as relações, vínculos e interações, e até influências que cria para com o Homem.

(41) INDOVINA. 2002: 119

“O espaço público é fundamental para o funcionamento de todas as cidades e contribui para a identificação de cada cidade”⁽⁴¹⁾



Diretamente relacionado com aspetos da confirmação urbana e social, a questão do espaço público citadino engloba características como a sua tipologia, morfologia e funcionalidade, não descorando das suas qualidades sociais e ambientais.

Lynch (2007) defende a perspetiva tipológica e morfológica do espaço público. Dentro da primeira, realça as características tipológicas específicas dos espaços públicos (distintas entre cidades), bem como as relações sociais que nesses espaços se estabelecem. Esta distinção refere-se a características físicas como a sua disposição e conformação e a maneira como a sua forma é difundida aos seus utilizadores.

É entendido como espaço de continuidade, de transição, de permanência. Lugar de convivência, de atividades, interculturalidade, interação entre os habitantes. Lugar de encontro, de comércio, de circulação. A rua, os edifícios, a relação entre todos os elementos. O espaço público torna-se num elemento de grande importância na cidade.

Fig. 7, 8 e 9 - Espaço público citadino – palco de episódios de vida urbana (MACHADO. 2017)

“É invariavelmente, um local privilegiado de encontro e discussão. É esta apropriação do espaço público que lhe atribui uma identidade própria desse local. Assim, entende-se que seja fulcral a participação ativa da população na definição destes espaços, na atribuição de novas características ou na preservação das memórias existentes.”⁽⁴²⁾

(42) BARREIRO, Câmara Municipal. N°23. 2014

Procura uma certa regularidade e equilíbrio de relações dentro do tecido urbano, e comprova a identidade do lugar e criar novos pontos centrais.

O espaço público surge por analogia do existente, principalmente a partir das linhas que o edificado sugere, dando-lhe um desencadear do espaço exterior, que deve ser corretamente colmatado. No entanto, este não se trata do único “desencadeador” de uma estrutura urbana, *“este pode ser definido por espaços vazios, onde as ruas, praças e outros espaços público não construídos, orientam a implantação da massa edificada”* ⁽⁴³⁾.

(43) KRIER. 1984: 42-48

Hals (1929) defendia a rua enquanto elemento encorajador para uma correta atividade e movimento citadino. Já para Alexander (1979) *“as ruas devem conter em si um “espaço linear central, ladeado por dois troços estreitos de encaminhamento dos transeúntes”* ⁽⁴⁴⁾, devem conter um espaço central pedonal que se torne central conforme figura 10.

(44) ALEXANDER. 1979: 590-591

Deve poder constituir passagens pedonais e conter locais de vivência coletiva, e deve possuir um elemento capaz de agregar todo o espaço que, conforme é habitual e corretamente empregue, o meio verde.

“(...) pequenas quantidades de vegetação têm menor importância, mas quantidades maiores (...) podem reforçar de um modo significativo a imagem de uma rua(...)” ⁽⁴⁵⁾

(45) LYNCH. 2011: 56

Lynch (2011) refere ainda a existência não só de espaços públicos lineares (fig. 10), como não lineares, ambos enfatizando o papel de espaço dedicado à interação social. Os segundos são considerados lugares de *“sociabilização da comunidade”* ⁽⁴⁶⁾, são espaços onde, dentro da estrutura urbana, a população se manifesta e se apodera. O autor defende ainda a organização dos espaços públicos não lineares em “tipos” distintos, como as praças e largos: *“espaços de encontro e lazer (...) de escape dentro do contexto urbano, onde (...) o bem-estar dos indivíduos é o principal objetivo”* ⁽⁴⁶⁾, os parques urbanos, que, ao contrário dos primeiros, não se localizam na periferia mas sim nos centros urbanos, *“dentro e integrados no tecido urbano”* ⁽⁴⁶⁾, possuem dimensões inferiores em comparação com parques regionais e referem-se a semelhantes objetivos de apropriação e idênticas atividades, ou os parques lineares ou parques de rio quando desenvolvido nas proximidades do mesmo, são espaços *“que se identificam com o movimento e com o passeio (...) mais rural”* ⁽⁴⁶⁾, ou seja, englobam tanto a circulação pedonal como



Fig. 10 - Espaços lineares centrais de circulação pedonal: Córdoba, Espanha (SERDORA. 2006:150)

(46) SERDORA, 2007: 151

(46) SERDORA, 2007: 151

outros meios: *“cavalo, carruagem, bicicleta, carro (...)”* ⁽⁴⁶⁾.

(47) GEHL e GEMZOE. 2000: 87

Segundo Gehl e Gemzoe (2000), é fundamental a existência na cidade de espaços dedicados ao encontro e entretenimento, tranquilidade e lazer, com funções relacionadas. Onde se torna indispensável um cuidado desenho do espaço onde os equipamentos possam coabitar harmoniosamente com as atividades desenvolvidas e concebidas para o lugar, *“para que sejam reunidas as condições que garantem o conforto no espaço público, (estes devem) (...) integra(r) uma área extensa de coberto vegetal ou mineral: superfícies de pedra e cascalho, fontes, cascatas ou lagos e áreas arborizadas (...) (um) oásis combinando grande variedade de elementos, espaço e oportunidades para atividades e sossego”* ⁽⁴⁷⁾.

(48) GEHL e GEMZOE. 2000: 136

Para além das funções referidas, os autores também associam os espaços públicos com uma localização mais central dentro da malha urbana a *“locais onde se concentram atividades e acontecimentos coletivos de maior ênfase no âmbito da cidade, (...) diversos eventos diários com destaque à escala urbana (...) (como) cerimónias, mercados, festivais (...)”* ⁽⁴⁸⁾, como se o espaço público exercesse função de ponto de encontro, e para tal deve estar munido do equipamento necessário à comodidade dos seus residentes.

(49) SERDORA. 2007: 155

As limitações impostas pelo meio ambiente são, no entanto, condicionantes à vivência e sustentabilidade dos espaços públicos, sendo considerado um limite natural ao seu uso e apropriação. Segundo Lillebye (2001. p.33), é o meio ambiente e os fatores climáticos (*“luz solar (...) temperatura ambiente (...) vento (...) humidade relativa do ar (...) e fatores biofísicos (...)”* ⁽⁴⁹⁾), que em muito intervêm com o modo como as pessoas vivem o espaço público, sendo que o correto domínio desta condicionante pode vir a ser muito vantajoso na agiliação do conforto vivido nestes espaços.

(50) SERDORA. 2007: 153

“O importante nas interações entre o meio ambiente e a sociedade está em encontrar o equilíbrio entre ambiente e dinâmica urbana.” ⁽⁵⁰⁾

(51) COSTA LOBO. 2001: 22-28

Estes espaços devem assumir especificidades de recreio, ócio e consumo, para além de características obviamente sociais, devem englobar espaços de estar, para além dos já referidos espaços destinados ao fluxo e circuito, como as ruas, os passeios, etc.

Segundo Costa Lobo ⁽⁵¹⁾, os espaços só serão corretamente *“íntimos”* ao existir *“uma continuidade de espaços pedonais”*, deve existir uma ligação de todo o

território, que apenas será possível através da criação de “*espaços públicos qualificados*” ⁽⁵¹⁾, sem obstáculos, sem qualquer fator que afete a convivência entre os peões e veículos. Sendo então que, para a adequação do espaço público, torna-se fundamental o desenvolvimento de um planeamento urbano de qualidade.

(51) COSTA LOBO. 2001: 22-28

Deste modo, o arquiteto está em grande parte envolvido no aumento da qualidade de vida pública, sendo este responsável pelo desenvolvimento de espaços do mesmo carácter. Os projetos urbanos devem ser pensados de forma a integrar não só a requalificação dos espaços públicos, mas também um redesenhar dos espaços próprios de cada utilizador do espaço. Sempre com a intenção de unir o espaço fragmentado, nunca dividindo o lugar, mas criando relações com o existente.

(52) ROMÃO. 2018: 1

“É esta ocorrência múltipla e desordenada de modos de vida diferentes que lhe dá um carisma único e irrepetível. Diria mesmo que é isto que as pessoas vêm ver.” ⁽⁵²⁾

Para o desenho urbano, devem também ser considerados conceitos já abordados, como da memória e história do lugar, a proposta urbana e arquitetónica, e a arquitetura em si são consideradas enquanto “*a cena fixa das vicissitudes do homem, carregada de sentimentos de gerações, de acontecimentos públicos, de tragédias privadas, de factos novos e antigos.*” ⁽⁵³⁾.

(53) ROSSI, 1984: 33

Segundo Rossi, a história e a memória são elementos cruciais, capazes de distinguir e caracterizar o território. Sem eles, o espaço esquecer-se-ia do seu valor, da sua identidade, duas suas características que o tornam único. Procura-se entender as particularidades do lugar e das próprias pessoas, para uma possível criação arquitetónica de espaços que se mostrem objetivos o suficiente para transmitir, tanto aos seus habitantes, como a possíveis visitantes e frequentadores do espaço, emoções e relações intersubjetivas, onde cada um se consiga rever, que sejam sentidos como arquitetura, como insubstituíveis, e sentidos como necessários.

Os espaços públicos são considerados aptos para uma correta reconexão do tecido urbano, bem como para o colmatar de muitos dos territórios que se encontram segregados: desfazendo processos de segmentação territorial, e dando resposta a questões como a fragmentação do território e da

sociedade correspondente.

A importância do espaço público é otimizada dentro do tecido urbano, não apenas enquanto percursos de circulação, mas capaz de assegurar uma vivência qualificada, integrado na estrutura territorial como um todo.

II.5.1 | REABILITAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

O espaço público, entendido como espaço de circulação, e ainda de estadia exterior, deverá inserir-se numa correta estrutura urbana, não devendo ser renunciado o fluxo pedonal em prol da circulação viária, facto este que poderá facilmente ser causa de desconexão *“na rede de percursos, prejudicando a sua segurança, conforto, legibilidade, etc.”* ⁽⁵⁴⁾.

Acerca da sua reabilitação, esta corresponde a uma *“estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade existente através de intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, económicas e funcionais a fim de melhorar a qualidade de vida das populações”* ⁽⁵⁵⁾. Deve ser tratada num espaço onde seja notória a ausência de uma cidade participada e de uma inclusão à identidade do lugar que o abraça bem como a respetiva comunidade e dinâmica social. Trata a alteração de espaços localizados em regiões desprezadas e desaprendidas que procura uma correta regeneração ou progresso de desenvolvimento e reconexão com o seu contexto, até então, fragmentado.

Quando a história da cidade que o envolve não é refletida no espaço público, algo deve ser alterado. Este deve poder representar física e simbolicamente o contexto em que se insere. Segundo Borja e Muxi (2000: 26), para uma correta definição do termo, pressupõe-se *“uma obrigação de conhecimento da importância que a forma urbana tem na coletividade, na sua vivência e na sua representação”* ⁽⁵⁶⁾, e como tal, este espaço não poderá apenas tratar-se de um vazio residual entre o edificado e as ruas.

Deste modo, a sua correta reabilitação torna-se no elemento incentivador de um elemento indispensável à estrutura urbana na cidade, capaz de potenciar qualidade de vida e linhas de orientação dentro do tecido urbano tornando o espaço público num elemento agregador e não segregador, que contribua para as interações interpessoais e exclua as até aí existentes barreiras no território.

É no século XVIII que surge o conceito da reabilitação do espaço público, quando, em França, emerge a inquietação com a mesma e com o engrandecimento do espaço urbano do domínio coletivo, *“através de elementos físicos e da noção de partilha para diferentes usos e diferentes modos de circular”* ⁽⁵⁷⁾. No entanto, surgem mais tarde algumas alterações aos conceitos pré-definidos, aquando da evolução

(54) BARREIRO, Câmara Municipal.

2014: 16-118

(55) Carta de Lisboa sobre a

Reabilitação Urbana Integrada. 1995: 1

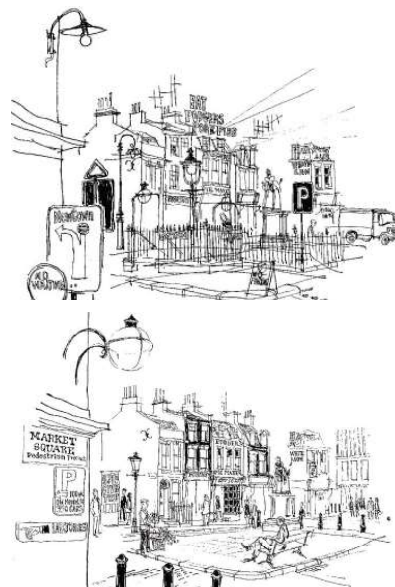


Fig. 11 e 12 - Skeffington Report – Espaço Público Participado (SKEFFINGTON, 1969: 48-49)

(56) BORJA E MUXI (2000: 26)

(57) CML. 2015: 79

dos transportes públicos e com a utilização de elevadores, o que levou no final do século XIX e princípios do século XX, à compactação da cidade e a extensão das cêrceas dos edifícios.

(58) Carta de Atenas. 1933. 18-27

Pouco mais tarde, a carta de Atenas, expressa a abordagem urbana do ponto de vista moderno, definindo “(...) *uma abordagem funcionalista da cidade e uma especialização dos diferentes espaços e estruturas que a constituem, (...) levando a uma compressão do território urbano, (...) no qual o espaço entre edifícios passa a ser encarado como um vazio sobrando*”⁽⁵⁸⁾.

A segunda metade do século XX, pós segunda guerra mundial, determina um período onde se tornou fundamental a reconstrução das cidades destruídas, desenvolvendo agora uma correta rede de transportes dentro de um novo planeamento urbano, isto devido à massificação do ramo automóvel, levando ao aumento do exercício da engenharia do tráfego. E foi devido a estas alterações nesta época que, nos dias de hoje, em alguns casos, o desenho urbano se encontra desarticulado, onde que as ruas e a circulação pedonal não possuem qualquer ligação com as restantes vias, onde a circulação automóvel tomou primazia e as pessoas e os espaços a elas destinados são agora secundários.

(59) ROLNIK. 2000: 5

“(...) *assistimos a um modelo de cidade que nega a possibilidade de uso do espaço público e que intensifica a privatização da vida e uniformiza os espaços, levando a uma desorganização social e a um caos urbano.*”⁽⁵⁹⁾

(60) SOUSA e BRAGA. 2011: 19

A reabilitação do espaço público deve implicar a dissolução de barreiras dentro dos tecidos urbanos, reavendo as relações sociais pré-existentes e diluindo o até então isolamento de espaços que, apesar de próximos, se segregam, devido ao mau planeamento e segregação dos espaços públicos: o chamado “*efeito barreira*”⁽⁶⁰⁾.

(61) BORJA e MUXI. 2000: 88

Borja e Muxi (2000) defendem que a reabilitação do espaço público pressupõe um correto parecer do mesmo, que deverá ser feito após o diagnóstico das suas ações, ou seja, devem ser analisadas dinâmicas como a veemência e as características das relações sociais a desenvolverem-se no espaço, mas mais importante ainda, a capacidade que possui de “*estimular uma identificação simbólica dos cidadãos e proporcionar expressão e integração culturais*”⁽⁶¹⁾.

Deste modo, torna-se claro que a elaboração de um espaço público partilhado deve implicar a participação das pessoas a quem este se destina, deve englobar um

um debate partilhado, em que as ambições de todos sejam expostas, transmitindo e fornecendo a identidade local, baseada na sua componente cultural e nos pareceres sociais.

Segundo Serdoura (2006), o espaço público deve tornar-se num correto *“agregador”* dentro do contexto urbano, espaço capaz de se distender para a cidade, o *“palco para a mescla de formas de vida urbana”* ⁽⁶²⁾, sendo também considerada a solução para uma correta homogeneidade das pessoas, ou seja, contribuindo para que todos sintam uma saudável empatia entre si e por sua vez com o lugar.

Para o espaço público, a sua regeneração deve conter em si uma aptidão à igualdade, e deve dispor de componentes que referenciem o lugar, a sua identidade e definição. Deve ser visto como uma referência e centralidade, encadeando diferentes funções e utilizadores.



Fig. 13 - Comissão de moradores do Porto - encontro geral de residentes no pavilhão desportivo. Abril, 1975 (ICON magazine)

(62) SERDOURA. 2006: 76

“(...) a “operação renovação” constitui um legado à cultura urbanística e arquitetónica (...)” ⁽⁶³⁾

(63) PORTAS, 2005: 48

II.6 | COMUNIDADE

Antes de mais, dever-se-á ter claro que o conceito de comunidade é definido como um conjunto de indivíduos que partilham mutuamente os mesmos hábitos, interesses, e objetivos, que se reúnem e falam "a mesma língua", falam sobre os mesmos assuntos e tópicos, com interesses semelhantes.

(64) HOWARTH. 2001: 3

No entanto, o conceito possui diferentes circunstâncias, *“desde entidades locais, geograficamente definidas, como sejam aldeias, cidades e nações, a entidades internacionais amplamente dispersas no espaço e no tempo”* ⁽⁶⁴⁾. A comunidade em que cada indivíduo se insere poderá ainda determinar a sua posição social. Trata-se de uma identidade comum e de um motivo para a iniciativa e poder, uma causa até para a marginalização e exclusão social.

(65) HOWARTH. 2001: 3-11

Segundo o autor, existem diferentes definições do conceito, *“em algumas definições, as comunidades estão localizadas. Noutras, a pertença é mais simbólica. Noutras ainda, as comunidades são definidas através de experiências comuns”* ⁽⁶⁵⁾, ou seja existem portanto tópicos que alteram a definição, são os próprios indivíduos e as suas relações interpessoais que a definem, são as comunidades consideradas como princípios de situação social de cada indivíduo, de atos de pertença, trata-se de uma base de identidade comum, da causa à marginalização e exclusão social.

(66) HOWARTH. 2001: 19

As comunidades devem constituir grupos homogêneos de indivíduos, impondo até aos seus constituintes formas de ser e agir, surgem como lugares de combate no entendimento da sua identidade, pertença e diferença ⁽⁶⁶⁾ (HOWARTH. 2001: 19). No entanto, dá-se primazia às relações interpessoais com o propósito de pretender a criação de identidade cultural da comunidade: intercomunicação, discussão, consenso e interações devem ser incitadas para a sua criação e desenvolvimento.

Segundo autores como K. P. Cross (1998), Etienne Wenger (1991, 1996, 1998) ou Jean Lave (Lave e Wenger, 1991), existem dois tipos de comunidades: as comunidades de aprendizagem (CA), e as comunidades de prática (CoPs).

(67) AFONSO, 2001: 427-432

Cross defende que uma CA existe num grupo de pessoas devido a um compromisso interativo entre estas, ou seja, *“constituem um ambiente intelectual, social, cultural e psicológico que promove a interação, a colaboração e a construção de um sentimento de pertença entre os membros”* ⁽⁶⁷⁾, assim tudo aquilo que uma comunidade sabe e é conhecimento adquirido está

baseado em algo que lhe é externo, e que pertence à sociedade em que se insere.

Por outro lado, e segundo Bruffee (1995), o conhecimento é histórico e localmente transformável, não se tratando de verdades universais nem absolutas, onde a cooperação entre os membros dentro de uma comunidade é essencial para o alcançar determinado conhecimento.

Em contrapartida, nas CoPs a dimensão social é fulcral, sendo que a comunidade não é apenas um sustentáculo à aprendizagem, mas sim o local possível onde a mesma acontece.

“(a) participação na prática social é a forma fundamental de aprendizagem” ⁽⁶⁸⁾ (68) LAVE e WENGER, 1991: 54

Os autores definem as CoPs como grupos com um interesse em comum, acerca de uma prática que partilham, e que é devido à relação regular que mantêm entre si que conhecem como melhorar esta mesma prática comum. Entendendo-se esta relação como *“um processo participativo e ativo na comunidade”* ⁽⁶⁹⁾.

(69) WENGER, 1998: 45

É este interesse em comum que distinguirá cada comunidade, que acompanhará o seu progresso e desenvolvimento, é aquilo que concede significado aos seus comportamentos, atividades, práticas e condutas, promovendo deste modo *“o sentimento de pertença de modo que cada membro considere, a comunidade, a “sua” comunidade”* ⁽⁷⁰⁾, e é deste modo que se torna elementar a criação e o fomento de convivência e ligações entre as pessoas.

(70) MESQUITA, 2004: 12

É o tempo passado em comunidade tão importante na partilha de conhecimentos, na discussão de situações do dia-a-dia, nas suas ambições, privações, dificuldades, ideias, convicções. E são estas relações de convivência que largamente *“contribuem para o desenvolvimento de um sentido comum de identidade”* ⁽⁷¹⁾, e que distingue cada comunidade.

(71) WENGER, 2002:47

“Não há algoritmos para construir comunidades. De facto, não se trata de um mero problema de engenharia basicamente apenas centrado na tecnologia e desenho de interfaces complicados. Trata-se sobretudo de um problema envolvendo pessoas e, como tal, objetivos, ideias, emoções, disponibilidade, confiança, relacionamentos e interatividade a diferentes níveis e ritmos” ⁽⁷²⁾ (72) ANDRADE e MACHADO. 2001: 452

Cada comunidade dever-se-á distinguir pelas suas práticas, que se deverão tratar de saberes particulares que esta adianta e desenvolve, que esta partilha e preserva: ideais, linguagem própria, história, saberes, etc.

Numa comunidade, os seus membros são vistos como um todo. No entanto, podem sub desenvolver-se pequenos grupos de pessoas que se dão melhor entre si: sub-comunidades - a grande população não se subsiste apenas dos acontecimentos concretizados, mas principalmente das relações entre as pessoas. Deste modo, surge a carência, não só de espaços que sejam públicos a todos, mas também de espaços de carácter mais privativo.

II.7 | CONSTRUÇÃO PALAFÍTICA EM MADEIRA

A palavra palafita denomina qualquer edificação que seja erguida sobre estacaria e tenha a laje térrea sobreelvada relativamente à envolvente, as estacas são usualmente de madeira, elevados da cota zero e habitualmente são construídas sobre a água ⁽⁷³⁾.

Este mesmo método construtivo desenvolveu-se de dois modos específicos, um primeiro, em que são os próprios edifícios que, ao alongar a sua estrutura, é esta própria que sustenta o edifício e o eleva, sendo a própria estacaria a estrutura de suporte para os edifícios (como é exemplo a figura 14). Ou uma outra em que uma plataforma é assente sobre a estacaria que a suporta onde depois se ergue o edifício com uma estrutura independente (como é exemplo a figura 15).

Trata-se de uma solução construtiva ainda utilizada em todo o mundo, em especial nos trópicos (de Cancêr e de Capricórnio, no pacífico asiático, no oeste africano e América do sul. De notar que qualquer uma das tipologias (antes referenciadas) em muito se influenciam pelas características do lugar em que se encontram.

Os primórdios deste tipo de construção surgem devido à necessidade que o Homem teve de construir sobre as águas, ou pe perto delas, e surgem desde os tempos neolíticos ⁽⁷⁴⁾, povoamentos que se foram construindo sobre plataformas que se sustentam da mesma forma: com uma estrutura palafítica.

Tratando-se antes de mais do resultado da tecnologia disponível, a função deste tipo de arquitetura é uma proteção criada das edificações das marés cheias, prevenindo as inundações, evitando o movimento das areias das dunas, ou mesmo as cheias sazonais do rio ⁽⁷⁵⁾, no entanto foi sendo muito utilizada por povoações em várias localidades e em todo o mundo, devido pelo uso das águas como fonte de sustento.

Interessante de destacar que as populações associadas a este tipo de construções correspondem a pequenas comunidades que possuem uma certa unidade étnica ⁽⁷⁵⁾, ou seja, é nestas comunidades que são *“conserva(dos) fatores culturais semelhantes, tanto nos materiais utilizados, como na importância da proximidade da água, fonte de alimento e meio de comunicação”* ⁽⁷⁶⁾. Deste modo, poder-se-á até considerar uma certa homogeneidade no que trata este tipo de construção, em particular o fator em comum que é a constante materialidade principal: a madeira. Trata-se de um tipo de arquitetura especialmente adaptada às

(73) RIBEIRO. 2011: 13-14



Fig. 14 - Construção palafítica:
Sarawak, Malásia oriental



Fig. 15 - Construção palafítica:
Ilhas da Papua Ocidental no Oceano
Pacífico, Indonésia

(74) No lago de Zurique, Meilen - Suíça, foi descoberta partes de uma rede de aldeias palafíticas, zonas de confluência cujas construções assentavam sobre estacaria constituída por troncos de árvores dispostos na vertical. Foram descobertos em 1854 e datam do período que oscila entre os anos 5000 a 1800 a.C.

BAHAMÓN e ÁLVAREZ. 2009: 7

(75) PEIXOTO. 1990: 83-84

(76) BAHAMÓN, ÁLVAREZ. 2009: 8

(77) Estruturas palafíticas construídas pelos pescadores migrados de Vieira de Leiria para as margens do Tejo durante o século XX.

(CALOR. 2011: 63)

(78) RIBEIRO. 2011: 63

(79) MOUTINHO. 1979: 89

(80) SALVADO. 1985: 38

(81) ROSSI. 1988: 48

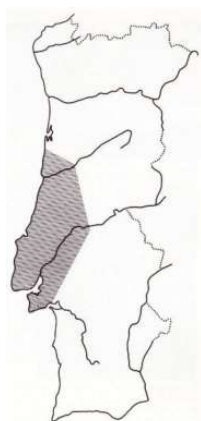


Fig. 16 - A localização das construções com origem popular e de carácter palafítico em Portugal.

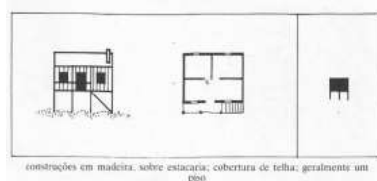


Fig. 17 - Mapa tipológico da zona onde se localizam as construções com origem popular e de carácter palafítico em Portugal (com legenda respetiva).

necessidades daqueles que frequentam estes espaços, e por sua vez às necessidades que o lugar implica.

Em Portugal, as cabanas produzidas por pescadores representam uma *“cultura arquitetónica vernacular única (...) edificações elevadas do solo com estacas (que) conferem às povoações Avieiras⁽⁷⁷⁾ uma forte identidade”⁽⁷⁸⁾*, e em que a palha foi o material de eleição, daí a origem do nome: as palhotas. Ou, segundo Moutinho⁽⁷⁹⁾, casas assentes em estacaria às quais denomina de casas de avieiros do Tejo e do Sado. Estas construções de origens populares foram, sendo comumente desenvolvidas no nosso país por pescadores, maioritariamente residentes no litoral centro (ver figuras 16 e 17), enquanto local de habitação, de arrumo e de apoio à sua atividade. O material mais usado era a madeira, devido à imediação ao Pinhal de Leiria.

A atividade piscatória começou por ser desenvolvida na sua maioria no Verão (Vieira de Leiria), época em que as condições marítimas mais favoreciam a pesca da sardinha, entre outro pescado. Por outro lado, os meses de Inverno (Tejo e Sado) eram mais propícios à pesca do savel, entre outros. No entanto, para alguns desenvolvedores da atividade, a prática tornou-se numa situação definitiva, tendo de passar grande parte do seu tempo nestas instalações que começaram por ser apenas de apoio, surgindo a imposição de uma habitação permanente, e não apenas sazonal, onde os avieiros se foram construindo, à imagem e semelhança das casas onde os seus construtores sempre viveram.

“(Os avieiros) no litoral centro do país, em madeira e sobre estacas (...) pareciam ser úteis e necessárias devido às cheias sazonais do rio. Eram estas as casas onde sempre tinham vivido e por isso erguê-las nas margens do Tejo, parecia natural.”⁽⁸⁰⁾

No entanto, e anteriormente à construção deste tipo de habitações destinada à comunidade piscatória, primeiramente era comum viverem nos barcos, e, apesar da sua já referida atividade principal, desempenhavam também a atividade agrícola como complemento à primeira.

Cria-se uma desordenação de arruamentos, construções dispersas no areal, frequentemente na linha da orla costeira, com traços peculiares, de gestos repetidos, antigos e familiares, comportando-se como pequenos hangares para barcos⁽⁸¹⁾.

“Como vive esta gente? Vive com simplicidade nos Palheiros, casa ideal para pescadores... É construída sobre espeques na areia, com tábuas de pinho e um forro por dentro aplainado (...) cheiram que consolam, quando novas, a resina, a árvore descascada e a monte; ressoam como um velho búzio e são leves, agasalhadas, transparentes (...) por dentro conservam uma frescura extraordinária, e quando se abre uma janela, abre-se para o infinito...” (82)

Acerca da sua construção em madeira, esta desenvolve uma estrutura e ordenação simplificada, a sua localização privilegiava o acesso à água e proximidade aos terrenos agrícolas, isolada e conforme cada proprietário. De planta retangular, a cobertura era comumente de duas águas com empenas triangulares, o alçado elementar com poucos vãos, as fundações desenvolvidas a partir da estacaria estrutural e o material inicialmente usado era apenas a madeira (fundações, alçados e cobertura), apesar de mais tarde terem sido usadas alvenarias de tijolo ou betão, e coberturas inicialmente em colmo e mais tarde em telha, alterações estas que vieram aos poucos a alterar a natureza primordial das palhotas (83). Relativo ao seu revestimento exterior, este era usualmente em tabuado de madeira ou, mais tarde, o contraplacado de madeira, ocasionalmente aplicado numa espécie de *“patch work”* (84) ou, em alguns casos, de *wattle work*.

Desenvolviam-se frequentemente baseados numa planta-tipo (ver imagens 19 e 20), continham habitualmente apenas um piso, contudo existem casos com mais do que um (como na praia de Mira, em Aveiro), em que o piso térreo era maioritariamente utilizado como espaço de arrumação e apoio à atividade piscatória, e o primeiro piso era onde se desenvolvia a habitação propriamente dita: uma cozinha e uma sala de estar, também um espaço de dormir e um espaço para a latrina (vasos sanitários).

Acerca do seu sistema construtivo, a sua estrutura em estacaria desenvolvia-se com uma secção retangular onde a sua fundação desenvolve sub-sistemas em que os seus elementos eram cravados no terreno e interligados por um grupo de vigas superiores (*“pau-a-pique”*) ou num outro em que as fundações são singularizadas e unidas, *“unificadas superiormente por uma peça horizontal formando linha (união das estacas colineares), um sub-sistema independente”* (83).

Refletem antes de mais uma relação com o lugar em que se inserem e com práticas típicas de uma comunidade, em grande parte os seus hábitos e tradições, de materialidade e construção características.



Fig. 18 - Palhota - Quinta do Alqueidão, Porto da Palha, Azambuja.



Fig. 19 - Planta-tipo I: palhota térrea (Planta de uma Palhota em Buarcos, Figueira da Foz)

(82) BRANDÃO. 2004: 110

(83) AA. VV. 2010: 54-58

(84) CALOR. 2011: 72

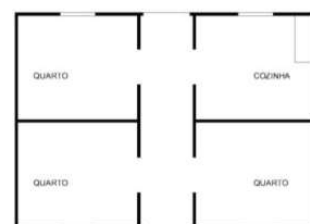
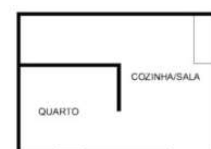


Fig. 20 - Planta-tipo II: palhota de dois pisos (Planta de uma Palhota em Palheiros na Tocha, Cantanhede)

II.8 | SÍNTESE

Neste capítulo aborda-se a questão da relação entre o Homem e os rios, e por sua vez, entre as cidades e as águas que os banham. Desde os primórdios que as águas se tornam num fator imprescindível à vida humana seja enquanto fonte de subsistência, como meio de comunicação, de acessibilidade ou correspondência de produtos: conexão entre os povos e entre territórios.

De um modo geral, diversos exemplos de frentes ribeirinhas tratam-se de casos onde seria passível uma boa relação da cidade com rio, quando bem aproveitados.

No século XIX, observou-se um enorme aumento da apropriação dos cais e zonas ribeirinhas, devido em grande parte pelo despoletar da revolução industrial. Estas áreas eram ocupadas na sua maioria por indústrias que utilizaram os rios como meio de transporte para a distribuição das suas mercadorias.

Hoje em dia, são os rios capazes de criar uma individualidade muito característica a muitas cidades como é o caso de Londres, Budapeste, Praga, Paris, Amesterdão, Baltimore entre outras.

É marcante a relação existente entre as populações e os rios, relações estas que em muito marcaram a história dos lugares. Lugares que até à atualidade têm sido definidos pelas águas que neles passam, afetando até mesmo aspetos como os já referidos, mas também a cultura e a natureza e especificidade da população presente.

A relação das cidades com o rio e por sua vez, com a paisagem, é amplamente característica da imagem da cidade, bem como da sua identidade e história. Existe uma enorme comunicação entre os dois principalmente em áreas portuárias, e é esta transição entre a terra e a água que, segundo Moore, de grosso modo, influencia a *“forma como as pessoas constroem ao longo ou à volta dos limites de costa para acomodarem as atividades associadas aos portos”* ⁽⁸⁵⁾.

A paisagem, criada pela geografia e topografia do lugar, como um todo, traduz-se num elemento inerente à vida, e por sua vez imanente à qualidade de vida dos seres humanos. Transformada pelo Homem, torna-se património cultural e ecológico natural, num símbolo histórico e espacial, estético e biofísico. Devendo por isso ser alvo de medidas de preservação e por vezes até de requalificação.

Associada também a questões identificativas do lugar, ou

(85) MOORE, 1997: 159

Associada também a questões identificativas do lugar, ou mesmo daquilo que faz parte das vivências de cada sujeito, a paisagem assume um papel essencial para o território, esta deve procurar manter o seu aspeto identificativo, e deve-se reaver na outrora existente *“continuidade (hoje) perdida entre a arquitetura e a sua circunstância”* ⁽⁸⁶⁾, tornando a paisagem num testemunho do território, e como tal, carecendo de preservação e recuperação, de maneira a não ser culpada da deterioração do mesmo.

(86) MANTA PEREIRA, 2012: 7

O século XIX assinala ainda uma importante época, em que as cidades, com a revolução industrial desenvolveram grande parte dos seus cais e portos fluviais. Por isso, foi-se observando a uma gradual segregação urbana entre estas áreas fluviais e a restante cidade, que se reflete ainda na atualidade.

Depois do período industrial, que em muito influenciou o desenvolvimento de áreas específicas dentro de diversas cidades, em muitos dos casos, hoje em dia resulta em espaços de vultoso, vazios industriais e consequentemente, vazios urbanos, ou as chamadas “áreas expectantes”, espaços não qualificados sem qualquer função social, edifícios abandonados em antigas áreas fabris, espaços sem qualquer função, baldios, devolutos, originando a consequente desocupação populacional.

Apesar de se tratarem de terrenos urbanisticamente vagos, muitas vezes possuem funções sociais devidamente definidas, espaços que, devidamente pensados, poderão ser futuramente reorganizados, procurando dignificá-los.

A memória, por outro lado, característica do ser humano, permite a permanência num lugar, onde subconscientemente o Homem marca o seu caminho, é ela que lhe permite vaguear pelo cenário criado na sua imaginação. A memória de um lugar, apresentada no mesmo, compreende as pessoas, os seus costumes e as suas vivências, permanece por detrás das ruínas e não se perde, enquanto não se perderem as gentes, que ali vivem, que tornam a cidade num espaço habitado.

A imagem da cidade, a nível urbano, pode ser vista como um conjunto de cheios e vazios, e é a partir destas formas, que se caracteriza uma imagem urbana, sendo que é a relação entre estas, a sua conjugação, a sua interdependência capaz de desenvolver o reconhecimento das formas da cidade.

Sendo os espaços públicos grande parte dos vazios, considerados fundamentais para a estruturação da imagem urbana da cidade. Tratam-se de espaços não residuais, ou seja, não apenas áreas livres entre as áreas construídas,

(87) BRANDÃO, 2000: 84

mas sim um *“ordenador do urbanismo (...) que pode suportar um território apto a sustentar usos e funções diversificadas, com a capacidade de espaços de continuidade, ordenados de bairro, articuladores da cidade e estruturadores”* ⁽⁸⁷⁾.

(88) KRIER, 1979: 19

Representam o método como a cultura se adapta ao ambiente, os vazios aos cheios, e vice-versa, tal como qualquer outro fator cultural. Surgem após um processo desenvolvido que é imposto, desempenhando ainda um papel importante à determinação das diferentes classes sociais ⁽⁸⁸⁾. Ou seja, o espaço público varia consoante as comunidades que por ele passam, diferentes indivíduos, e diferentes interações sociais consoante os níveis de relações entre estes.

(89) SERDORA, 2007: 155

Devem ser de fácil possibilidade de acesso comum e nele desenvolverem-se inúmeras *“possibilidades de escolha (...) e acesso a diferentes atividades, edifícios e recursos, e não (...) como espaços restritos às necessidades de qualquer sector da sociedade”* ⁽⁸⁹⁾.

Os espaços públicos possuem uma enorme desigualdade de espaços e ambientes, sendo a estrutura urbana capaz, deste modo, de acomodar ou até exprimir as relações entre indivíduos numa certa sociedade.

É o espaço proporcionador de mobilidade, caminhadas e passeios e um fator fundamental a ter em conta aquando da reabilitação do espaço público, proporcionador de qualidade de vida e atividade da população intrínseca. O que intensifica a imposição de uma correta malha urbana que proporcione a circulação pedonal.

Torna-se de grande importância a identidade do lugar e a sua relação com a memória e a história passada, onde esta ligação é capaz de desencadear uma série de situações e acontecimentos, ações, atitudes e práticas que correlacionam cada um ao grupo social em que se inserem.

E deste modo, dentro da lógica de cheios e vazios, toda a cidade pode até ser considerada um enorme cheio, que compreende e abraça diversos elementos, em mudança e transformação contínua, apesar da constante associação com o pré-existente, e com a sua respetiva identidade.

Relacionado com os temas referidos, abordou-se ainda o tema das comunidades, entendidas como conjunto de indivíduos que partilham mutuamente os mesmos hábitos, interesses, e objetivos, que se reúnem e falam “a mesma língua”, falam sobre os mesmos assuntos e tópicos, com interesses semelhantes. Constitui grupos homogêneos de indivíduos, e define-se

enquanto causa de posição social, de uma identidade comum e de um motivo para a iniciativa e poder, uma causa até para a marginalização e exclusão social.

Cada comunidade dever-se-á distinguir pelas suas práticas, que se deverão tratar de saberes particulares que esta adianta e desenvolve, que esta compartilha e preserva: ideais, linguagem própria, história, saberes, etc.

Por fim, acerca da construção palafítica em madeira, esta retrata uma importante relação entre o lugar e a arquitetura nele concretizada. Traduz pela sua especificidade de construção e materialidade, a história dos povos e os seus hábitos e costumes, retratando valores incontestáveis e intuitivos de construção, sendo antes de mais o seu principal objetivo a resposta às carências dos povos.

As palhotas retratam os valores das localidades e regiões onde se inserem, demonstrando hábitos e costumes de um determinado povo que as edificam. Inseridas num determinado contexto, são capazes de determinar práticas características do contexto físico em que se inserem.

CAPÍTULO III - CASOS DE REFERÊNCIA

III | CASOS DE REFERÊNCIA

III.1 | INTRODUÇÃO

Os casos de referência são considerados de grande importância para compreender como em cidades com problemas semelhantes estes foram resolvidos. Deste modo, foram selecionados seis casos de estudo, distribuídos por realidades, países e continentes diferentes, enquanto projetos de referência para este trabalho, apurados segundo diversos parâmetros e padrões seguidamente expostos. Tratam princípios significativos e de conexão e lógica entre os conceitos abordados no enquadramento teórico e a sua consequente realização no projeto de arquitetura que lhes advém.

É a partir destes que se torna possível tirar conclusões projetuais atendendo sempre às estratégias pré-definidas. Como que guias de configuração de cada componente que será integrado numa nova solução.

Foram escolhidos alguns projetos de referência, que se relacionam com o tema deste trabalho, bem como com as intenções projetuais. Tratam-se de casos espalhados pelo mundo, dois em Portugal de épocas diferentes (Alcácer do Sal, século XX, e Vila Franca de Xira, 2015), outro em Inglaterra (2013), dois no continente americano (Maine, 2014; Peru, 2015), e um outro ainda na América do Norte (Canadá, 2016) sendo que se optou por ordenar os casos em estudo pela data de concretização (possível influência de casos mais antigos em soluções mais atuais). Além dos casos referidos, foram analisados alguns outros que podem ser consultados nos anexo.

Dentro de cada caso, existem sempre situações comuns com o projeto elaborado, tendo sido analisados diferentes características específicas de cada projeto de referência.

O Porto Palafítico da Carrasqueira, pela semelhança de características dentro das palhotas (pequenas edifícios de apoio à atividade piscatória), bem como pela materialidade trabalhada (edificado em madeira assente em estacas do mesmo material – porto palafítico). Trata-se de um caso que foi elegido no sentido do entendimento da lógica humana, daquilo que o Homem constrói sem qualquer regra, apenas para que seja capaz de resolver problemas (neste caso

do território: área piscatória e de armazenamento do material relativo à atividade).

New Beach Huts dos arquitetos Pedder & Scampton, pela semelhança contextual (relação com a água) e devido à sua composição na correlação entre o espaço exterior, as pequenas cabanas de apoio à praia, e a zona de passeio.

A Little House on the Ferry, do atelier irlandês GO Logic, pela questão arquitetónicas das pequenas “cabanas”, e pelo fundamento desenvolvido na união entre vários elementos edificados a partir de uma estrutura em madeira elevada (a envolvimento desta estrutura no projeto - lógica semelhante à estrutura palafítica desenvolvida), materialidades, e questões arquitetónicas (nas pequenas cabanas).

Por outro lado, a Playa de los Pescadores, do atelier peruano Vicca Verde, pelo contexto e características semelhantes em que se insere (relação entre um espaço lúdico e de comércio, com a zona piscatória, e por sua vez com a água e com a zona piscatória) e pela multivalência e organização criada entre os espaços.

A Frente ribeirinha da Póvoa de Santa Iria, pela semelhança do tipo de projeto que foi desenvolvido: a reabilitação de uma antiga área piscatória, neste caso, de uma comunidade avieira. E ainda pelo passeio urbano e percursos organizados que relacionam o edificado de recreio e comércio com a frente ribeirinha de passeio e de lazer, assim como pela materialidade adotada (passadiço de madeira de acesso pedonal que interliga diversos pontos: áreas dedicadas à atividade piscatória, intervenção edificada, restauração, etc.

E por fim a C-Square Plaza, dos arquitetos do atelier The Marc Boutin Architectural Collaborative, pelas soluções desenvolvidas dentro da solução urbana e relação com o edificado em redor, suavizando a vivência do lugar que, antes desta intervenção, se encontrava sobrecarregado de infraestruturas.

(90) TROIA PORTUGAL.

Porto Palafítico Da Carrasqueira.

Turismo de Portugal. 2018



Fig. 21, 22, 23, 24 e 25 - Porto palafítico da Carrasqueira: atracadouro, edificado, caminhos

III.2 | Porto Palafítico da Carrasqueira

A quatro quilómetros da Comporta, no concelho de Alcácer do Sal, localizado na aldeia piscatória da Carrasqueira na margem do Sado, este é considerado o maior porto palafítico da Europa, uma construção de génese ilegal, construído em meados do século XX, que se estende ao longo dos esteiros do estuário do Sado.

Trata-se de um caso que merece ser estudado pela sua espontaneidade, ou seja, por se tratar de uma junção de construções improvisada, que foi crescendo conforme as necessidades e possibilidades daqueles que as viveram.

São pequenas arrecadações construídas pelos pescadores, arrumos dos materiais de pesca. Localizado na Carrasqueira, em Alcácer do Sal, e sendo de um porto fluvial, trata-se de um núcleo irregular de estruturas assentes em estacas de madeira, aparentemente frágeis, enterradas na água - cais de barcos de pesca que ali atracam. Esta estrutura pouco vulgar, é um marco para a povoação, e até conhecido por visitantes, um marco ao longo do estuário do Sado com centenas de metros de comprimento.

“[um] ancoradouro [que] parece serpentear a partir da margem e pelo estuário do Sado a dentro ao longo de centenas de metros, tornando esta estrutura deveras invulgar.” (90)

Trata-se de uma criação de homens sem experiência em construção, pescadores que construíram um espaço próprio a partir das faculdades que o lugar lhes oferecia. Um espaço que hoje em dia é muito apreciado pelos seus visitantes, bem como por alguns pescadores que ainda utilizam o lugar para aquilo que foi criado: a vida dentro da comunidade piscatória.



Fig. 26 - Porto palafítico da Carrasqueira: atracadouro, ruas, edificado

III.3 | New Beach Huts - Pedder & Scampton

Localizado na orla costeira de Southend, o projeto de 2013 das “pequenas cabanas de praia” de Pedder & Scampton situado em Shoeburyness, Essay, Inglaterra, desenvolveu oito pequenos cabanas de praia, de utilização esporádica, de forma robusta e simples, capaz de criar um espaço íntimo inserido na paisagem.

Enquadrado na mesma, é possível viver um espaço à beira-mar onde o azul do céu se fundo com o do oceano. Neste projeto os arquitetos criaram formas robustas, mas simples e assimétricas, e que *“acrescent(a) um ritmo ondulante ao alternar o tom do telhado ao longo da fileira de cabanas”* ⁽⁹¹⁾, ritmos e perfis fortes, capazes de conter em si tanto variedade como individualidade dentro de um todo, e a criação de espaços privados abertos dentro de uma enorme paisagem.

Na construção, optou-se por utilizar materiais locais e representativos do território nas paredes, como por exemplo as pedras, conchas e vidro reciclado do litoral, produzindo um *“padrão individual que reflete o caráter da praia adjacente”* ⁽⁹²⁾, paredes estas que marcam as paredes de cada uma das oito cabanas, construídas a partir de paletes de madeira reciclada e revestidas externamente com folhas de policarbonato.

“Uma cabana de praia é uma experiência exclusivamente britânica e um dos prazeres simples de umas férias à beira-mar... O lugar perfeito para trocar trajes de banho húmidos, fazer sanduíches de caranguejo, ou até para se proteger e ver o tempo passar” ⁽⁹³⁾

Foi criada uma plataforma, que interliga exteriormente todas as cabanas, um espaço aberto para a praia e para a paisagem onde as pessoas se possam sentar e apreciar a vista. Na parte posterior, um espaço mais estreito para armazenamento e trabalhos. As coberturas são ajardinadas, e refletem as margens verdes existentes entre a praia e a terra

Orientadas a sul, são os pequenos intervalos entre as cabanas que permitem, a partir do calçadão posterior e a uma cota mais elevada, a visão para a praia e por sua vez para o oceano.



Fig. 27 - New beach Huts: alçado principal (sem escala)

(91) AJ Buildings Library. 2013

(92) ARCHDAILY, 2014

(93) PEDDER & SCAMPTON Architects

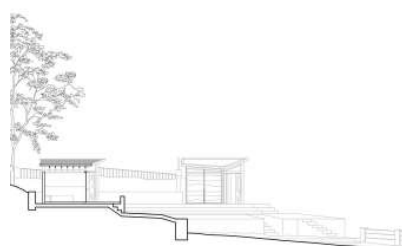


Fig. 28, 29, 30, 31 e 32 - New beach Huts: ambiente exterior e interior, corte (sem escala)

(94) GO Logic. 2016

(95) DEZEEN. 2016

III.4 | Little House on the Ferry - GO Logic

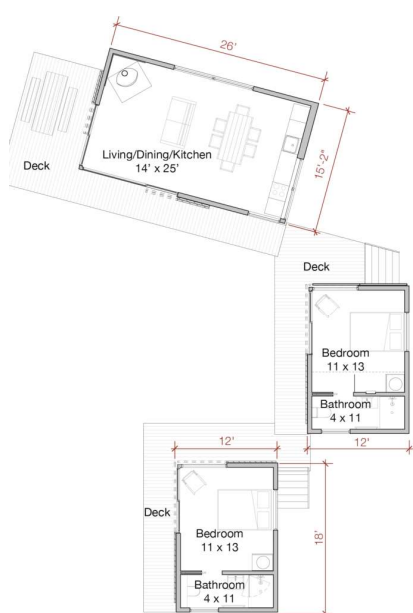


Fig. 33, 34, 35 e 36 - Little House on the Ferry: ambiente exterior e interior, planta piso térreo (sem escala)

Este projeto de 2014 dos arquitetos GO Logic, é uma pequena residência sazonal, localizado em Vinalhaven, Maine, nos Estados Unidos, cujos proprietários residem principalmente na Áustria, mas passam os seus Verões neste local. Possui três núcleos habitacionais, onde cada um possui distintas funções (dormir, estar, cozinhar): *“três micro cabines conectadas por uma rede de coberturas ao ar livre”* ⁽⁹⁴⁾, e ligados entre si por um pavimento deck elevado, que cria um espaço comum exterior partilhado.

Com 82 m², o projeto é composto por três cabanas de madeira, onde edifício principal possui áreas de estar e de jantar, e duas estruturas de quartos autónomas interligadas pela plataforma exterior em deck ⁽⁹⁵⁾.

Optando por uma materialidade pouco abundante no local, as cabanas foram produzidas com painéis de madeira laminada cortada em fábrica (CLT). Segundo Riley Pratt (Go Logic), optou-se pelo uso pouco comum deste material de ótima precisão, que é pré-cortado no local de origem, o que facilita o transporte e a montagem.

Procurou-se assim assumir a topografia local, e para tal, cada uma das cabanas possui uma diferente cota, o que é possível apenas de pequenos desníveis de dois/três degraus na plataforma que as envolve.

A organização em “U” e orientação das cabanas permite uma pequena separação entre estas, bem como alguma autonomia e privacidade

O projeto teve ainda a preocupação de procurar uma correta intervenção equilibrada com a Natureza em redor, e com *“as forças adversas do vento e mar, (n)uma delicada camada de terra proporciona um escasso ponto de apoio para a vegetação entre os granitos”* ⁽⁹⁴⁾.



Fig. 37 - Little House on the Ferry: desenho tridimensional

III.5 | Playa de los Pescadores - Vicca Verde

Este projeto trata-se de uma proposta de 2015 para Chorrillos, Lima, no Peru, desenvolvida pelos arquitetos Vicca Verde.

A partir de dois eixos conceituais fundamentais nasce a proposta arquitetônica: a linha costeira, e o cais (a relação terra – mar). Pretende-se a criação de pontos de comércio e restauração ao longo do primeiro eixo, paralelo à costa, permitindo que os visitantes e os frequentadores do espaço desfrutem confortavelmente do mar e da praia, através ainda do passeio de pescadores, a ligação entre as a pesca e a nova estrutura. O eixo perpendicular à costa (o cais) torna-se no principal eixo de distribuição que permite os acessos.

O passeio pela Costa Verde para sul termina com esta proposta de espaço público: o fim da enorme calçada e passadiço Malecón de Chorrillos. Deste modo, desenvolveu-se um projeto permeável e integrado na paisagem, um ponto de encontro e de referência, entre o mar e o referido passeio de Chorrillos.

“Propõe-se um projeto contemporâneo, mas representativo e de fácil compreensão, que identifique os seus utilizadores, capaz de gerir um sentimento de pertença.” (96)

Organizado em cinco quadrantes, o programa projetual cria diferentes tipos de espaços, cada um desenhado para distintos tipos de uso, interligando e relacionando sempre as quatro vertentes. Cria-se um primeiro espaço, destinado aos pescadores locais, onde possam atracar os barcos. Por sua vez, e relacionado com o primeiro, desenvolveu-se um espaço onde é possível o comércio relacionado com a pesca. De seguida, um terceiro espaço de restauração que recebe a mercadoria vendida na zona anteriormente referida. Um cais de passeio, destinado aos visitantes, que por fim está relacionado com o último espaço de estadia: a praia. Assim procura-se



Fig. 38 - Playa de los pescadores: corte (sem escala)

(96) VICCA VERDE, Arquitectura & Diseño.

Concursos – Playa de los Pescadores.

Portfolio do atelier. Lima, Peru. 2015

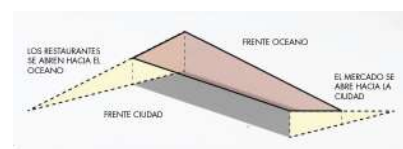


Fig. 39, 39, 40, 41 e 42 - Playa de los pescadores: ambiente exterior, esquemas de representação

(96) VICCA VERDE, Arquitectura & Diseño.
Concursos – Playa de los Pescadores.
Portfolio do atelier. Lima, Peru. 2015

desenvolver também um relação de proximidade entre os pescadores e os visitantes do espaço.

O conceito da pesca persiste em toda a proposta, sendo é claro que esta se desenvolve num espaço onde, originalmente, os primeiros pescadores se estabeleceram. Assim, torna-se essencial o estabelecimento e consolidação do lugar enquanto espaço público e urbano, sem descorar das questões da sua pré-existência.

“A natureza do projeto é consistente com o caráter do lugar, e, para tal, propõe-se uma linguagem arquitetónica com referências a conceitos náuticos/marítimos” (96)

O projeto serve como um limiar entre a cidade e o oceano, que integra os habitantes locais, pescadores e turistas. A sensibilidade do projeto permite uma variedade de atividades num ambiente organizado, dignificando e valorizando as atividades do cais.



Fig. 43 - Playa de los pescadores: ambiente exterior



Fig. 44 - Playa de los pescadores: alçado principal (sem escala)

III.6 | Frente ribeirinha da Póvoa de Santa Iria ⁽⁹⁷⁾

“No âmbito da candidatura “Requalificação da frente ribeirinha da zona sul do Concelho de Vila Franca de Xira” ⁽⁹⁸⁾, o parque ribeirinho da Póvoa de Santa Iria localizado no concelho de V. F. X., tem mais de 6 km de trilhos e ciclovias, atravessa áreas urbanas, espaços agrícolas e naturais e antigas zonas industriais.

Tratando-se de um projeto de reabilitação de uma antiga área onde se fixaram comunidades avieiras em fins do século XIX, este projeto, no âmbito da reabilitação da frente ribeirinha do concelho, tem como principal objetivo devolver à população e ao seu usufruto, uma das áreas mais marcantes do território, incluindo ainda o projeto de recuperação do antigo bairro palafítico de pescadores (do qual ainda permanecem algumas cabanas na zona mais a sul/sudoeste).

Baseado em cinco conceitos, o programa procura desenvolver-se em volta do rio, considerado essencial para a identidade local, procura *“entender o rio Tejo enquanto praça pública [...] espaço para lazer e cultura, mas igualmente espaço de mobilidade” ⁽⁹⁸⁾*, preservando acima de tudo a paisagem do concelho e a sua imagem, debruçar-se acerca das questões ambientais da solução, e defendendo e reconhecendo *“os valores naturais, paisagísticos, patrimoniais e culturais, ligados ao rio Tejo”*. Pretende *“manter a capacidade de suporte dos sistemas naturais a um nível adequado à presença e às atividades humanas no território concelhio” ⁽⁹⁸⁾*, e tencionou-se que a paisagem fosse preservada e que se a imagem do concelho rematada.

Deste modo, foi graças a uma correta intervenção urbana sobre um tecido obsoleto e degradado, que o espaço pôde voltar a gerir um sentimento de pertença à população em que se insere, aumentando assim a qualidade de vida dos seus frequentadores (nomeadamente da comunidade piscatória).



Fig. 45 - Frente ribeirinha: comparação entre espaço já reabilitado e antiga área palafítica (2015)

⁽⁹⁷⁾ Trata-se de uma área onde existiu uma comunidade avieira instalada em estruturas palafíticas. Área esta que sofreu um processo de reabilitação, onde houve um esforço em recuperar essa imagem passada, numa estrutura urbana reabilitada (as ditas casas com as respetivas funções piscatórias).

⁽⁹⁸⁾ VILA FRANCA DE XIRA, Município. 2015



Fig. 46, 47, 48, 49 e 50 - Frente ribeirinha da Póvoa de Santa Iria



Fig. 51 e 52 - Frente ribeirinha da Póvoa de Santa Iria

Dentro de todo o projeto de requalificação da frente ribeirinha, deu-se especial enfoque no parque urbano da Póvoa de Santa Iria e no parque linear ribeirinho do estuário do Tejo, onde, no segundo, se desenvolveram atividades ligadas ao desporto, bem como uma área que serve de apoio à atividade piscatória.

O projeto envolve espaços de recreio e entretenimento, o chamado Centro de Interpretação do Ambiente e da Paisagem” caminhos pedonais ribeirinhos de passeio com cerca de 6 km, onde o rio é o primeiro plano de paisagem vizinha, enormes áreas relvadas, e até parques de merendas.

Perfeitamente inserido na paisagem, o projeto substitui também uma antiga área industrial devoluta, e é graças a si que se ultrapassa a barreira que a linha férrea criou no tecido urbano.

III.7 | C-Square Plaza - The Marc Boutin Architectural Collaborative

A praça C-Square, integrada na cidade de Calgary, no Canadá, é um projeto dos arquitetos The Marc Boutin Architectural Collaborative, concluído em 2016. Localizado em East Village (Calgary, Alberta, Canada), o projeto urbano exerce tanto a função de portal de entrada, como de um espaço de reunião para uma comunidade urbana que a grande velocidade se desenvolve.

Definido pela sua relação com as infraestruturas envolvente, o projeto procura tornar-se num centro de conectividade da cidade, que, a partir da paisagem demasiado edificada do local, pretende criar condições urbanas dinâmicas e habitáveis. Procura relacionar o trânsito local como utilidade para o movimento e transformá-lo num lugar de interações sociais.

Apesar da dificuldade em relacionar as infraestruturas envolventes já existentes com o novo projeto, os arquitetos procuraram criar uma condição urbana dinâmica e habitável dentro do contexto em questão, um espaço carregado pelas infraestruturas existentes.

“Ao compartilhar as funções do trânsito e circulação, e transformando em um local de trocas sociais, este projeto reformula o conceito de infraestrutura, como uma oportunidade de influenciar as condições dos espaços sociais e construir experiências espaciais sem igual.” (99)

Trata-se de um projeto bem-sucedido acerca do espaço público, onde os espaços, apesar da sua comodidade, ganham uma certa flexibilidade dentro do contexto social em que se inserem.

O projeto desenvolveu-se em duas partes, em que a primeira se debruçou na modificação da linha C-Train (Calgary's Light Rail Transit) num espaço

(99) The Marc Boutin Architectural Collaborative.

C-Square Plaza

ArchDaily Brasil. Ago, 2017.

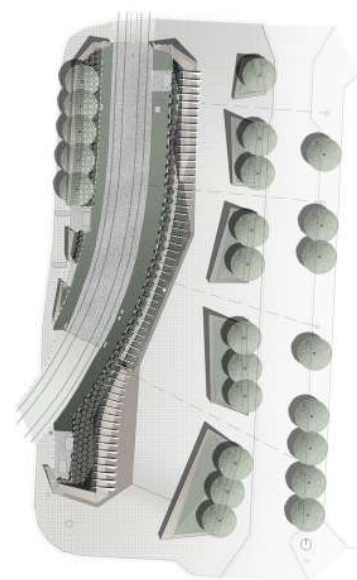


Fig. 53- C-Square Plaza: caminho percorível, espaço de estar e de passeio



Fig. 54, 55, 56 e 57- C-Square Plaza: planta, ambientes, espaço de convívio, implantação (sem escala)

(100) MBAC. The Marc Boutin Architectural Collaborative. Public Realm – C-Square. Portfolio do atelier. Calgary, Canadá. 2014

de lazer do domínio público onde a nova linha cria relações de e para o comboio, capaz de *“transformar um local passivo existente num espaço ativo e dinâmico”* (100). A segunda parte do projeto desenvolveu um espaço de continuidade na praça, capaz de unir toda a área de intervenção, espaço este capaz de acondicionar, instalar e comportar diversos modos de ocupação: desenvolveram-se passagens subterrâneas, bem como espaços permeáveis de passeio.

O local é transformado num espaço de troca de experiências sociais através pela possibilidade da convivência e convívio entre a população, e as infraestruturas transformam-se agora num *“elemento fulcral na constituição de experiências sociais e de espaços inimitáveis”* (100).

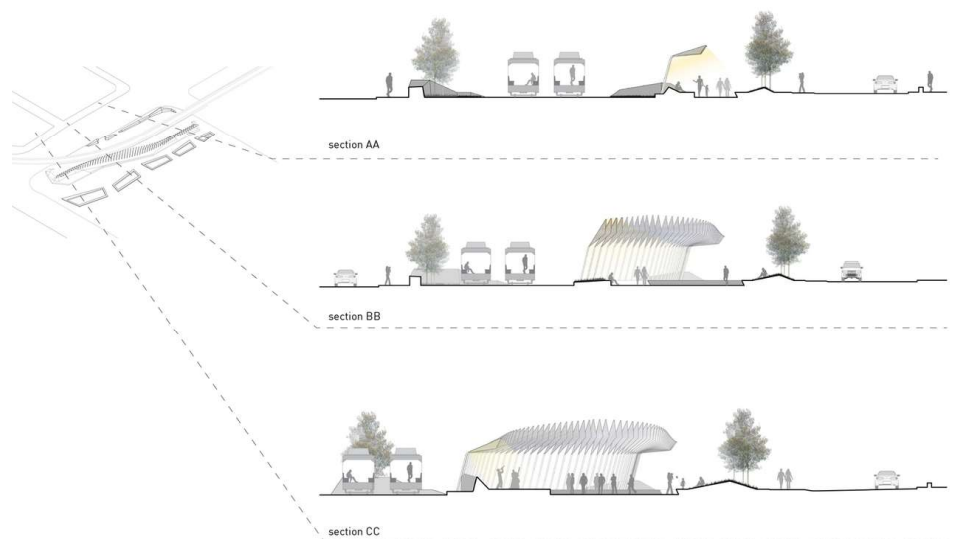


Fig. 58- C-Square Plaza: cortes (sem escala)

III.8 | SÍNTESE

No sentido de desenvolver uma boa prática de projeto de arquitetura, os casos de estudo revelam uma enorme importância, capazes de evocar conceitos, convicções e reflexões do mesmo. Esta deve preceder-se, para além da análise e avaliação de casos de estudo, de estudos teóricos e de investigação, estabelecendo uma espécie de ponte entre estes, e o produto final: o objeto arquitetónico.

Foram estudados seis casos específicos com características e soluções específicas para as carências do lugar e da população a que se destinaram. Cada um deles influenciou em certo modo o rumo do projeto, providenciou algumas conclusões projetuais atendendo sempre às estratégias pré-definidas. Como que guias de configuração de cada componente que será integrado numa nova solução.

Após a análise de cada um, foi possível entender a solução adotada dentro de diferentes contextos urbanos e a relação com o pré-existente (edificado e diferentes espaços), bem como o entendimento de diferentes relações entre o espaço construído e a paisagem, entre o edificado e o rio.

De notar as soluções urbanas referidas dos diferentes casos, a malhas, passeios e percursos organizados, a relação entre edificado de recreio e comércio com a áreas de passeio e de lazer, a correlação entre o espaço exterior e o interior, bem como a relação entre espaços lúdico e de comércio, multivalência e organização criada entre os espaços.

Foi-se observando que em cada solução (de diferentes datas) se notou uma certa evolução das soluções construtivas, bem como da respetiva organização interior e exterior aos espaços construídos e relação com o território envolvente.

Deste modo, conclui-se com o entendimento da maneira como uma abordagem protetual se pode correlacionar com as dimensões culturais em que se inserem, bem como com o território e a paisagem intrínseca.

CAPÍTULO IV - ANÁLISE DO LOCAL DE INTERVENÇÃO

IV | O BARREIRO: ANÁLISE DO LOCAL DE INTERVENÇÃO

IV.1 | INTRODUÇÃO

(101) GALBINSKI. 2009: 16

“Não existe arquitetura sem uma intensa implantação física e cultural no sítio (...) O lugar fala ao arquiteto.” (101)

Baseando-se na teoria e após a análise de casos de estudo referida no capítulo anterior, neste capítulo pretende-se analisar o território onde se insere a área de estudo, contextualizando o projeto de arquitetura no espaço: a cidade do Barreiro. Sendo o sítio, elemento base ao projeto: as suas condições e configurações, extensão, dimensão, altimetria e conformação.

(102) GALBINSKI. 2009: 12

Para a obra arquitetónica, torna-se importante estudar toda a área em que se insere, reunindo conhecimentos acerca do sítio onde se pretende intervir, de modo a garantir que os chamados *“estudos iniciais”* (102), como que guias ao começo do processo de projetar arquitetura. Torna-se de elevada importância o estudo o local exterior ao objeto arquitetónico, devendo assim ser lidas e interpretadas as suas características, estudando assim diversos planos de análise, cada um capaz de providenciar critérios e condutas projetuais (103).

(103) ROSSI. 1984: 107

Constantemente ao longo do projeto foi ponderado e refletido o enquadramento do local a intervir, a população presente, respetiva faixa etária predominante e atividade a que se dedica, a sua acessibilidade rodoviária partindo da capital e a rede de transportes públicos que abastecem a região.

Considera-se ainda a estrutura geológica e topografia do território, o clima, precipitação, ventos e humidade relativa de modo a garantir o conforto ambiental da proposta (de que modo se torna importante ou não a ventilação, o condicionamento do ar, o seu isolamento térmico e acústico e o grau de iluminação artificial que se deve inserir partindo sempre da iluminação natural que o local terá a oferecer).

Acerca do sítio estuda-se ainda as suas características do ponto de vista histórico e aquelas relativas a fatores culturais presentes no território, trata-se de valores que devem ser devidamente considerados e resgatados, estudando espacialmente

o meio onde o projeto arquitetônico se irá desenvolver ⁽¹⁰⁴⁾.

(104) GALBINSKI. 2009: 17

Estuda-se ainda características específicas do local de intervenção como a sua localização no território analisado, de ocupação informal apesar de socialmente consolidado.



Fig. 59 - Divisão territorial da região.
(INE, 2011)

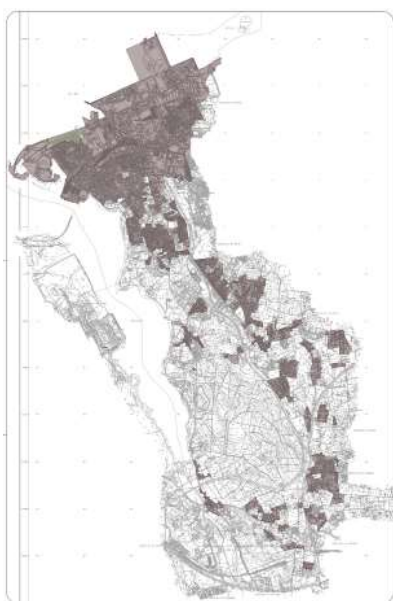


Fig. 60 - Mapa do concelho do Barreiro
(BARREIRO, Câmara Municipal, 2015)

IV.2 | Enquadramento nacional e regional - contexto

O Barreiro é uma cidade situada no concelho do mesmo nome, no distrito de Setúbal, em Portugal. Circundada a poente pela continuação do município do Seixal, a nascente pelo município da Moita, e a sul por Setúbal, Sesimbra e Palmela. Acerca do município complementam-se ainda algumas outras informações mais detalhadas em anexo, bem como a carta hidrográfica da área.

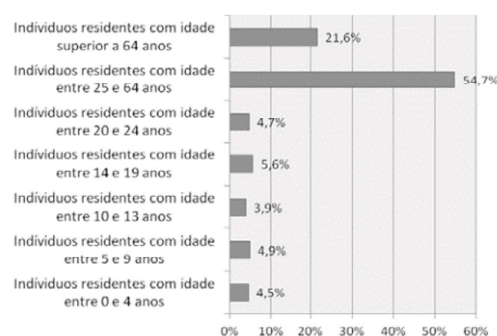
Atualmente, o concelho conta com uma área de 36,4 km², e com uma população residente de 75 978 habitantes, menos 2 786 habitantes do que há cinco anos atrás (ver quadro 1, INE, Estimativas Provisórias da População Residente - DGT, Carta Administrativa Oficial de Portugal).

		Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
	População residente (N.º)	75 978	2 821 349	2 821 349	10 309 573	2,7
	Homens	35 425	1 323 826	1 323 826	4 882 456	2,7
	Mulheres	40 553	1 497 523	1 497 523	5 427 117	2,7
	Com menos de 15 anos	10 837	448 401	448 401	1 442 416	2,4
	Com 65 ou mais anos	19 304	599 620	599 620	2 176 640	3,2
	Densidade pop. (N.º/Km²)	2087,9	935,7	935,7	111,8	-
	Taxa de crescimento efetivo anual (%)	-0,6	0,3	0,3	-0,3	-
	Taxa de crescimento natural anual (%)	-0,4	0,1	0,1	-0,2	-
	Índice de Potencialidade	62,5	69,3	69,3	71,3	-

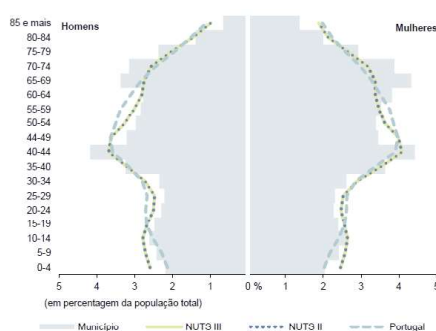
Quadro 1 - Barreiro – Dinâmica populacional (INE, 2016)

Depois de um estudo feito acerca dos 18 concelhos que constituem a região de Lisboa, conclui-se que no Barreiro a percentagem de idosos é das mais altas, com 21,6% (conforme quadros 2 e 3), antecedida por Lisboa (23,9%) e seguida por Almada (20,5%). Nos três municípios, é de relevar os baixos índices de sustentabilidade potencial, as baixas taxas de atividade, e o facto de o Barreiro se tratar do município com uma das maiores taxas de desemprego da região.

Numa população então pouco ativa, torna-se importante a inversão deste facto. A população deve ser renovada, com o passar do tempo a natalidade deve procurar ser mais alta, substituindo a população idosa. Contrariando a dispersão da cidade para a periferia, ainda mais com a redução do número de habitantes ao longo dos anos (ver quadros 2 e 3).



Quadro 2 - Estrutura etária da população residente no concelho (INE – Censos 2011)



Quadro 3 - Estrutura etária da população no concelho (INE – Censos 2016)



Fig. 61 - Mapa do concelho do Barreiro (TURISMO DE PORTUGAL, 2018)

Conforme se pode verificar no quadro 4, é de realçar a distribuição da população pela atividade em que se encontra empregada, onde “é crescente a evolução da população ativa no sector terciário, em contraste com a residual atividade no sector primário” (105).

(105) BARREIRO, Câmara Municipal. 2014: 26

Local de residência	População empregada (N.º) por Local de residência e Sector de actividade económica		
	Período de referência dos dados		
	2011		
	Sector primário	Sector secundário	Sector terciário
	N.º	N.º	
Santo António da Charneca	22	975	3702
União das freguesias de Alto do Seixalinho, Santo André e Verderena	23	2971	12955
União das freguesias de Barreiro e Lavradio	17	1622	7071
União das freguesias de Palhais e Coima	6	346	1188

Quadro 4 - População por sector de atividade (INE – Censos 2011)



Fig. 62 - Freguesias que compõem o concelho do Barreiro, sendo que a cidade do Barreiro é composta pela união das freguesias do Barreiro e Lavradio (GENEALL, 2000)



Fig. 63 - Croqui de acesso ao Barreiro (BARREIRO, Câmara Municipal. 2015)

IV.2.1 | Acessibilidade: rodoviária e de transportes públicos

É considerado relevante a análise das acessibilidades à zona de intervenção, isto devido à reflexão de como pode ser possível e facilitado o acesso à mesma.

A cerca de 40 km da capital, a acessibilidade viária para o município do Barreiro poderá ser feita, vindo de Norte, pela ponte 25 de Abril ou pela ponte Vasco da Gama, dependendo da proximidade a uma destas no ponto de partida, seguida da autoestrada do sul A2, do IP7 e da Nacional 10, no primeiro caso, e de acesso pela A33 e pela A39, no segundo caso (autoestradas que rodeiam a região, tal como a CRIPS – Circular Regional Interna da Península de Setúbal – estrada que interliga diversos pontos da margem sul).

Se o acesso for feito de Sul o Barreiro encontra-se a cerca de 35 km de Setúbal (capital de distrito), e deste modo o acesso pode ser feito pela autoestrada do sul A2, em direção a Almada, seguida do IC21 que finalmente terminará no Barreiro.

A acessibilidade ao concelho torna-se mais facilitada do que à próxima cidade (devido às suas proximidade ao rio, enquanto que as principais vias de comunicação – as autoestradas – passam todas a sul).

O acesso à cidade já envolve estradas e ruas municipais depois das autoestradas, ou seja, a partir de Lisboa, e seguindo o trajeto por uma das referidas pontes, seguidas da A2, A33 e A39, a acessibilidade para a cidade já envolve entrar em entradas nacionais (N 10-3) e em ruas e avenidas interinas.

Do mesmo modo se desenvolve o acesso interno dentro da cidade, por estradas como a Avenida da Liberdade, Rua Miguel Pais, a Avenida Alfredo da Silva, Rua Miguel Bombarda ou a Avenida Bocage, entre outras estradas principais.

O Barreiro *“apresenta uma posição estratégica enquanto banhado pelo Tejo, e apoiado por um importante terminal rodo-ferro-fluvial”* ⁽¹⁰⁶⁾, e é bastante diversificada a rede de transportes públicos que abastece a região, onde é predominante as saídas e chegadas de Lisboa e Setúbal. Comboio, autocarros, ou ferry, dependendo do ponto de partida.

Assim, se o acesso à cidade for feito deste modo, existem ligações fluviiais, um barco-ferry que inicia o percurso no Terreiro do Paço e tem ligação direta à cidade, transportes rodoviários: pelas carreiras da TCB (Transportes Colectivos do Barreiro), ou da TST (Transportes Sul do Tejo) e transportes

ferroviários: comboios que chegam à cidade a partir da ponte 25 de Abril (terminal).

De comboio, existem linhas que param na estação de Praias do Sado A - Barreiro, acessíveis a partir de Corroios, Espadanal da Azambuja (Vila Nova da Rainha), Santa Apolónia, Bento Gonçalves (Almada), da Reboleira (Amadora) ou de Cacilhas (Almada), com uma média de uma hora de meia de duração de percurso.

Existem ainda transportes municipais e urbanos: a TCB (Transportes Colectivos do Barreiro), que possui 21 carreiras que circulam pelo concelho, interligando a terminal fluvial, Santo António da Charneca, o Lavradio, a estrada de Coia, Palhais, a Sobreda a ponte, Penalva, o Agrupamento de escolas Alfredo da Silva, Alhos Vedros e o Hospital do Barreiro.

IV.2.2 | Zona Ribeirinha

(107) BARREIRO, Câmara Municipal, 2014

Por se tratar de uma cidade ribeirinha, o Barreiro possui uma topografia pouco acentuada e escassos desníveis, não só nestas áreas à beira-rio, onde o declive se mantém pouco enfatizado – *“um relevo pouco acidentado, na sua maioria inferior a 10 graus”* ⁽¹⁰⁷⁾, conforme se pode verificar na figura 67. Acerca do território, é ainda possível observar em anexo alguns ortofotomapas e vistas aéreas do mesmo.



Fig. 64 - Limites atuais da cidade do Barreiro e Barreiro antigo

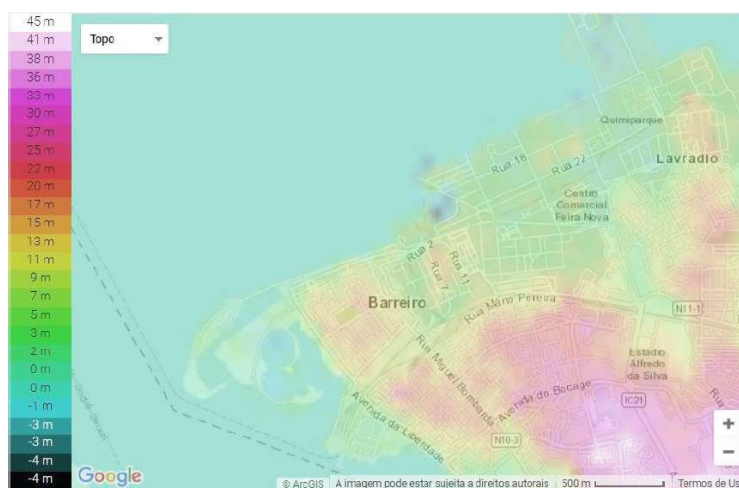
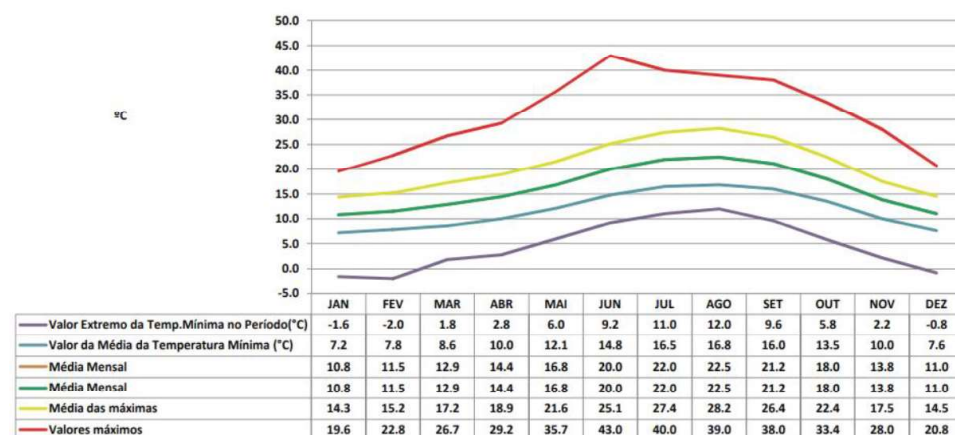


Fig. 65 - Barreiro, mapas topográficos, Setúbal, Portugal

IV.2.3 | Dados climáticos

De modo a garantir o conforto humano perante as soluções arquitetónicas desenvolvidas, torna-se importante um estudo climático da presente área de intervenção, procurando maximizar a qualidade e bem-estar no edificado proposto.

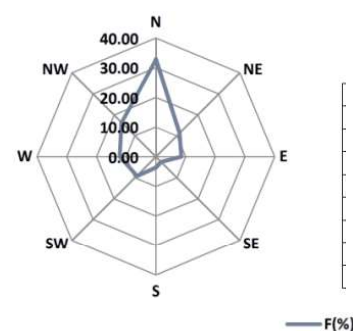


Quadro 5 - Valores de temperatura do ar no concelho do Barreiro, valores do último ano

Trata-se de uma região de clima ameno com temperaturas médias mensais a rondar os 20°C, sendo a temperatura média mensal mais elevada registada no mês de Agosto, com 22,5°C. Os meses mais quentes são, portanto, os meses de Verão, sendo Junho o mês mais quente, com temperaturas até aos 43°C. No Inverno, as temperaturas médias mensais rondam os 11°C, sendo a temperatura mais baixa registada no mês de Janeiro, com 8°C (valores compreendidos em 2017), conforme se pode verificar no quadro 5.

Relativo aos ventos, e conforme se pode verificar no quadro 6 dos valores do ano de 2017, estes são predominantemente de Norte e Noroeste.

A velocidade média mais alta foi registada no mês de Agosto com 22,8Km/h, aliada ao facto de se tratar do mês em que a humidade relativa é a mais baixa (devido à relação entre o facto de se tratar do mês com precipitação relativa e temperaturas mais elevada). De um modo geral, a velocidade média do vento é do quadrante Norte, rondando os 20Km/h.



	F(%)
N	32.89
NE	11.33
E	8.58
SE	2.38
S	3.64
SW	9.13
W	12.23
NW	16.35

Quadro 6 - Frequências médias acumuladas (%) - Normais Climatológicas (Instituto de Meteorologia)

Relativamente à precipitação, conforme se pode verificar no quadro 7, esta é mais abundante entre os meses de Setembro e Maio, com probabilidades superiores a 15%, sendo máxima em Outubro, 31, com probabilidade de 29%. É menor a estação seca, entre os meses de Maio a Setembro, sendo mínima em Julho, 31, com probabilidade de 1%.



Quadro 7 - Percentagem de dias em que foi observado vários tipos de precipitação (WEATHER SPARK, 2018)

IV.3 | Contextualização: caracterização da cidade do Barreiro

É clara a relevância do local de intervenção para a análise e proposta, com especial enfoque na análise morfológica da cidade, deste modo, é essencial a sua análise para posteriormente poder receber uma proposta de intervenção.

“Apesar de se tratar de um centro industrial de importância peninsular, o Barreiro foi crescendo sem instrumentos orientadores e norteadores, fustigando a vida de milhares de trabalhadores e habitantes, por insensibilidade ao bem comum, falta de visão e de preparação da administração pública (nacional e local) e de outros intervenientes no processo urbanístico” ⁽¹⁰⁸⁾

(108) VIEIRA DE FARIA, 2010: 100

Com a criação da paróquia de Santa Cruz do Barreiro no século XIII, o Barreiro começou por ser uma vila piscatória, *“cujos habitantes os barreiros, trabalhavam na barra de Lisboa. Dos assentamentos ribeirinhos chegavam a Lisboa, por via fluvial”* ⁽¹⁰⁹⁾. Reunindo-se na área sudeste da cidade, hoje em dia, são ainda mais de sessenta aqueles que desenvolvem a atividade piscatória no rio Tejo, uma atividade elaborada ao nível rústico e familiar.

(109) DOMINGUES, 2006: 304

A vila desempenhou também uma importante logística relacionada com a temática dos Descobrimentos, enquanto vínculo entre as duas margens do rio Tejo *“no transporte em embarcações tradicionais (faluas, fragatas, varinos e muletas) de bens hortícolas, água potável e outros para Lisboa.”* ⁽¹¹⁰⁾

(110) PCP, 2015

O Barreiro providenciou à capital o consumo de outros produtos e de *“atividades que exprimiram o potencial [da sua] riqueza, [como] o vinho, a lenha, a madeira, o sal, a moagem e a pesca, entre outras”* ⁽¹¹¹⁾.

(111) BARREIRO,

O Barreiro é uma cidade ribeirinha que, após ter tido origem numa vila piscatória, sofreu um processo de industrialização, quando, em finais do século XIX, o desenvolvimento da indústria assumiu um papel determinante para o desenvolvimento da cidade.

Câmara Municipal, 2015

Apesar de se ter tratado de um processo lento, originário em indústrias mais artesanais, o processo de industrialização foi evoluindo, e foi também devido a um vasto conjunto de indústrias originárias da capital que migraram para o Barreiro que contribuíram para tornar na cidade, no maior polo industrial do país na primeira metade do século XX.

(112) VIEIRA DE FARIA, 2010: 81

No entanto, e após a transformação do Barreiro antigo, como núcleo central da maior cidade industrial do país, no início dos anos 70 a cidade passou a crescer urbanisticamente em áreas cada vez mais distantes do centro, tornando-se numa cidade caracterizada pelo fraco tecido industrial, tendendo a *“transformar-se rapidamente numa cidade dormitório de Lisboa.”*⁽¹¹²⁾ (FARIA, 2010, p.81), ou seja, como deslocamento das atividades económicas, a cidade passa a ser fundamentalmente uma cidade dormitório, cujos moradores trabalham e passam a maior parte do tempo noutro sítio.

Apesar disso, nos dias de hoje, a cidade passa por um processo de reestruturação urbana, com a introdução de novos elementos estruturantes (como novos pequenos espaços empresariais, espaços de usufruto público e equipamentos, como por exemplo a criação do Fórum Barreiro, de novos parques, campos de jogos, etc.), processo este que se tornou necessário depois dos problemas causados pela perda de participação da indústria na produção total da cidade.

(113) CULLEN, 1983: 10

Sendo o Barreiro uma cidade ribeirinha, a linha de água é sem dúvida o marco mais distintivo do território, e como tal, trata-se de uma área que com uma correta intervenção, estabelecerá uma ótima relação cidade-rio, relação entre o ambiente natural e o ambiente construído, até porque *“uma cidade é antes do mais uma ocorrência emocionante no meio-ambiente”*⁽¹¹³⁾.

Existe uma relação cidade-rio desqualificada, bem como uma falta de benefício das faculdades do local. Na área de intervenção, a zona piscatória da cidade, e devido às alterações que o território sofreu ao longo dos anos, o espaço tornou-se num território de ocupação ilegal, contruído pelas pessoas, que apesar das poucas condições habitacionais, se transformou num território de carácter socialmente consolidado.

Tornou-se vivencialmente muito rico, devido aos aspetos de carácter social. Apesar de se tratar de um espaço físico degradado, o território enriquece bastante ao nível das relações interpessoais, isto devido, é claro, à presente população e às ligações que criam entre si, bem como para com o espaço construído, uma população que o resto da sociedade não integra e que procuraram um lugar onde se sentem seguros, onde se sintam da forma mais correta que conhecem.

A ligação ao rio, à pesca, ao seu lugar individualizado, a um valor inestimável que aquele espaço tem para os seus ocupantes,

tudo isso faz da área de estudo um espaço que pressupõe uma cuidadosa análise do mesmo para depois saber-se delinear uma intervenção.

IV.4 | Enquadramento Histórico

(114) Área Metropolitana de Lisboa,
2006

“Localizado na Margem sul da área Metropolitana de Lisboa, á beira Tejo, o conselho do Barreiro manteve, desde sempre, uma forte relação às actividades ribeirinhas. O seu topónimo, desde logo, faz clara alusão ao local onde os primeiros “barrirences”, pescadores oriundos do Algarve, exerciam a sua profissão: na barra do porto de Lisboa.” (114)

As origens do Barreiro fundem-se com as atividades piscatórias. Foi deste modo que características naturais e originárias do território, se transformaram desde muito cedo, por pessoas humildes, que valorizaram todo o património natural da região. Atividade esta, que desde sempre se tornou num ícone da região, bem como a produção de embarcações que serviam ao deslocamento da população, bem como de mercancias.

No entanto, apesar de se tratar de uma aldeia originalmente piscatória, a população original do Barreiro dedicava-se também às atividades agrícolas e à extração de sal, bem como ao cultivo de vinhas e ao abate de lenha, conforme é possível confirmar segundo a figura 65.



Fig. 66 - Atividades e centralidades na cidade do Barreiro
(UM OLHAR SOBRE O BARREIRO, 1985)

“(...) o barco dos moios (transporte de sal), o bote de pinho (transporte de lenha), a muleta (pesca); a fragata, o batel, a falua e a canoa.”⁽¹¹⁵⁾

(115) BARREIRO, Câmara Municipal

Desde o período pré-histórico que o território passou a ser ocupado, muitas povoações neolíticas ocupam a linha costeira, bem como o extremo norte litoral do concelho.

Mais tarde, nos séculos XV e XVI, para além de se tratar de uma importante ligação e por ter uma ótima proximidade à capital, o Barreiro demonstrou a sua importância em termos logísticos, sendo essencial na produção das embarcações portuguesas para as Navegações com o fornecimento de madeira, bem como no abastecimento de produtos que abasteciam as naus (biscoitos: fábricas do Vale do Zebro, no esteiro do Tejo).

É fundada como freguesia ainda no século XV, “em 1487, aquando da criação da Paróquia de Santa Cruz”⁽¹¹⁶⁾. E é ainda na época dos Descobrimentos, no ano de 1521 que o Barreiro é considerado “vila”. Em meados do século XIX, em 1855, o território do Barreiro é aumentado, com a extinção de alguns concelhos (Alhos Vedros), e a consequente integração de novas freguesias (de Palhais e Lavradio).

(116) PCP, 2015: 2

A industrialização da cidade foi impulsionada no século XIX, em 1861, com a construção de linhas férreas (do Barreiro até Vendas Novas e até Setúbal e Algarve). Deixando para trás o carácter piscatório da vila, que foi originário no seu desenvolvimento (ver mapa da figura 66).



Fig. 67 - Barreiro em 1816 (Fonte: IPCC)

Os séculos XIX e XX foram bastante importantes na industrialização do Barreiro, o período industrial impulsionou a construção de grandes complexos, como é o caso da empresa e do complexo industrial da Companhia União Fabril (CUF), bem como a criação de infraestruturas de transportes terrestres.

Em 1884, existe um desenvolvimento urbano com a inauguração da estação os caminhos-de-ferro-sul-e-sueste, o que tornou o Barreiro na principal união ferroviária, entre o norte e o sul do país, que no fundo se tornou na Estação Central Sul de Lisboa ⁽¹¹⁷⁾, e que depois é ampliada em 1900 ⁽¹¹⁸⁾ (ver mapa da figura 67).

(117) Santa Apolónia fazia as ligações ferroviárias para norte, e como, todavia, não existia nenhuma ponte que as ligasse, a grande estação de Lisboa para sul era no Barreiro
(118) A estação ferroviária foi encerrada apenas em 2008, com a inauguração da nova estação ferroviária do Barreiro

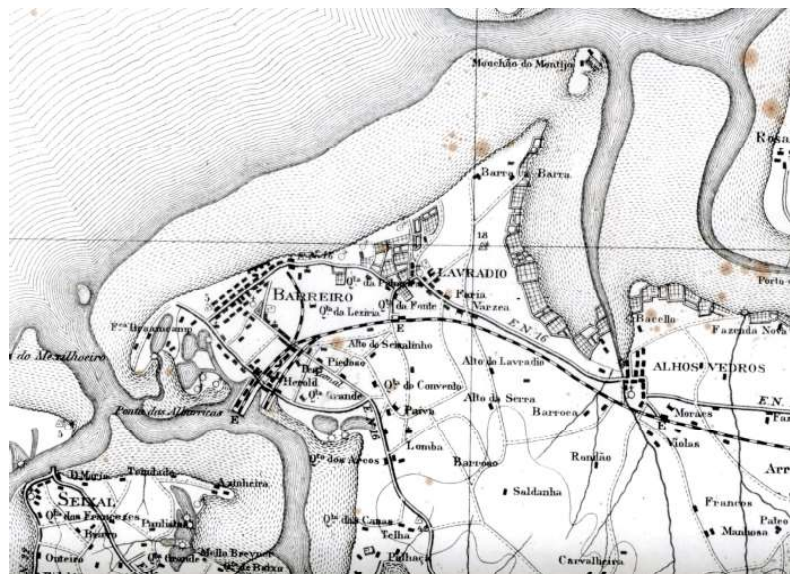


Fig. 68 - Barreiro em 1902 (Fonte: IGC)

Foi também no princípio do século XX que a cidade se alterou a nível da morfologia do edificado, com os novos aglomerados urbanos para os trabalhadores das novas indústrias (ver mapas das figuras 68, 69, 70, 71 e 72).



Fig. 69 - Barreiro em 1930 (Fonte: IGC)



Fig. 70 - Barreiro em 1940 (Fonte: SCE)



Fig. 71 - Barreiro em 1953 (Fonte: IGC)

Apesar do excelente desenvolvimento que se observou na cidade na época industrial, foi devido ao tipo de indústrias criadas na cidade (indústria metalúrgica e química) que se observou a não progressão, e de certo modo a estagnação do desenvolvimento da cidade a níveis do urbano ou do meio ambiente, e por consequente a estagnação de progressos sociais e culturais.

Em 1975, complexo industrial da CUF é nacionalizado, ou seja, após ter sido grande empresa privada, é nacionalizada, sendo denominada de Quimigal (ver mapa da figura 71 e consultar imagens em anexo).

Criada no princípio do século, e como seu maior cliente as ex-colónias, após a sua extinção, uma grande da daquela produção industrial deixa de fazer sentido ⁽¹¹⁹⁾. Ou seja, com a perda das ex-colónias, a empresa perde o seu principal cliente, em paralelo com um processo de nacionalização, e por não ter tido

(119) Por não ser suficientemente qualificada para ser enviada para a Europa, no fundo para ser exportada para mercados não protegidos – estando anteriormente ligada a mercados muito protegidos: sobretudo Angola e Moçambique (produtos como adubo, etc).

(120) Ao mesmo tempo existiu um processo de desindustrialização em toda a Europa.

capacidade de se modernizar para procurar outros mercados, entra num processo de decadência.

Em finais do século XX, e relativamente com indústrias criadas noutros países da Europa ⁽¹²⁰⁾, a Quimigal já estava muito degradada – os seus níveis de poluição eram demasiado elevados (ver mapa da figura 72).



Fig. 72 - Vista parcial do Barreiro, 1985
(Fonte: UM OLHAR SOBRE O BARREIRO N4º)



Fig. 73 - Barreiro em 1993 (Fonte: SCE)

É então que, ao mesmo tempo que o Barreiro se tornou no maior polo industrial do país, torna-se no maior centro poluidor, e deste modo, os seus únicos residentes seriam os trabalhadores da área (criação de bairros operários) ou aqueles com uma menor capacidade económica (nível de vida muito barato, devido

aos níveis de poluição). A cidade torna-se numa zona residencial muito barata pela desqualificação a nível ambiental, apesar das ótimas acessibilidades fluviais a Lisboa ⁽¹²¹⁾. E assim, esta ambivalência fez com que uma parte do crescimento do Barreiro, se faça como um subúrbio de Lisboa para a população que ali reside, mas trabalha na capital (ver mapas das figuras 73, 74 e 75).

(121) Comparativamente por exemplo com o Seixal, daqui partiam barcos dos caminhos-de-ferro muito melhores que os cacilheiros, mais velozes, mais eficientes.



Fig. 74 - Barreiro em 2002 (Fonte: IGP)

Surge então a necessidade imposta pelas inquietações para com ambiente, sendo instituída a aplicação de uma certa moderação e contenção na produção, levando até ao encerramento de diversas indústrias, o que resultou hoje em dia nos o edificado devoluto.

Atualmente, o Barreiro, antiga moderna vila industrial e operária, passa por uma fase chamada de pós-industrial, época em que se assiste ao gradual encerramento de antigos complexos industriais, o que levou ao consequente desemprego da população que maioritariamente se empregou no ramo, levando a cidade a orientar o seu ramo de atividade económica para os serviços (ver mapas das figuras 74 e 75).

É deste modo que a cidade de torna numa cidade dormitório, onde as atividades existentes deixaram de ser suficientes para empregar a população, levando esta a deslocarem-se quotidianamente a Lisboa para aí poderem exercer, pela sua imediação e vasta oferta de emprego.



Fig. 75 - Barreiro em 2009 (Fonte: Google Earth Pro)



Fig. 76 - Barreiro em 2016 (Fonte: Google Earth Pro)

IV.5 | Área de intervenção

Propõe-se intervir na área piscatória do Barreiro, a sudeste da cidade, onde são claras as vivências e hábitos correntes dos atuais frequentadores do espaço, um terreno atualmente de ocupação informal, apesar de socialmente consolidado, sem qualquer interligação e onde é clara a delimitação entre este e a restante cidade, não sendo tratado como estanque e sem possibilidade de reabilitação.

Trata-se de um território muito segregado, uma consequência das áreas que o demarcam, mais concretamente das atividades que nelas decorrem. Enquadrado numa península a sul da cidade, é delimitado a norte por uma zona urbana, a sul pelas margens do rio e a poente pela atual terminal fluvial e respetivo parque de estacionamento de apoio.

Apesar do evidente distanciamento para com a restante cidade, o local possui uma relação simbólica com o rio – um olhar para a outra margem – que oferece uma visão ampla e até introspetiva sobre a relação que este desenvolve com o rio.

Deste modo, propõe-se intervir na requalificação urbana da área, não descorando da sua realidade social, bem como a reabilitação as atuais cabanas piscatórias.



Fig. 77 - Planta da delimitação da área de intervenção (relação com a cidade do Barreiro)



Fig. 78 - Planta da delimitação da área de intervenção (relação com a antiga terminal fluvial e ferroviária, onde se propõe uma área habitacional com espaço reservado ao estacionamento de apoio à mesma)



Fig. 79 - Barreiro, pontos fracos



Fig. 80 - Barreiro, pontos fracos



Fig. 81 - Barreiro, oportunidades



Fig. 82 - Barreiro, oportunidades

IV.5.1 | Análise de diagnóstico SWOT

Depois do enquadramento à cidade, foi feita uma análise de diagnóstico SWOT como método de análise relativo ao território em questão (zona piscatória a sul do Barreiro), identificando os seus pontos fortes (S – Strengths), pontos fracos (W – Weaknesses), oportunidades (O – Opportunities) e ameaças (T – Threats), reconhecendo assim elementos chave para a delineação de uma correta estratégia de intervenção ao nível urbano, bem como identificação de possíveis soluções estratégicas dos problemas identificados.

Foi feita uma análise hierarquizada por categorias, dando primazia a nível de pontos fracos, depois às oportunidades, aos pontos fortes e por último às ameaças, uma hierarquia de co-relações, em que cada ponto procura ser resolvido pelo seguinte (os pontos fracos pelas oportunidades, as oportunidades são reforçadas pelos pontos fortes, e tentando que as ameaças sejam o menor dos problemas, daí estarem em último lugar, sendo que se for possível resolver as outras três questões, as ameaças ficam como que diluídas).

Deste modo, apresenta-se no quadro seguintes os pontos acima referidos, e de que maneira estes se relacionam com o território.

PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	PONTOS FORTES	AMEAÇAS
1 – Desertificação	1 – Vazios urbanos	1 – Cidade Plana	1 – Desconexão urbana
2 – Degradação do edificado e falta de infraestruturas	2 – Forte relação de proximidade interpessoal	2 – Rendas baixas para habitação (em geral, em toda a cidade)	2 – População estagnada (maior número de população idosa)
3 – Falta de espaços verdes e de lazer	3 – Áreas expectantes a atividades	3 – Proximidade à capital Lisboa	3 – Apropriação ilegal dos terrenos devolutos
4 – Carência de eixos estruturantes	4 – Reserva ecológica natural	4 – Rede de transportes externa	4 – Degradação da imagem da cidade
5 – Barreiras físicas que originam vazios urbanos	5 – Edifícios com interesse patrimonial	5 – Identidade e imagem local	5 – Grandes superfícies comerciais / laborais nas cidades mais próximas
6 – Falta de equipamentos aliados ao desporto e de assistência aos seus frequentadores	6 – Localização estratégica	6 – Sistema de vistas (relação cidade-rio)	6 – Decréscimo populacional devido à falta de emprego

7 – Destruturação do espaço público	7 – Forte relação de proximidade com o rio	7 – Relação da água, meio ambiente e recursos naturais	7 – Ambiente urbano fragmentado
8 – Desconexão com a cidade	8 – Possibilidade de turismo local	8 – Clima ameno	8 – Terrenos deteriorados e abandonados
9 – Baixo índice de qualidade de vida (comparando com a área metropolitana de Lisboa)	9 – Flexibilidade	9 – Favorável a atividades agrícolas, marítimas e piscatórias	



Fig. 83 - Barreiro, pontos fortes



Fig. 84 - Barreiro, pontos fortes



Fig. 85 - Barreiro, ameaças



Fig. 86 - Barreiro, ameaças



Fig. 87 - Área de intervenção, zona piscatória: sul do Barreiro



Fig. 88 - Área de intervenção, zona piscatória: sul do Barreiro



Fig. 89 - Área de intervenção, zona piscatória: sul do Barreiro

IV.6 | ZONA PISCATÓRIA DO BARREIRO: contextualização e análise social

Foi feita uma análise acerca da área de intervenção localizada na península a sul da cidade do Barreiro, mais concretamente, no pequeno aglomerado a sueste. Espaço este atualmente vivenciado por uma população idosa - comunidade ligada à temática da pesca e da exploração fluvial - onde é notória a falta de condições ao nível físico e de uma correta intervenção acerca deste tecido que se foi desenvolvendo a nível rural, sem qualquer regra e com escassas condições. Acerca da realidade quotidiana da área, é ainda possível consular em anexo parte de um levantamento fotográfico.



Fig. 90 e 91 - Contextualização da área de intervenção, zona piscatória: sul do Barreiro

Trata-se de um espaço socialmente consolidado, sendo que as pessoas que o frequentam têm relações muito vincadas entre si, uma população com modos de vida muito específicos e marcados, o que se reflete em cada uma das palhotas.

Procura-se intervir sem descuidar as características sociais existentes, estudando quais são, e como são, privilegiando a ligação que todas estas relações estabelecidas se conectam diretamente com o local, a pesca, e a memória do local.

Os frequentadores daquele espaço tiveram experiências de vida que lhes deixaram uma marca perdurável, através das suas aprendizagens e conhecimentos que obtiveram neste espaço e com o qual têm um carinho imaterial.

Torna-se assim fulcral a memória do lugar, sendo este um dos pontos a ter mais em conta aquando de uma reabilitação do espaço, bem como aquando de uma proposta de intervenção para equipamentos de apoio ao dia-a-dia e às funções pré-existentes.

*“Houlá! Hou! Demo barqueiro! (123) GIL VICENTE, 1531: 31
Sabeis vós no que me fundo?
Quero lá tornar ao mundo,
e trazer o meu dinheiro.
Qu’ aquel ‘outro marinheiro,
porque me vê vir sem nada,
dá-me tanta borregada
como arrais lá do Barreiro” (123)*

Trata-se de um espaço de apropriação informal e ilegal com funções do mesmo carácter, desordenadamente ocupado que é utilizado como apoio à atividade piscatória local (como armazenamento do material de apoio: redes de proximidade, pesca à linha, com pequenas embarcações: pesca de grande proximidade: dimensão lúdica da atividade), bem como enquanto um ponto de convívio e de encontro para os que frequentam o lugar, ainda que apenas durante o dia.

Apesar da sua inflexibilidade, o local dispõe de inúmeros espaços motivadores ao encontro, apesar de se tratarem de espaços desqualificados que devem ser trabalhados consoante as atividades que nele se desenrolam.

Esta mesma tratada zona piscatória no Barreiro carece acima de tudo de uma estrutura formal e social e urbana, onde são presentes diversas barreiras físicas que segregam o espaço e o desconectam da cidade que o circunda que, por sua vez, originam uma enorme apatia entre comunidade residente e os restantes habitantes do Barreiro, criando uma certa barreira social que impede a vitalidade urbana do lugar.

A maior particularidade deste espaço é a dualidade que se faz notar em termos sociais entre a população que o frequenta e o restante município, ou seja, é notória uma enorme segregação social, a divisão entre o espaço e o concelho, e por sua vez para com a cidade e respetivo aglomerado urbano. São seus frequentadores indivíduos maioritariamente de idade avançada, que criam e vivenciam o espaço como é atualmente. De certo modo, um

(124) MENEZES. 2005: 142

“conflito gerado por distintos valores culturais, formas de uso e apropriação do espaço, visões de ordem social e do que é um comportamento apropriado, com o próprio desenho do espaço e os diferentes significados simbólicos e afetivos que se encontram no processo de construção social do espaço” ⁽¹²⁴⁾.

Trata-se de um espaço urbano isolado da cidade que o envolve, esquecida do seu contexto urbano, segregada, informal, rural, isolada e ilegal sem qualquer homogeneidade, um bairro criado, preservado, melhorado e estimado pelos seus frequentadores, pessoas que procuraram criar um espaço acessível e de apoio às suas atividades piscatórias, com algum conforto e qualidade de vida, moradores estes que ao longo do tempo procuraram sempre melhorar as suas condições de vivência do espaço. Desintegrada da cidade (urbana, social e economicamente) e de imagem negativa

(125) CORREIA. 2011: 5

No entanto, é notória a degradação do espaço, e é *“devido à falta de condições económicas, aos materiais empregues, à auto-construção e à consequente falta de manutenção, (que se inicia assim) um processo de constante degradação”* ⁽¹²⁵⁾.

(126) FERREIRA. 1994: 697

A zona piscatória do Barreiro foi-se construindo desordenadamente, sem qualquer estrutura urbana nem social, sem qualquer qualidade de alojamento de elevada densidade, individual na sua maioria, num terreno livre e desvalorizado ⁽¹²⁶⁾.

fiv.6.1 | MEMÓRIA DE UMA VIDA PISCATÓRIA

“Emociono-me. Junto ao mar, mordido pelas ondas, há um terraço de verdura. (127) FERNANDES. 1991: 52

Depois é a rocha negra, a pique. Depois outro terreno suspenso onde um homem está a schar. Mais acima um veio de água, serpenteante, acompanhando as curvas de nível. Tudo num milagre de equilíbrio, num mistério de conservação. (...) Não conheço outro lugar onde os homens tivessem ido tão longe no afã de afeiçoar a Natureza às suas necessidades.” (127)

Estendida na frente ribeirinha, e preservando uma certa autenticidade, a área em estudo, zona piscatória a sul da cidade do Barreiro e local da atual terminal fluvial, trata-se de um território de apropriação ilegítima e desordenada. Apesar da *“imagem caótica dos espaços edificados e do território em geral” (128)*, trata-se de um bairro que muito se dedicou à pesca local e artesanal, com moradores maioritariamente envelhecidos, mas alguns ainda ativos na atividade. (128) SOARES. 2003: 17

Detentor de uma identidade deveras peculiar, o local de intervenção é caracterizado pelas referidas atividades, apesar de carecer de um espaço qualificado para o efeito e conseqüente desenvolvimento e crescimento das memórias a estas associadas, memórias estas que subsistem dos hábitos, costumes e saberes ainda presentes de uma antiga vida piscatória.

Uma tradição local: uma comunidade que passava a maioria dos seus dias no mar, caracterizada pela sua simplicidade e poucas condições, que agora já velhos e cansados, se juntam para conversar ou jogarem às cartas, sem nunca perder de vista a memória de um tempo passado nos seus barcos em alto mar.

Atualmente, é utilizada para armazenamento das embarcações e apetrechos piscatórios e de apoio à atividade, e ainda como ponto de encontro entre aqueles que usualmente frequentam o espaço. Utilizadores do espaço estes que, apesar de carecerem de edificado digno das necessidades básicas, escolhem passar a maioria do seu dia-a-dia fixando-se naquele espaço, ainda que degradado, escolhendo por outro lado dar ao espaço o carácter individualista, criando funções específicas para este espaço de fixação.

(129) Entrevistas com pescadores
locais, Nov. 2017

“Dá-me gosto estar aqui. Para além de ser um espaço tão único, tão sereno. E acaba também por já se tornar um hábito vir para aqui (...) é antes de mais um espaço para o lazer, e é onde faço o que me dá mais prazer, a pesca, antes de mais a pesca com amigos” (129)

“Um dia que lhe aconteça alguma coisa vai deixar este espaço a alguém, um neto? Ah não! Eles não querem nada disto! Sabem lá o valor que isto tem!” (129)

Um lugar frequentado por aqueles que dedicaram a sua vida à atividade piscatória, e como tal, sendo que se trata de um lugar construído pelos seus utilizadores, ao qual dão um enorme significado e valor imaterial.

O espaço retrata a comunidade nele inserida, bem como as suas práticas e costumes correntes: o espaço construído pelos pescadores foi criado com materialidades que o território lhes oferecia, foram desenvolvidos espaços individualizados, dedicados na sua maioria à arrumação do material relativo à atividade, mas também ao convívio e ao lazer (espaços de armazenamento, espaços de estadia e permanência – interiores e exteriores – e espaços de descanso).

É um espaço com uma linguagem própria, muito tradicional, marcada pelo mar e moldada pelo estilo de vida dos pescadores. Procura-se o entendimento do que são as evidências do lugar para aqueles que o frequentam, para que se tornem evidentes no sentido urbano de comunidade, constituindo evidências e experiências citadinas, e não apenas as experiências individualizadas existentes.

Todo o contacto tido com os frequentadores da zona piscatória do Barreiro e o conhecimento tido do local, encontra-se grandes semelhanças entre tudo aquilo que foi observado e a seguinte citação de Pedro Brandão:

*“Quando regresso do mar venho sempre estonteado e cheio de luz que me trespassa. Tomo então apontamentos rápidos - um tipo – uma paisagem. Foi assim que coligi este livro, juntando-lhe algumas páginas de memórias. Meia dúzia de esboços afinal, que, como certos quadradinhos ao ar livre, são melhores.
Estas linhas de saudade aquecem-me e reanimam-me nos*

dias de inverno friorento. Torno a ver o azul, e chega mais alto até mim o imenso eco prolongado. Basta pegar num velho búzio para se perceber distintamente a grande voz do mar. Criou-se com ele e guardou-a para sempre. – Eu também nunca mais esqueci..." ⁽¹³⁰⁾ (130) BRANDÃO, 1924: 1

IV.6.2 | Como intervir num espaço de vivências consolidadas?

Trata-se de um território de vivências tradicionais muito pouco consolidado do ponto de vista físico, principalmente pela falta de uma ordem capaz de dignificar o espaço público, e por não haver qualquer qualificação do mesmo. No entanto, as relações sociais são um dos pontos mais fortes da zona piscatória, as relações entre as pessoas, e a relação que têm com o espaço que vivem.

(131) ASCHER, 2010: 21

Pode até ser considerado, segundo Ascher (2010) numa urbanização criada dentro do grande meio urbano que é a cidade, onde a sua *“dinâmica da urbanização está ligada ao potencial de interações que (...) oferece à sua urbanidade, isto é, ao poder multiforme que gera o reagrupamento de (...) população num mesmo lugar”* ⁽¹³¹⁾, apesar de carecer de um espaço público qualificado, considerado elemento fundamental na composição do meio urbano e de referência.

Uma enorme riqueza a nível das relações interpessoais, que são inúmeras entre os utilizadores do local, entre eles e o espaço em si, e na maneira como o edificado comunica com estes mesmos.

(132) Entrevistas com pescadores locais, Nov. 2017

“Um dia que lhe aconteça alguma coisa vai deixar este espaço a alguém, um neto? Ah não! Eles não querem nada disto! Sabem lá o valor que isto tem!” ⁽¹³²⁾

Apesar da sua desqualificação física, trata-se de um lugar *“que gera ali a vida”*, impulsionador de uma enorme interação social, apesar de restringida dentro daqueles que vivem o espaço e fora da sociedade que o rodeia. Cujo tecido urbano presente enclausurou a área da restante cidade, e em muito moldou as vivências proporcionadas neste *“bairro de pescadores”* ⁽¹³²⁾.

A relação existente com um espaço tão degradado fisicamente é muito forte. Tratam-se de pessoas que viveram desde sempre aquele espaço, que dão uma importância enorme ao lugar, criado por si, vivido por si, com uma enorme vontade de querer estar.

É também por estas mesmas relações entre as pessoas, e a convivência entre elas, que chama estes indivíduos a este lugar. O espaço oferece-lhes a possibilidade de estarem em grupo, proporcio-

possibilidade de estarem em grupo, proporciona-lhes essa oportunidade de juntar uma comunidade.

O local deve ser possuidor de um conjunto de fatores que o configurem dentro da imagem urbana da cidade (LYNCH. 2011), estes elementos devem relacionar-se e identificar-se, devem ter uma ligação entre eles e complementar-se. No entanto, e sendo ainda uma área isolada da restante cidade, esta está dependente das vivências e sociabilidade que nela se desenrola, ou seja, *“transforma-se, assim, quando a sociedade no seu conjunto se transforma, (...) depende também (...) das relações de imediatez, das relações diretas entre as pessoas e os grupos que a compõem”* ⁽¹³³⁾. (133) LEFEBVRE. 2000: 55

São então, de certo modo, as relações de sociabilidade que representam identidade ao lugar, enquadrando sempre a memória que lhe é subjacente, construída neste específico contexto espacial e social. Ou seja, aqueles que utilizam o espaço não são apenas um número, mas sim aqueles que, ao se deslocarem ao local e ao se relacionarem entre si, são capazes de formar a identidade dos lugares.

“Sem atividade entre os edifícios, as variadas formas de transição entre estar só e estar acompanhado desaparecem.” ⁽¹³⁴⁾ (134) GEHL. 2009: 23

Assim, a estratégia de intervenção adotada passa por uma análise cuidada do lugar, para que as existentes relações com o mesmo perdurem, com a melhoria de condições dos espaços, baseando-se na intervenção na área piscatória, requalificando fisicamente o espaço público bem como a organização do espaço. Assim, elaborou-se uma estratégia projetual para o território analisado que preserve as vivências estudadas, sendo assim possível encontrar a forma como são distribuídos os espaços existentes.

IV.6.3 | Habitar a memória

(135) ROSSI, 1984: 192

“a própria cidade é a memória coletiva dos povos; e tal como a memória está ligada a factos e a lugares, a cidade é o locus da memória coletiva.” (135)

Ao contrário do que afirma Rossi, o caso de estudo trata-se não de uma cidade, mas de um pequeno núcleo dentro da mesma, apesar de isolado, no entanto, é a memória do seu povo, relacionada com o respetivo meio social, que a define.

Torna-se essencial definir o conceito de memória e entender de que modo será possível, no caso de estudo, relembrar e viver a memória do passado. Esta é considerada instrumento construtivo de identidade, tanto a nível de comunidade, de sociedade, e até mesmo do lugar. A identidade, por outro lado, torna-se produto do Homem, e do que cada um experienciou ou viveu, os seus sonhos, ideais, símbolos, e que poderá partilhar com determinado grupo social em que se insira.

(136) RODRIGUES e MACHADO
2010: 23

É a partir da memória que cada um pode procurar o seu eu, o reconhecimento de si mesmo, a sua identidade única, impessoal e intransmissível. E é a partir desta que cada um poderá rever o *“sentimento de pertencimento e identidade”* (136), associando-se assim a determinado grupo social.

Deste modo, a cultura é de certo modo modificadora, na medida em que é capaz de definir estes mesmos grupos sociais, e assim afastar ou acercar diversos indivíduos, distinguindo todo e cada uma destas mesmas comunidades.

(137) POLLAK. 1992: 200-212

Pollak (137) defende que a memória cria lugares específicos para cada indivíduo, dentro das suas recordações e lembranças pessoais. E assim torná-la num objeto real e sempre atualizado, na medida em que, em qualquer ocasião é possível de ser recordada e vivida. Segundo o autor, a memória pode ser específica do indivíduo, ou pública, e ser a uma determinada comunidade, sendo formada por:

“[...] em primeiro lugar, [...] os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de ‘vividos por tabela’, ou seja,

acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. [...] a memória é constituída por pessoas, personagens. Aqui também podemos aplicar o mesmo esquema, falar de personagens realmente encontradas no decorrer da vida, de personagens frequentadas por tabela, indiretamente, mas que, por assim dizer, se transformaram quase que em conhecidas, e ainda de personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa [...] Além dos acontecimentos e das personagens, podemos finalmente arrolar os lugares. Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal [...] (137) POLLAK. 1992: 200-212

É tratada uma área de intervenção com memórias muito vincadas. Onde a identidade do local é marcada, tanto pelas pessoas que o vivem como pelas memórias do passado. São as pessoas que muito definem a identidade do local, pois tudo o que existe atualmente foi fruto do passado, utilizando um espaço que criado a partir da memória.

Sendo considerada um conjunto de recordações pessoais que definem o ser individual de cada um, é certo que cada criação será em torno de memórias que do passado, acabando por ser esta que arquiteta muitas das idealizações pessoais para o futuro.

“(é) um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade de coerência de uma pessoa de um grupo em sua reconstrução de si” (138) POLLAK. 1992: 204

No caso de estudo, foram os pescadores que criaram de raiz o espaço, espaços de vivências: as atuais cabanas. E é nesta criação que se considera a memória como um dos fatores essenciais, pelas recordações de um espaço vivido, do que para aquelas pessoas é realmente importante no espaço, em particular para as atividades desenvolvidas, específicas do lugar, a partir das suas vivências e da sua realidade quotidiana.

A memória é considerada fundamental para a criação do espaço, principalmente no caso dos pescadores, em que se basearam muito no seu passado e na vida antiga da pesca para criarem cada espaço dentro de cada palhota

construída. Assim, o local de intervenção é considerado claramente um fruto da memória.

A realidade passada, a pesca, noites em alto mar, a busca por peixe, aquilo que para muitos era essencial para a vida ou até para se poderem afirmar “realmente enquanto pescadores”: toda esta realidade apoiou o desenvolvimento do atual espaço que, para estes indivíduos, hoje é tão marcante, que criaram à sua imagem, como seu (porque neste caso foram estas pessoas que traçaram os espaços que hoje são vividos, em torno de memórias do passado, um passado que os definiu).

São então as vivências piscatórias do passado que definem, em grande parte, a forma como vivem, daí procurarem habitar a memória. Aquilo que fazem, as necessidades que têm e tiveram, acaba-se por viver um espaço de certa maneira, definido pelo passado, pelas experiências e pelas necessidades, pela memória. Cada cabana específica acaba por definir o seu possessor, e ser fruto dessa definição. Foram os hábitos de cada um, as suas vivências.

Considera-se assim, que a memória poderá então ser habitada, porque, atualmente, estas pessoas frequentam um espaço que definiu o seu passado, que todos os dias observam e o relembram. Daí ser tão essencial retratar estes espaços que foram criados de raiz, retratar esta memória, retratar este passado.

IV.7 | SÍNTESE

O Barreiro é uma cidade situada no concelho do mesmo nome, no distrito de Setúbal, em Portugal, onde a população é maioritariamente idosa, com baixos índices de sustentabilidade potencial, baixas taxas de atividade e com uma das maiores taxas de desemprego da região.

Os acessos automóveis ao concelho são facilitados, o acesso à cidade já envolve estradas e ruas municipais depois das autoestradas, o acesso interino envolve ruas e avenidas principais da cidade. Possui uma bastante diversificada a rede de transportes públicos que facilitam o acesso desde Lisboa, existindo ainda uma rede de transportes municipais e urbanos.

Trata-se de uma zona ribeirinha com uma topografia pouco acentuada e com escassos desníveis, com clima ameno, ventos predominantes de Norte e Noroeste e precipitação abundante nos meses de Inverno.

O Barreiro começou por ser uma vila de pescadores, que se reuniam maioritariamente na área sudeste da cidade, uma atividade ainda praticada nos dias de hoje, elaborada ao nível rústico e familiar. Em finais do século XIX sofreu um processo de industrialização quando o desenvolvimento da indústria assumiu um papel determinante para o desenvolvimento da cidade que se tornou, na primeira metade do século XX, no maior polo industrial do país, devido à migração para a cidade de um vasto conjunto de indústrias originárias da capital.

No início dos anos 70 a cidade passou a crescer urbanisticamente em áreas cada vez mais distantes, tornando-se numa cidade caracterizada pelo fraco tecido industrial de trabalho, tendendo a *“transformar-se rapidamente numa cidade dormitório de Lisboa.”* ⁽¹³⁹⁾. Apesar disso, nos dias de hoje, a cidade passa por um processo de reestruturação urbana, com a introdução de novos elementos estruturantes.

Nela existe uma relação cidade-rio desqualificada, bem como uma falta de benefício das faculdades do local. Na área de intervenção, a zona piscatória do Barreiro, a sudeste da cidade, e devido às alterações que o território sofreu ao longo dos anos, o espaço tornou-se num território de ocupação ilegal, vivencialmente muito rico, onde são claras as vivências e hábitos correntes dos frequentadores do espaço, um terreno atualmente de ocupação informal, apesar de socialmente consolidado.

(139) FARIA, 2010: 81

Apesar de se tratar de um território desertificado, com carência de eixos estruturantes, falta de equipamentos aliados ao desporto e de assistência aos seus frequentadores, falta de espaços verdes e de lazer, onde são notórias as barreiras físicas, com degradação do edificado e falta de infraestruturas, destruturação do espaço público, desconexão com a cidade e baixo índice de qualidade de vida, torna-se numa enorme oportunidade de intervenção pelos vazios urbanos existentes, pela sua localização estratégica, áreas expectantes, por possuir uma reserva ecológica natural, edifícios com interesse patrimonial e principalmente pela forte relação de proximidade interpessoal e de proximidade com o rio.

Acerca da área de intervenção, localizada a península a sul da cidade do Barreiro, mais concretamente, no pequeno aglomerado a sueste. Espaço este atualmente vivenciado por uma população idosa - comunidade ligada à temática da pesca e da exploração fluvial - onde é notória a falta de condições ao nível físico e de uma correta intervenção acerca deste tecido que se foi desenvolvendo a nível rural, sem qualquer regra e com escassas condições.

Detentor de uma identidade deveras peculiar, o local de intervenção é caracterizado pelas referidas atividades, apesar de carecer de um espaço qualificado para o efeito e consequente desenvolvimento e crescimento das memórias a estas associadas, memórias estas que subsistem dos hábitos, costumes e saberes ainda presentes de uma antiga vida piscatória.

De realçar a existente relação e influência entre o espaço vivido e a sociedade nele intrínseca, é a segunda capaz de transformar o lugar quando ela própria se altera, é dependente de relações interpessoais. Ou seja, a evolução do espaço tem uma dependência com o que nele se passa, em termos sociais, e deste modo, são as relações entre as pessoas que vivem o espaço que, na sua totalidade, representam a identidade do lugar.

A memória humana relaciona-se diretamente com o contexto em que se insere, com circunstâncias de sociabilidade, do espaço e do tempo. É considerada também como um *“fenómeno social”*, para além da intimidade que contém, na medida em que o próprio espaço é, para além de *“parte integrante do processo d(e) criação de várias recordações”*, visto como uma coletividade de memórias, a memória coletiva, ligada a acontecimentos e lugares ⁽¹⁴⁰⁾.

(140) ROSSI. 1984: 192

CAPÍTULO V - PROJETO URBANO E ARQUITETÓNICO

V | PROJETO URBANO E ARQUITETÓNICO

V.1 | O TERRITÓRIO



Fig. 92 e 93 - Território de intervenção, zona piscatória: sul do Barreiro

Procurando resolver os problemas apresentados nos capítulos anteriores, explicita-se agora a solução adotada para a área de intervenção.

A área piscatória do Barreiro, a sudeste da cidade, trata-se de um caso onde a relação cidade-rio é considerada fraca, ao contrário de exemplos abordados no capítulo II (II.2). Segundo referido no estudo acerca das relações entre as cidades e os rios que as banham, atualmente no caso de estudo existe uma grande desarticulação nesta relação, apesar de, no século XIX se ter observado um desenvolvimento desta apropriação da zona ribeirinha, devido em grande parte pelo despoletar da revolução industrial.

Apesar de se tratar de uma cidade onde a sua componente industrial existiu junto ao rio, a crise industrial da segunda metade do século XX, pela qual a cidade passou, e que despoletou o abandono e inativação destas mesmas antigas indústrias, tornou a cidade num cheio de espaços considerados expectantes e ao mesmo tempo, residuais, certas desagregações na cidade, terrenos agora abandonados e sem qualquer manutenção, e instalações devolutas.

O rio sempre foi e continuará a ser muito importante e de enorme influência para a cidade do Barreiro, foi a partir deste que se moldou o território, esta linha costeira. Moldou os seus frequentadores, que construíram estas cabanas em torno do rio, acabando por ser um mandatário da área.

Segundo estudado no tema relativo à paisagem (II.2.1) trata-se de um território onde a sua componente paisagística é o rio Tejo e a margem do Seixal, e talvez ainda parte das suas periferias. Identificativo e característico do lugar, e das suas atividades, propício à pesca e com a possibilidade até de seguir rotas a mar aberto.

Significa a parte do território que é observado, e acaba por ser em grande parte um produto do Homem. Aquilo que é visível do Barreiro, para além dos elementos naturais, como a água do rio, ou a formação topográfica da cidade em frente, tudo o que existe foi criado, um produto da história, das criações do Homem, das estruturas que se decidiu edificar.

A paisagem torna-se ainda mais relevante no contexto da pesca. Podendo este elemento ser um dos pontos fortes na área de intervenção, tratando-se de um terreno de ocupação ilegal, potencializando-o.

(141) PENA, 2017

“A paisagem [...] é composta por elementos do presente e do passado, é dotada de aspetos naturais e culturais do mundo.” (141)

No entanto, no Barreiro, acaba por tomar primazia a relação entre a terra e a água, a cidade e o rio, e o que se vê ao longe, a paisagem acaba por ser fundamental.

A sua paisagem é o rio, é a margem (Seixal). Específico do lugar, que provavelmente não se teria desenvolvido da maneira que o fez se a paisagem fosse apenas, por exemplo, edificado - a essência do lugar não seria a mesma.

É assim notório no caso de estudo a existência de dois planos fundamentais:

- Um primeiro, que é claramente a natureza, o rio, e a linha costeira
- Um outro, produto do Homem e que se trata da margem do Seixal (que sofreu alterações ao longo dos anos, pela sua natureza)

Conforme estudado no capítulo II.3, e apesar de ter sido maioritariamente um concelho industrial até finais dos anos 80, o Barreiro passou por críticos processos de desindustrialização nas últimas décadas do século XX, um processo considerado *“imponderad(o), (...) e mal concretizad(o)”* (142). A vida profissional no concelho, anteriormente industrial, sofreu grandes alterações, e mudou as expectativas antes existentes para os habitantes que ambicionavam um futuro no ramo.

(142) CARDOSO, 2017

Considerado em tempos um centro industrial, o Barreiro foi fortemente marcado pela presença deste ramo no seu desenvolvimento.

Deste modo, no Barreiro são muitas as áreas de potencial intervenção, que acabam por se tornarem fatores que poderão ser dinamizadores para o território: zonas expectantes de novas oportunidades para a cidade.

Pretende-se deste modo intervir na área sudeste do Barreiro e local da atual terminal fluvial, um local ilegalmente ocupado, muito pobre do ponto de vista físico (condições precárias) mas muito rico do ponto de vista social (vivências e relações entre os seus frequentadores).



Fig. 94 - Território de intervenção, zona piscatória: sul do Barreiro

Não um vazio urbano, mas sim uma área consolidada, e ocupada, com uma identidade própria não perdida no tempo, que apesar de não possuir edificado digno de vivências, trata-se de um espaço muito vivido, muito rico do ponto de vista das vivências e dos seus ocupantes.

No entanto, apesar do seu valor identitário, o espaço carece de algo que intervencione o espaço, devolvendo-lhe alguma dignidade, e devolvendo-lhe o sentimento de pertença à cidade em que se insere, procurando enquadrar-se na mesma do ponto de vista social, económico e cultural.

Ao contrário do que afirma Cavaco, e sendo considerado o espaço de estudo uma área expectante, o local não se tornou num “*espaço de lixo*”, não está ao abandono, apesar de degradado. É sem dúvida um “*espaço de oportunidade*”, mas nunca “*provisoriamente abandonado*”⁽¹⁴³⁾ - é vivido, e representa uma oportunidade para regenerar o lugar em que se insere.

Os pontos fortes do local prevalecem, a sua localização, uma vista privilegiada, e até a ligação já existente para a pesca, com o rio. Deve ser planeada uma intervenção capaz de tirar partido das vantagens da área, devolvendo-a à sua população e ao público em geral, devolvendo-a aos cidadãos e mesmo à própria cidade.

Entendendo o que foi referido no capítulo referente à memória enquanto referência projetual (II.4) existe, portanto, uma vivência em comunidade, onde as interações e comportamentos, com significados compartilhados entre os moradores, farão todo o sentido entre os seus membros.

Os seres humanos vivem o lugar. Com hábitos e dinâmicas muito vincadas. Muitos deles coabitam os espaços individualizados alheios, e é até desta ligação entre as pessoas que surge a essência do lugar, que apesar de se tratarem de hábitos racionais de vivência, esta envolve também um hábito emotivo de relacionamentos, quase como uma prática mais primitiva do Homem.

Há que estudar com afinho o tecido urbano do local com intenção de melhor perceber então estas questões sociais.

Procura-se o estudo desta área de carácter socialmente consolidada e o desenvolvimento de mecanismos para a sua modificação. Com o objetivo de intervir corretamente sobre o tecido existente preservando as relações, as memórias e a essência do lugar, introduzindo novos elementos estruturantes do aglomerado.

(143) CAVACO. 2007: 8



Fig. 95 - Território de intervenção, zona piscatória: sul do Barreiro

“Quando trabalho num projeto, deixo-me guiar por imagens e ambientes da minha memória, que consigo relacionar com a arquitetura que procuro. As imagens que me ocorrem provêm, na sua maioria, da minha vivência subjetiva e são, por isso, raramente legendadas com comentários arquitetônicos já memorizados. Enquanto estou a projetar procuro descobrir, o que significam as imagens, para aprender como se produzem certas formas e ambientes imaginados.” (144)

(144) ZUMTHOR, 2009: 26

Por outro lado, e acerca do espaço público (II.5), no local de intervenção as pessoas apropriam-se do espaço, criam o seu lugar individualizado. Criam e modificam o seu espaço. E é neste ponto que se baseia esta proposta. Não se procura a exclusão e demolição, mas sim a criação de um espaço partilhado que convide os moradores da cidade a visitar este novo espaço comum, criando pontos de atratividade capazes de se conectar com as vivências existentes.

Estes espaços representam as pessoas, como um espelho, onde se “encontram com eles mesmos”, onde existe um enorme gosto e vontade de estar. E é assim que a natureza daquele lugar é um gesto de apropriação e apropriação de cada espaço individualizado, onde em cada um são definidos os seus limites físicos que marcam essa mesma particularização.

Assume-se assim que a relação com uma nova proposta neste lugar seja a redescoberta desta relação única de ligação entre a cidade e o lugar, entre o lugar e os seus visitantes, e principalmente, entre o lugar e os seus habituais frequentadores.

Depois do estudo acerca da reabilitação do espaço público (II.5.1), é de notar que a circulação pedonal deverá ser em grande parte tida em conta quando da reabilitação do espaço público. Deste modo, propõe-se que este se torne capaz de desencadear o encontro entre os residentes, tanto daqueles que atualmente frequentam a área de estudo, como dos residentes na cidade que, por a diversas razões, escolhem não utilizar este lugar.

Propõe-se que se torne a área de estudo num espaço onde se verifique o fator de socialização ao nível urbano, tratando o espaço público como uma representação e reprodução da sociedade e da cidade em que se insere.

Consideram-se preponderantes as relações entre o Homem e o espaço vivido, de cariz público, dentro do ambiente urbano. Sendo significativa a forma como as vivências num determinado lugar são efeito de



Fig. 96 - Território de intervenção, zona piscatória: sul do Barreiro



Fig. 97 - Território de intervenção, zona piscatória: sul do Barreiro

determinadas condutas por parte do Homem, assimilado num determinado quadro social.

Conforme abordado no tema acerca das comunidades (II.6) no caso de estudo, existe uma comunidade claramente marcada. Trata-se de um espaço com uma enorme riqueza social, que acaba por formar uma comunidade estruturada: a comunidade piscatória, com relações também muito estruturadas entre as pessoas. Partilham uma semelhante forma de viver num mesmo espaço, dentro da mesma sociedade.

Neste caso específico de comunidade piscatória, o interesse que partilham é a pesca, um conjunto de pessoas que partilham vivências, hábitos e memórias. As mesmas crenças e até semelhantes estilos de vida, dentro do contexto.

V.2 | ENQUADRAMENTO GERAL

O projeto urbano e arquitetónico surgiu do mote e emergência de procurar devolver as águas do Tejo à cidade do Barreiro, em oposição às barreiras criadas na existente relação entre a cidade e o rio, conforme estudado no capítulo II.2. É ainda possível consultar em anexo acerca do processo de trabalho que levou à presente proposta de intervenção no território.

Devido à opção do projeto urbano de alterar a localização do terminal fluvial para a zona comercial norte, a antiga área onde este terminal existia ganha uma panóplia de novas possibilidades de apropriação, nomeadamente a antiga, degradada e ilegal zona piscatória, devolvendo este espaço aos seus habitantes enquadrando-o na restante cidade (contrapondo ao estudado no capítulo II.3)

Deste modo, criou-se uma nova área residencial (no espaço antigamente destinado ao estacionamento de apoio ao terminal fluvial), um espaço que se relaciona urbanisticamente com outras novas áreas, nomeadamente com uma plataforma permeável, isto para que seja facilmente conectada com a anteriormente referida nova zona habitacional.

Propõe-se a criação desta mesma plataforma, um espaço capaz de devolver à CP (Comboios de Portugal - antigo proprietário do terreno) novas instalações, como de restituir a essência do lugar, enquanto espaço de estadia, onde tanto os residentes da cidade do Barreiro se concentram como os frequentadores das antigas “cabanas” de pescadores teriam novas possibilidades de se reunir (fundamentando-se sempre na memória do lugar como referência ao projeto desenvolvido – capítulo II.4)

Trata-se de plataforma permeável com funções polivalentes. Possui, no piso térreo, espaços destinados à restauração, cafés e esplanadas com vistas privilegiadas sobre o rio, anfiteatros auditórios, lojas e comércio local, áreas de recreio e de jogos, bem como um pavilhão gimnodesportivo, um espaço coletivo reservado à prática desportiva (como ginástica, yoga, máquinas de ginásio e de musculação, etc).

É inerente na proposta da plataforma, a relação estabelecida entre o nível do piso térreo e do primeiro piso, espaços de estar e principalmente de contemplação, sistemas de vistas e de relações entre as duas cotas, e por sua vez para com o elemento natural que mais marca esta paisagem: o rio.

Com uma vista privilegiada, propõe-se um espaço de contemplação no primeiro piso, um miradouro para o rio Tejo, bem como os já referidos espaços de comércio e restauração e por fim um nomeado de “espaço memória”, destinado ao público, que procura retratar a cidade: com zonas de galeria de arte local, de arquivo, biblioteca e exposições temáticas da prática piscatória.

Acerca do estudado nos temas relativos ao espaço público (II.5 e II.5.1) e conforme os casos de estudo peruano, o canadiano e o de Vila Franca de Xira e (III.5, II.7 e II.6), sendo que, para além de voltar a convidar os “barreiros” ⁽¹⁴⁴⁾ a viverem esta zona, tenciona-se manter a existente relação entre o lugar e os seus frequentadores, propondo-se a requalificação do espaço destinado às atividades piscatórias. Propõe-se a construção de espaços públicos qualificados, novos caminhos e percursos pedonais, lugares de passeio de estadia e lazer no exterior, não descorando das suas qualidades sociais e ambientais do espaço público. Aliado ao mesmo, criam-se estruturas palafíticas elevadas, espaços verdes e de cultivo, junção de alguns módulos numa estrutura com braços que se estendem perante o rio como atracadouros para os barcos.

Enquadrado então nesta mesma zona piscatória da cidade do Barreiro, propõe-se as referidas diversas estruturas palafíticas (conforme as características deste tipo de construção em madeira entendidas no capítulo II.7 e conforme o caso de estudo na Carrasqueira – II.2).

Constroem-se estruturas palafíticas destinados aos atuais frequentadores da área piscatória, com o objetivo de devolver o lugar às pessoas, procurando condições de vivência, e ao mesmo tempo indagando o espírito do lugar, e principalmente o seu significado para os seus utilizadores.

À semelhança do caso de estudo inglês (III.3) e do americano (III.4) propõe-se a criação de três tipos de módulos em junção nesta estrutura palafítica em madeira, agrupados em pequenos grupos, módulos destinados especificamente à atividade piscatória (armazéns de apoio), outros destinados ao descanso, e por último o mais importante que será o módulo destinado à estadia, ao convívio, e principalmente àquilo que é considerado o fomentar de uma comunidade piscatória. A chamada “cabana do pescador”, de convivência e de encontro, com espaços exteriores de cozinhar e outro interior de refeição e de convivência. Onde todos os módulos são ainda apoiados com pequenas zonas de higiene.

(144) DOMINGUES, 2006

V.3 | PROJETO URBANO

V.3.1 | CONCEITOS

A estratégia urbana baseia-se em cinco conceitos:

- **Acessibilidade** - com a dinamização da proposta, as ligações externas relativamente à capital, Lisboa, com novos espaços empresariais e de comércio, e um novo porto fluvial a norte;
- **Identidade** – conceito presente no Barreiro que se pretende manter acima de tudo, propondo edificado de baixa densidade, e dando uma nova vida ao centro histórico, mantendo a sempre presente vivência bairrista;
- **Proximidade** – com a criação de novos espaços de lazer e de convívio, praças e largos e de equipamentos desportivos, e outros de apoio à atividade piscatória;
- **Sustentabilidade** – aposta-se na reabilitação e requalificação do existente, reutilizando e restaurando o antigo, e criando novos espaços verdes qualificados;
- **Conexão** – a necessidade principal da cidade, procura-se na proposta urbana articular os espaços, com novas avenidas, ligações internas na cidade e a criação de ciclovia e novos espaços verdes.

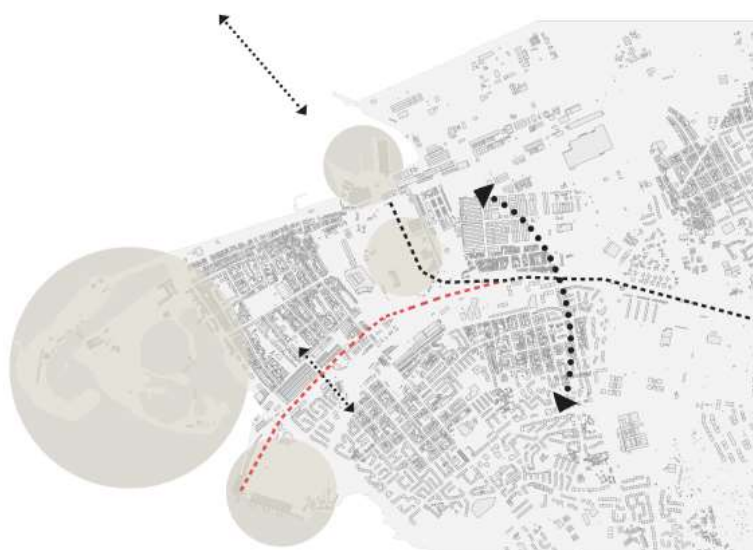


Fig. 98 - Proposta urbana: aplicação dos conceitos, essencialmente de conexão entre as diferentes zonas trabalhadas – Alburrica, zona piscatória, zona empresarial norte e zona empresarial sul - e da cidade com Lisboa - novo porto de ligação fluvial na zona empresarial norte



Fig. 99 - Proposta urbana: análise do edificado, dos vazios urbanos, espaços verdes, praia, e rede ferroviária e rodoviária principal e secundária



Fig. 100 - Proposta urbana: análise do edificado, dos vazios urbanos, espaços verdes, praia, e rede ferroviária e rodoviária principal e secundária

Com estes cinco conceitos, procurou-se, a nível da morfologia urbana criada, focar a proposta em quatro zonas distintas, e tentar quebrar a barreira existente entre a parte antiga da cidade e a zona mais recente.

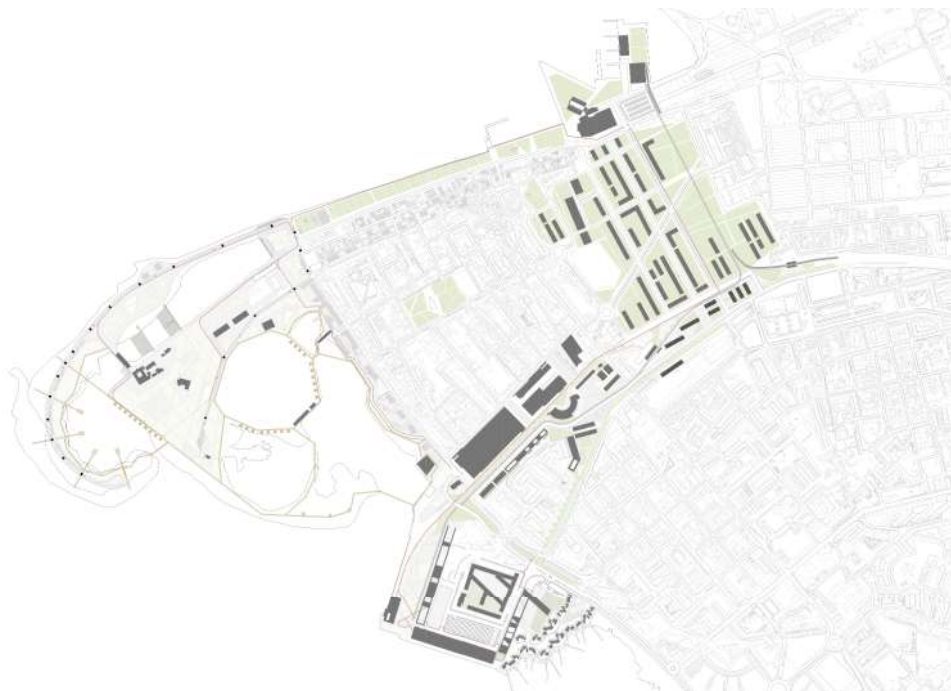


Fig. 101 - Proposta urbana: planta de implantação (sem escala - consultar o desenho numa escala maior em anexo)

V.3.2 | ESTRATÉGIAS E OBJETIVOS

Procurou-se a criação de novas dinâmicas de circuito, melhorar as acessibilidades, e tentar manter a identidade da população nos novos equipamentos e estruturas criadas.

ZONA HISTÓRICA E ZONA INDUSTRIAL

Uma das áreas de intervenção foi a zona industrial a norte da cidade, onde a principal estratégia passou pela realocação da estação terminal ferroviária e fluvial, e do cais marítimo, bem como a introdução de uma linha de elétrico para uma melhor acessibilidade entre a cidade e esta nova estação (transportes interinos).

Propõe-se a criação de uma área destinada à atividade empresarial mais a norte, com edificado de baixa altura, bem como uma zona de comércio e de serviços.

Na antiga zona histórica, propõe-se a criação de serviços estes de apoio à saúde, numa área aproximada, e a reabilitação dos edifícios devolutos que são dados como vazios urbanos de momento.

Fig. 102, 103, 104 e 105 - Proposta urbana: zona histórica e industrial (antes e depois: proposta de alteração de ambientes, praças, largos)



Fig. 106 - Proposta urbana: planta da proposta para a zona histórica e industrial



CORREDOR VERDE E ZONA PISCATÓRIA

“(...) um conceito de estrutura natural contínua, constituído por um conjunto coordenado de espaços verdes que pretendem contribuir para trazer de forma contínua o espaço natural para o interior da cidade.” (145) CML. 2018

Com a recolocação da linha férrea para Norte, surge o aproveitamento do vazio urbano nas antigas instalações dos caminhos de ferro e também nas linhas que então deixam de existir, nesta nova avenida principal, tornando a rua num espaço de permanência, um “corredor verde”, composto por ciclovia, via de elétrico, zona pedonal, jardim (espaço de estar) e a reestruturação de vias automóveis.

Na zona mais a sul, com a mudança da estação fluvial e ferroviária para norte, deixa-se este espaço mais aberto e recetivo a novas vivências, deixando a zona de ser um cais para se tornar numa zona de passeio, habitacional, de comércio, serviços e lazer, com estruturas permeáveis capazes de unir toda a área, estrutura esta que procurará reviver a memória da antiga linha férrea, e englobará atividades mercantis, comerciais, de restauração, estacionamento exterior, sistemas de vistas, parques infantis e anfiteatros ao ar livre para eventos comunitários.

Uma nova frente ribeirinha e espaços verdes a poente, caminhos pedonais e de passeio, jardins, circulação e estadia pública. No edifício agora devoluto, da antiga estação fluvial, propõe a sua reabilitação enquanto marina histórica e porto de recreio (para barcos de maiores dimensões).

Cria-se um novo passeio marítimo, reaproveitando os edifícios que estavam relacionados com a antiga estação fluvial, e relacionando a nova frente ribeirinha com as novas áreas, zonas de chegada e de entrada, áreas também turísticas, espaços de estar, de estadia, de passagem e de passeio.

Fig. 107 e 108 - Proposta urbana: corredor verde (proposta de alteração de ambientes, praças, largos, novas vivências junto à antiga linha ferroviária)

Fig. 109 e 110 - Proposta urbana: zona piscatória (proposta de alteração de comunicação entre diferentes áreas, espaços verdes, novas vivências na zona piscatória)



Fig. 111 - - Proposta urbana: planta da proposta para a corredor verde e para a zona piscatória



ALBURRICA

Numa zona de parque natural, propõe-se a criação de passadiços de madeira e o reaproveitar da antiga Quinta Braamcamp e dos antigos moinhos de maré, reabilitando os edifícios devolutos para turismo rural, completado com estruturas de madeira e pequenos bungalows.

Propõe-se que todo o parque urbano possua jardins infantis, zonas verdes e de apoio à prática da recolha de bivalves e mexilhões, por se tratar de uma zona onde é corrente esta prática.

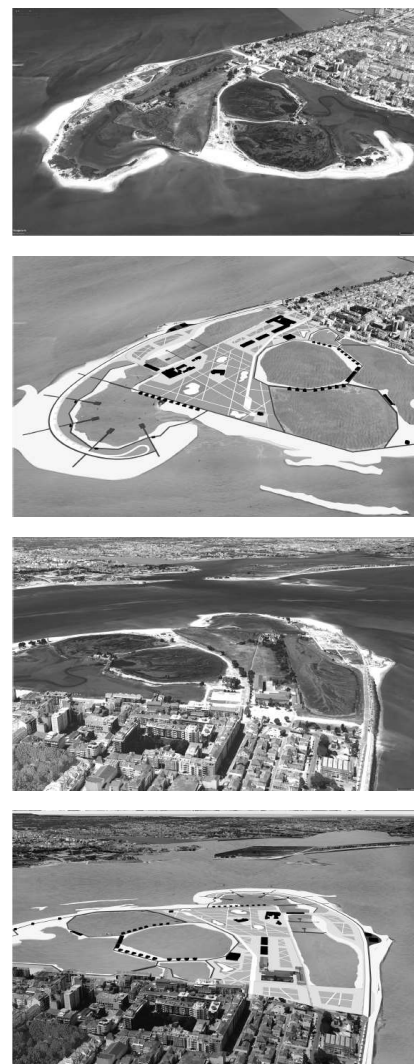
Propõe-se ainda uma praça, capaz de assegurar a ligação entre Alburrica e a referida zona histórica. E a reafirmação de uma ciclovia, que passaria em toda a área proposta.

A ideia para a zona foi de trazer o turismo e ao mesmo tempo, manter a natureza deste lugar, com a criação de uma nova zona de pesca com plataformas de apoio, e a requalificação da zona de praia, dando-lhe uma nova área de estacionamento, melhorando as suas acessibilidades, e com pequenos edifícios de apoio. Uma nova frente de praia, com a requalificação das estruturas existentes, e criando novos acessos para as práticas já ali existentes.

Fig. 112 - Proposta urbana: planta da proposta para a corredor verde e para a zona piscatória



Fig. 113, 114, 115 e 116 - Proposta urbana: Alburrica (antes e depois: proposta de criação de unidade hoteleira, e de ligações entre os diferentes pontos da área)



V.4 | PROJETO DE UMA ESTRUTURA PERMEÁVEL POLIVALENTE E DE ESTRUTURAS PALAFÍTICAS DE FUNÇÕES PISCATÓRIAS

A partir da proposta urbana, e devido à recolocação do terminal fluvial para a zona norte, surge uma oportunidade de intervenção, numa área agora mais liberta, e tornando-a mais oportuna à mesma, propício a novas vivências.

Propõe-se assim intervir na zona piscatória a sudeste, criando uma primeira zona habitacional a poente, permeável e contínua, composta por edifícios vazados variando entre os dois e os três pisos, proporcionando ligação pedonal e visual para com a zona piscatória a nascente, espaço atualmente degradado, e local das cabanas de pescadores.

Na área a nascente procurou-se a criação de um novo centro, num terreno que atualmente possui características como a degradação física, alguma informalidade e de ocupação ilegal: devolvendo-o à população e dando-lhe uma nova vida (não apenas aos seus atuais frequentadores, mas convidando toda a cidade a visitar e a viver este espaço).

Deste modo, propõe-se a reabilitação das cabanas dos pescadores, aliada à introdução de uma nova estrutura permeável, conectando-se com a restante proposta, e por sua vez com a cidade.

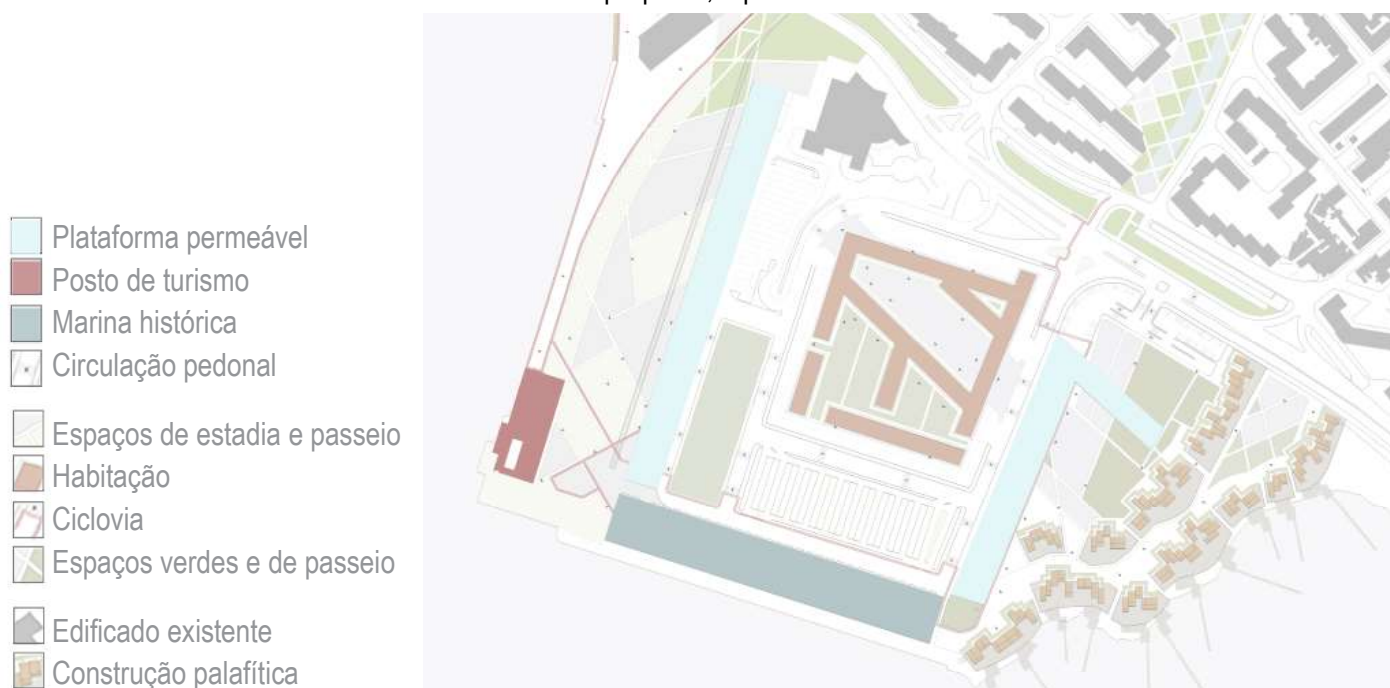


Fig. 117 - Planta esquemática da proposta urbana na área de intervenção: diferentes funcionalidades para os edifícios e espaços propostos e circuitos de circulação pedonal

É também o facto de se tratar de uma sociedade maioritariamente idosa e sempre muito próxima à memória, que realça a maneira como se torna essencial a proposta de espaços capazes de exercer novas atividades, para que seja assim possível dinamizar o território.

Assim, foram essenciais a análise e o entendimento da sociedade inerente, especialmente daqueles que viverão o lugar mais proximamente, e compreender assim as carências e falhas, interesses e inquietações, comuns à comunidade a que se refere.

Trata-se assim de uma proposta muito permeável e contínua, que ao mesmo tempo procura conferir alguma privacidade aos seus utilizadores (relação público/privada), aproveitando esta relação para que o espaço ganhe identidade. O espaço é reorganizado, em pequenos armazéns privados para a atividade piscatória, compreendendo a relação intimista existente entre os atuais frequentadores e o espaço.

A memória do local é revivida, com a reestruturação dos espaços, com novos edifícios complementares.

Procuram-se também novas vivências, atraindo as pessoas para o interior da cidade.

Torna-se essencial neste caso de regeneração do tecido urbano, a requalificação e dinamização do espaço de uso público, procurando convidar os “barreiros” ⁽¹⁴⁶⁾ a reviver a cidade, conectando-a com a nova zona piscatória. Deste modo, a proposta urbana procura enquadrar-se nas pré-existências.

(146) DOMINGUES, 2006

Aliado a tudo isto, propõe-se ainda a criação de novos espaços verdes e espaços do domínio público, promovendo a utilização do espaço por todos, com um novo passeio urbano e uma plataforma permeável que englobará novos espaços de desporto, lazer, convívio, restauração, eventos, contemplação e comércio.

V.4.1 | CONCEITOS

No contexto da proposta urbana, o projeto de uma estrutura permeável polivalente e de estruturas palafíticas de funções piscatórias enquadra-se em semelhantes conceitos, como:

- **Acessibilidade** – aposta-se fortemente na reabilitação do espaço público, com a dinamização da área, a recolocação do porto fluvial, as novas ligações externas relativamente a Lisboa, e com a criação de novos espaços de lazer e de comércio;
- **Proximidade** – a requalificação urbana também é considerada um ponto de grande importância, com a requalificação dos espaços verdes existentes, um novo passeio urbano, a conexão proposta entre a nova zona piscatória e a cidade, a criação de novos espaços de lazer e de convívio e a criação de equipamentos de apoio à atividade piscatória;
- **Identidade** – na área de intervenção torna-se fundamental manter a identidade do lugar, para com a comunidade existente, revivendo as memórias que promoveram a criação do espaço da maneira como existe atualmente. Para a proposta de novos espaços na zona piscatória sobre os atuais espaços informais, torna-se essencial o estudo das vivências existentes, e da maneira como se consolidam. Aposta-se na conceção de espaços de encontro, que promovam a existente vivência;
- **Sustentabilidade** – importante na proposta que se insere nas atividades e vida piscatória, com a reabilitação do espaço público, a criação de espaços qualificados, de espaços verdes, capazes de possibilitar o encontro com a Natureza, e por sua vez, com o rio;
- **Conexão** – torna-se também importante a ligação promovida entre a nova zona piscatória e a cidade do Barreiro, com a criação de uma plataforma que seja permeável, a reabilitação do espaço público, o percurso de ciclovias, a articulação dos espaços criados, com novos arruamentos e espaços verdes.

V.4.2 | OBJETIVOS

Sendo o principal objetivo a reabilitação da zona piscatória do Barreiro, desenvolveu-se o projeto que procura articular o seu desenho com as pré-existências da área de intervenção, adaptando-o ainda ao desenho proposto no projeto urbano.

Atendendo sempre ao valor que esta área dispõe, o foco desenvolveu-se em manter as dinâmicas que possibilitam as vivências existentes, de modo a promover a reflexão e a partilha social das mesmas no espaço construído, de modo a que seja possível o desenvolvimento das cabanas de apoio à atividade piscatória, procurando conhecer as características do edificado em falta.

A estratégia projetual, inserida no contexto, procura desenvolver uma nova construção capaz de atender às características sociais pré-existent. Deste modo, elaborou-se uma estratégia capaz de intervir apropriadamente num espaço com dinâmicas tão vincadas, atendendo às vivências do espaço, e após a análise das atividades e carências do mesmo.

O principal foco do projeto arquitetónico alia-se à reabilitação da área de intervenção, passando pelo desenvolvimento de uma estrutura permeável de apoio e conexão com a envolvente, bem como de cabanas de apoio direto aos pescadores e às atividades piscatórias, procurando atender às carências do lugar, bem como dos seus frequentadores e de entidades como a CP (que carece de espaços como aqueles que foram desenvolvidos dentro da estrutura permeável acima referida).

Foi notória a intenção da CP de demolir os atuais espaços desenvolvidos para os pescadores, espaços este que, por se tratarem de *“edificado que demonstra pobreza e desigualdade (...) denigrem a imagem da cidade e da frente ribeirinha”* ⁽¹⁴⁷⁾, opiniões obviamente alheias às atuais vivências dos espaços. No entanto, e visto que os terrenos onde se desenvolvem estas apropriações ilegais são propriedade desta empresa, procurou-se desenvolver um projeto que atendesse às necessidades das três entidades envolvidas: a comunidade piscatória, a sociedade barreirense, e a CP.

Após conversa com a empresa, esta demonstrou propósito de desenvolver novas instalações de apoio à atividade desportiva, novos estabelecimentos que viessem complementar as já existentes na cidade.

(147) Entrevista a um elemento da CP.
Jan. 2018

Deste modo, desenvolveu-se um projeto capaz de atender às três entidades já referidas que estarão envolvidas (a comunidade piscatória, a sociedade barreirense, e a CP) a partir de um novo espaço capaz de unir as três patentes, de devolver esta zona à cidade com a permeabilidade das estruturas propostas, da reabilitação urbana da área, aliando ainda à proposta de acolhimento da comunidade piscatória que atualmente vive o espaço em novas cabanas, desenhadas à medida desta população.

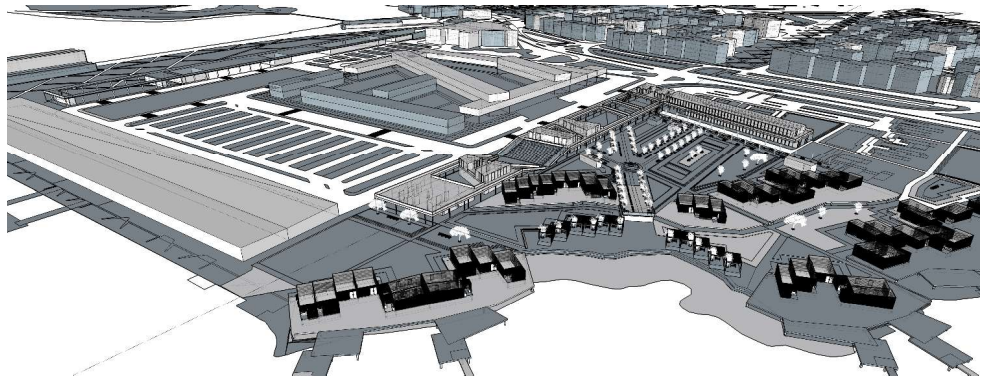


Fig. 118 - Axonometria esquemática da proposta urbana na área de intervenção

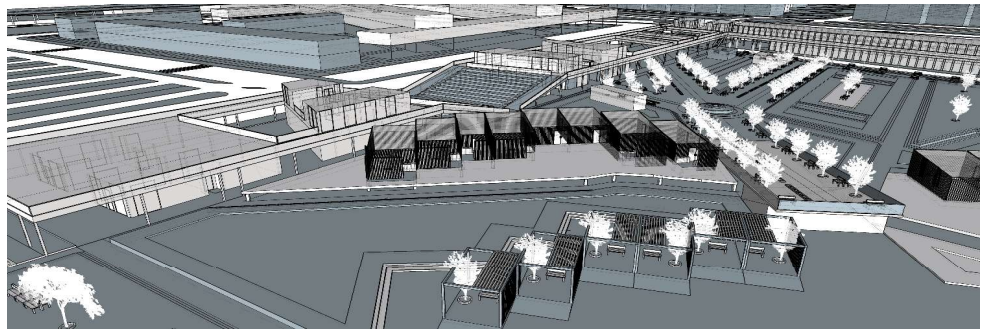


Fig. 119 - Axonometria esquemática da proposta arquitetónica I: plataforma permeável, passeio urbano, cabanas piscatórias

V.4.3 | PROGRAMA

O projeto possui um amplo programa, passando pelo espaço público exterior de passeio, a estrutura permeável polivalente, bem como as cabanas de apoio à atividade piscatória. Sendo que a proposta é capaz de conter em si temas como a cultura, o lazer, comércio, recreio, desporto, contemplação e admiração, e de apoio à atividade piscatória, permanência, convivência e convívio.

Após a proposta urbana de criar espaço habitacional no lugar do antigo estacionamento de apoio ao terminal fluvial, surge a criação de espaço público capaz de conectar a proposta para a zona piscatória com esta mesma urbanização. Deste modo, o espaço público exterior torna-se numa área polivalente, capaz de repartir e ao mesmo de unir e interligar as diferentes propostas de edificado. Aqui propõe-se caminhos e espaços de encontro, de estacionamento e passeio, de recreio e lazer, relvado e ciclovias, e associados às cabanas dos pescadores onde existem também pequenas hortas urbanas.

A plataforma permeável em “L” procura enquadrar-se na proposta urbana, sendo permeável e dando uma ligação direta entre as duas áreas (visto ao nível do observador e não apenas em planta), possui dois pisos (térreo e primeiro piso), onde a circulação entre os dois é feita a partir de rampas

No piso térreo existem cafés e esplanadas exteriores, enquanto espaço que possibilita a estadia e ao mesmo tempo a contemplação (esplanadas viradas para o rio), existe também um anfiteatro ao ar livre, destinado a eventos e conferências, um auditório que se serve de apoio com uma zona destinada às áreas técnicas. Existem espaços destinados ao recreio com uma área de jogos, ao ar livre, e ainda um pavilhão gimnodesportivo cerrado, um espaço coletivo reservado à prática desportiva como ginástica, yoga, máquinas de ginásio, de musculação, etc.

No primeiro piso, foi criada uma área destinada à contemplação, um miradouro do rio, sendo que se trata de um local estratégico para o fazer, procurou-se tirar partido da cota a que está este piso para o aproveitamento do sistema de vistas, não apenas para com a paisagem, mas torna-se relevante a relação entre os dois pisos.

Criaram-se espaços de comércio, capazes de promover o comércio local, bem como o chamado de “espaço memória” um espaço destinado ao público, que retrata a cidade e a comunidade, que contenha galeria de arte local, arquivo histórico, biblioteca e exposições temáticas da prática piscatória.

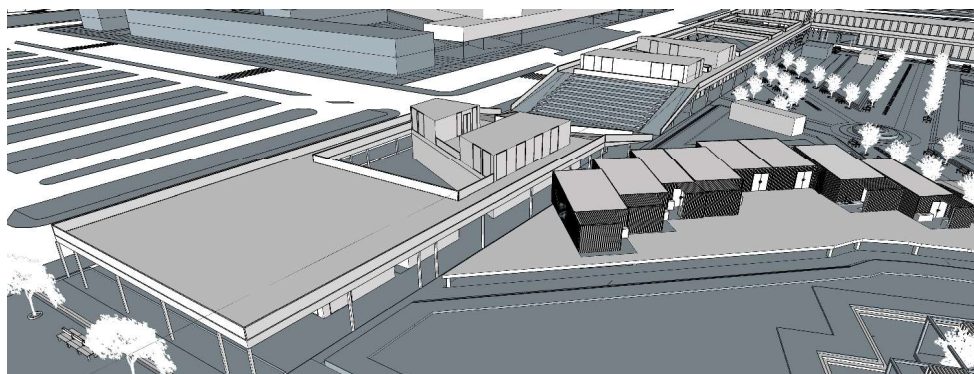


Fig. 120 - Axonometria esquemática da proposta arquitetónica I: plataforma permeável, passeio urbano, cabanas piscatórias

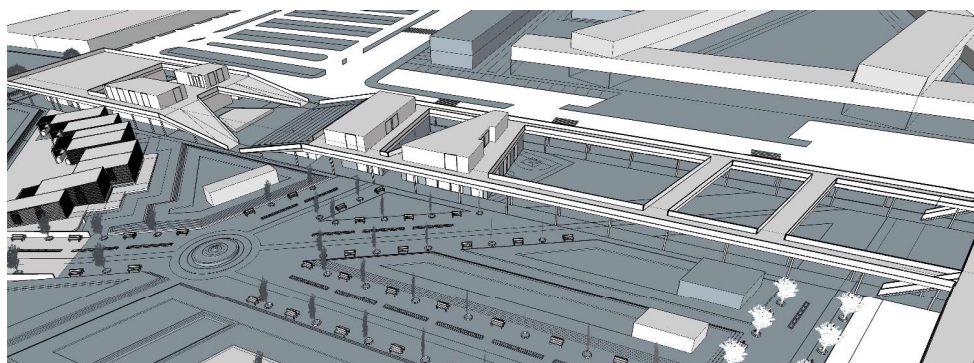


Fig. 121 - Axonometria esquemática da proposta arquitetónica III: plataforma permeável: área destinada a eventos ao ar livre, relações entre os dois pisos e com a zona permeável de passagem e destinada ao recreio (desporto), passeio urbano, cabanas piscatórias

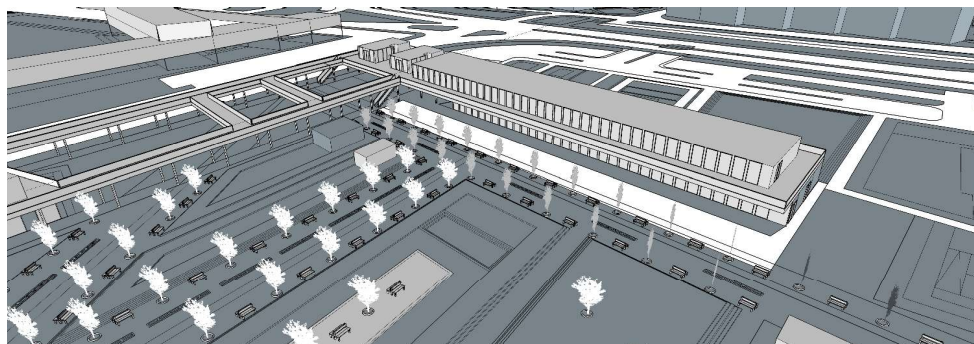


Fig. 122 - Axonometria esquemática da proposta arquitetónica IV: plataforma permeável - relações entre os dois pisos e com a zona permeável de passagem e destinada ao recreio (desporto), núcleo polidesportivo (piso térreo) e o “espaço memória” (primeiro piso) e passeio urbano

Partindo do princípio que se trata de um espaço que, do ponto de vista físico, se encontra bastante deteriorado, e que a este não corresponde um espaço socialmente degradado, mas sim muito rico do ponto de vista social, a estratégia projetual procura ser a mais adequada, e para tal, torna-se essencial o estudo feito dentro do contexto: dos modos de vida, das atividades (nomeadamente as relacionadas com a pesca) e das necessidades dos que atualmente utilizam a área.

Propõe-se a criação de novos espaços, destinados aos atuais frequentadores do espaço, e como tal, desenvolveu-se a proposta de três tipos diferentes de módulos:

- Módulo I: “cabana do pescador” – o primeiro, e mais importante módulo um ponto de encontro e de convívio, de apoio ao dia-a-dia, capaz de promover as vivências existentes do lugar, as relações sociais, não descorando da questão da memória para a sua conceção;
- Módulo II: arrumo do material – o segundo módulo destina-se ao apoio à atividade piscatória, enquanto dimensão lúdica da atividade (redes de proximidade, etc);
- Módulo III: descanso – o terceiro e último módulo, que existe com menor frequência na proposta, será mais privado e individualista, onde se torna possível descansar “depois de um dia de trabalho”.

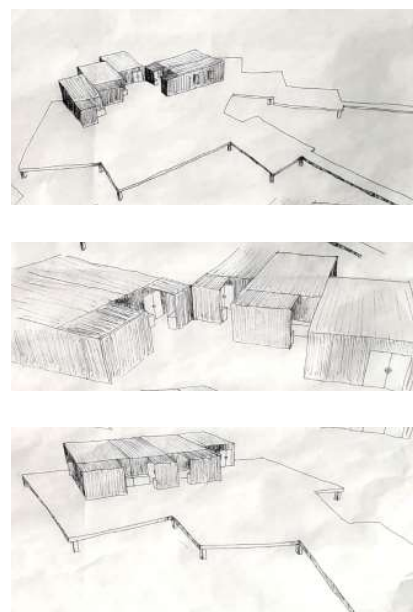


Fig. 124, 125 e 126 - Proposta arquitetónica: Módulos destinados às cabanas piscatórias



Fig. 123 - Proposta arquitetónica: Planta dos módulos destinados às cabanas piscatórias

Módulos estes inseridos numa estrutura palafítica elevada por estacas de madeira, um plano que une grupos de módulos, um pavimento elevado, que cria um espaço comum exterior partilhado, e que conduz aos braços que se estendem para o rio e que servem de atracadores.

Assim, é possível verificar a aplicação dos conceitos explicados, bem como do programa referido nas seguintes imagens, onde se confirma, em primeiro lugar, o englobar da totalidade da proposta e a sua implantação no terreno e atual área de intervenção (à esquerda a marina histórica e a zona habitacional proposta apoiada por espaço de estacionamento de viaturas, e à direita a plataforma permeável inserida no contexto da área piscatória, bem como os módulos inseridos em estruturas palafíticas elevadas).

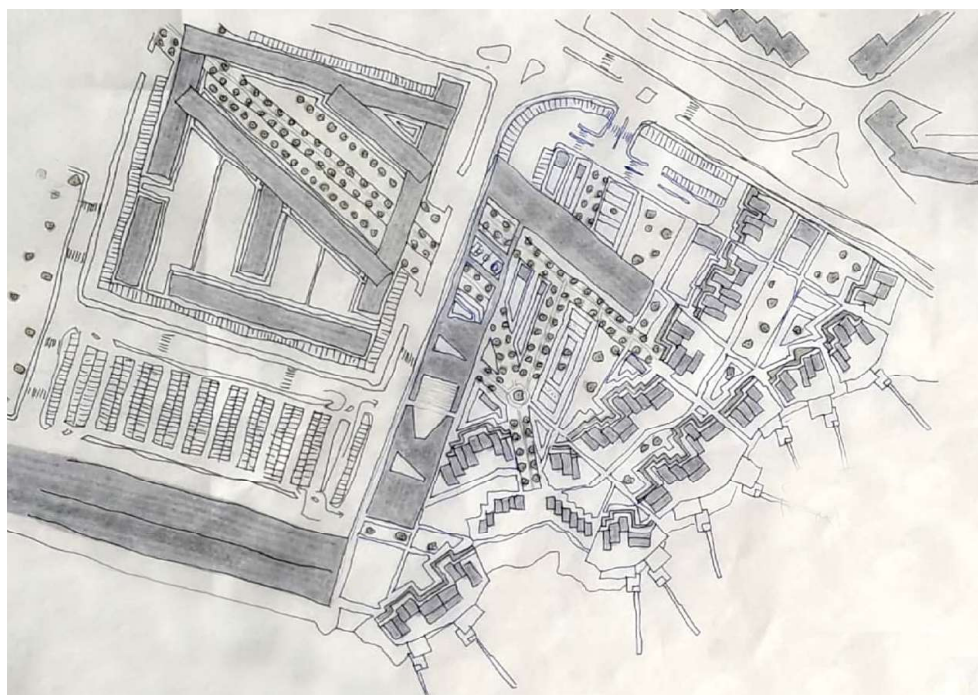


Fig. 127 - Proposta de intervenção: planta de cobertura (proposta de área habitacional a poente com conexão e desenho de passeio urbano com a plataforma permeável proposta e consequente ligação com as cabanas destinadas à atividade piscatória)

De seguida explicita-se a planta de implantação e o primeiro piso dos módulos destinados ao apoio à atividade piscatória, onde se pode verificar a aplicação dos três módulos referidos em distintas plataformas palafíticas distribuídas pelo terreno ao longo da linha costeira. É ainda possível verificar a criação de distintas plataformas, com o intuito de criar uma certa organização e distribuição de diferentes pequenos grupos dentro desta comunidade piscatória, como que sub-comunidades dentro de uma maior.

Os módulos são distribuídos em grupos sobre a estrutura palafítica, e para além dos espaços interiores e exteriores referidos anteriormente, possuem um espaço exterior destinado à confeção, com grelhadores, bancadas de apoio, etc. Demonstra-se também a criação de hortas anexas a cada uma destas plataformas ao longo da rampa de acesso à cota da palafita.



Fig. 128 - Proposta de intervenção: planta de implantação e piso térreo das cabanas piscatórias (a cabana do pescador, ponto de encontro e de convívio, de apoio ao dia-a-dia, o módulo destinado ao apoio da atividade piscatória e ao arrumo do material, e o último destinado ao descanso)



Fig. 129 - Proposta de intervenção: planta de cada módulo das cabanas piscatórias (a cabana do pescador, de apoio à atividade, e de repouso)

Fig. 132 e 133 - Proposta de intervenção: aspeto geral de implantação na área de intervenção (as palafitas elevadas, a plataforma permeável e o aspeto urbano da proposta)

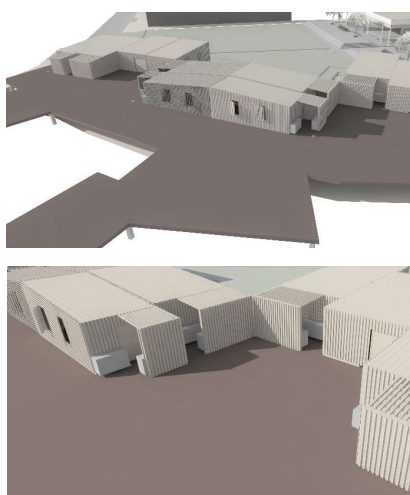


Fig. 130 e 131 - Cabanas piscatórias (três tipos de módulos propostos, inseridos numa estrutura palafítica, acompanhada por uma rampa de acesso e uma horta que seguirá o caminho desta mesma rampa e de um atracadouro já dentro do rio



Por fim, demonstram-se o piso térreo e o primeiro piso da plataforma permeável, bem como o desenho dos acessos pedonais e automóveis com a criação de um espaço destinado ao estacionamento de viaturas (a norte), e do desenho urbano de passeio entre toda a área proposta.

No piso térreo (à esquerda) desenvolvem-se atividades como a restauração, o comércio, os eventos e o desporto num núcleo polidesportivo (a norte), por outro lado, no primeiro piso (à direita), é de realçar as relações existentes para com o piso térreo, e onde existe um miradouro de contemplação (relação cidade-rio), atividades também de restauração e comércio, e ainda o chamado de “espaço memória”, onde se retrata a cidade e a comunidade presente, local que contenha uma galeria de arte local, arquivo histórico, biblioteca e exposições temáticas da prática piscatória.



Fig. 134 - Proposta de intervenção: plataforma permeável e de conexão urbana no desenho proposto (piso térreo à esquerda, primeiro piso, à direita)

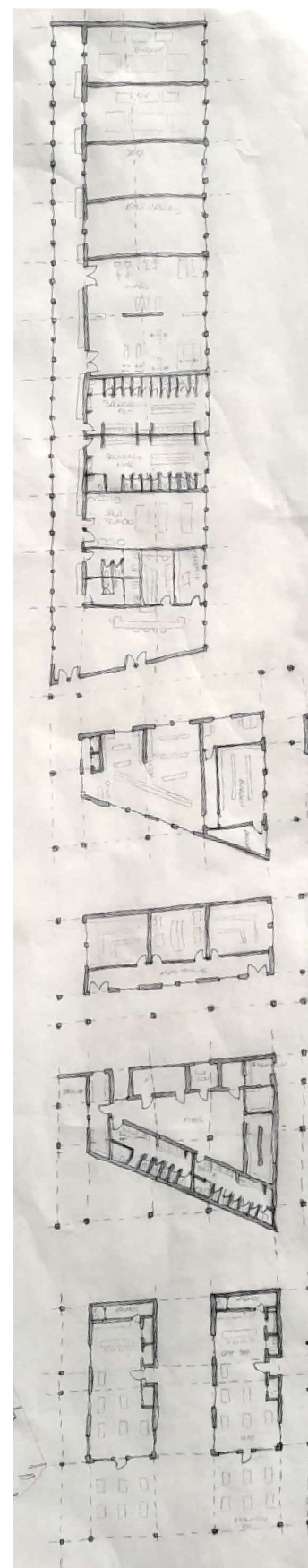


Fig. 135 - Plataforma permeável (no piso térreo)

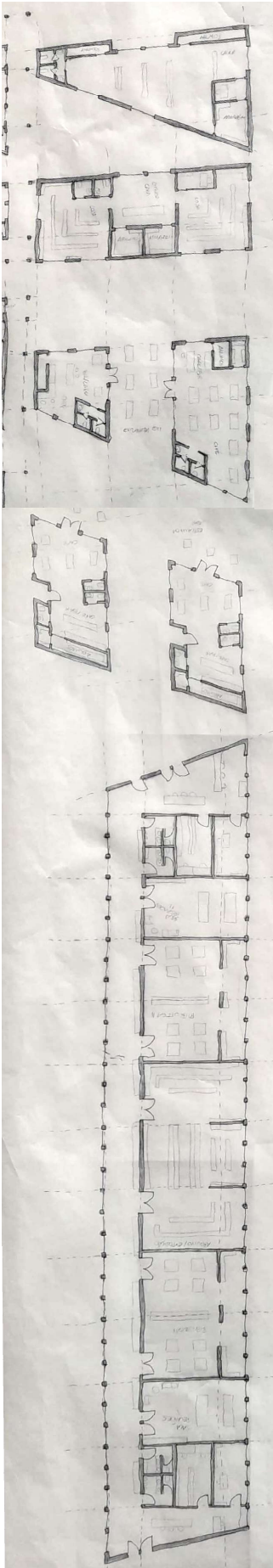


Fig. 136 - (à esquerda) Plataforma permeável (no primeiro piso)

Fig. 137, 138 e 139 - Proposta de intervenção: plataforma permeável e de conexão urbana



CAPÍTULO VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

VI | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo a água um dos fatores essenciais e imprescindíveis à vida e existência humana, uma fonte de sustento, meio de comunicação, acessibilidade e correspondência de produtos, a sua proximidade às cidades torna-se num fator indispensável à subsistência do Homem. No século XIX, com a revolução industrial, os rios tornam-se num meio de conexão entre povos e territórios, levando a um aumento de apropriação dos cais e das frentes ribeirinhas.

Com a construção de portos nas cidades, a outrora forte relação entre o Homem e os rios foi-se deteriorando. Com o afastamento das cidades construídas para com as águas, criando-se assim uma certa barreira entre os dois.

Nos dias de hoje, os rios tornam-se num dos principais elementos identificativos de uma cidade, parte constituinte da sua paisagem natural, capazes de definir características, identidade e história da mesma. São elementos indispensáveis à qualidade de vida dos seus habitantes, e assumem-se constituintes do património cultural e ecológico, tal como um testemunho histórico, um símbolo espacial, estético e biofísico.

Foi então com o despoletar da revolução industrial que se foi observando uma gradual segregação urbana entre áreas fluviais e a restante cidade, que ainda se reflete nos dias de hoje. Depois do período industrial, muitas áreas resultaram em vazios industriais e consequentemente, vazios urbanos, também denominados de áreas expectantes.

No entanto, e apesar de se tratarem de terrenos urbanisticamente vagos, muitas vezes possuem funções sociais definidas, espaços que, devidamente pensados, poderão ser futuramente reorganizados e reabilitados, procurando dignificá-los. Sendo que este tipo de reabilitação não se deve abster da memória e imagem do lugar, característica do ser humano que permite a permanência num lugar, que compreende as pessoas, os seus costumes e as suas vivências.

A imagem da cidade, a nível urbano, pode ser vista como um conjunto de cheios e vazios, e é a partir destas formas, que se caracteriza uma imagem urbana, sendo que é a relação entre estas, a sua conjugação, a sua interdependência capaz de desenvolver o reconhecimento das formas da cidade.

Deste modo, o espaço público, representa o método como a cultura se adapta ao ambiente, os vazios aos cheios, e vice-versa, tal como qualquer outro

fator cultural. Sendo ainda que qualquer proposta que vise a sua reabilitação deve autenticar antes de mais um espaço proporcionador de mobilidade, o que intensifica a imposição de uma correta malha urbana que equilibre a circulação pedonal. Torna-se de grande importância a identidade do lugar e a sua relação com a memória e a história, onde esta ligação é capaz de desencadear uma série de situações e acontecimentos, ações, atitudes e práticas que correlacionam cada um ao grupo social em que se inserem.

A intervenção urbana proposta, visa a atuação em áreas consolidadas da cidade, devolvendo a estas mesmas zonas expectantes o sentimento de pertença à cidade em que se inserem, procurando enquadrar-se na mesma do ponto de vista social, económico e cultural. Assume-se assim que a relação com a nova proposta para este lugar seja a redescoberta desta relação única de ligação entre a cidade e o lugar, entre o lugar e os seus visitantes, e principalmente, entre o lugar e os seus habituais frequentadores.

Após a análise do local, entendeu-se que o desenvolvimento de um equipamento multifuncional, aliado à reabilitação do grande território dos pescadores e intervenção urbana aliadas ao desenvolvimento de um parque urbano, se tratariam de uma correta solução. Deste modo, neste trabalho investigou-se acerca das problemáticas existentes na cidade do Barreiro, desenvolvendo-se um proposta de intervenção no território.

Aliado à requalificação da área ribeirinha, foram inseridos inúmeros espaços de passeio, estadia, comércio, restauração e desporto, com a requalificação de edifícios históricos e do passeio ribeirinho. Procedeu-se ao desenvolvimento de um espaço público de conexão urbana, de percurso quase indispensável, assente na criação de vários trajetos pedonais entre os diferentes espaços construídos.

Inserida no desenho urbano da cidade, a proposta privilegia os percursos pedonais e de veículos de mobilidade ligeira. Criam-se espaços de lazer, de permanência, outros associados ao comércio de produtos locais, de desporto, outros dedicados à contemplação, eventos, espetáculos, lojas, desporto e ainda um espaço dedicado ao arquivo e exposição, o chamado espaço memória.

Por fim procedeu-se à referida reabilitação das antigas cabanas dos pescadores, com a criação de diversos núcleos assentes numa plataforma de estrutura palafítica, onde assentam diferentes módulos destinados à comunidade piscatória que habitualmente frequenta o lugar, sendo o acesso a cada um destes núcleos feito a partir de uma rampa, acompanhada de um espaço dedicado à agricultura.

Para cada núcleo foram desenvolvidos três tipos diferentes de módulos, sendo que o primeiro se destina ao armazenamento do material associado à atividade piscatória, o segundo ao qual se deu o nome de cabana do pescador, com espaços de estar e de convívio, e por fim um outro destinado ao descanso e repouso, com uma pequena área de estar.

Na presente proposta possibilita-se uma certa continuidade na regeneração do tecido urbano presente, enriquecendo a qualidade de vida daqueles que usam o espaço.

Baseado nas intenções definidas, em *Regenerar o espaço vivenciado. Integração de equipamentos públicos e reabilitação da zona piscatória do Barreiro*, desenvolveu-se uma resposta projetual na área da cidade do Barreiro, segundo um conjunto de conceitos considerados substanciais para o futuro desenvolvimento do local.

CAPÍTULO VII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

VII | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AA.VV.

As Idades da Construção: Técnicas e saberes da construção tradicional e sua aplicação à arquitectura contemporânea.

Instituto do Emprego e Formação Profissional. Catálogos FIA. Lisboa. 2010

AFONSO, Ana Paula.

Comunidades de aprendizagem. Um modelo para a gestão da aprendizagem.

Actas da II Conferência Internacional de Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação: Challenges 2001. Braga: Centro de Competências Nónio. 2001.

AGIER, Michel.

Antropologia da cidade – lugares situações movimentos.

São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2011.

AJ Buildings Library.

Shoeburyness Beach Huts.

EMAP Publishing Limited, Company number 7880758 (England & Wales),

Registered address: C/O Top Right Group, The Prow, Wilder Walk, London, 2013.

ALEXANDER, Christopher.

Re-integrating Theory and Design in Architectural Education. Proceedings.

European Association for Architectural Education, Les Cahiers de l'Enseignement de l'Architecture. Ankara: Gazi University. 2001.

ALEXANDER, Christopher.

The timeles way of building.

Oxford University. Press Oxford. EUA, Nova Iorque. 1979.

ALMADA, CÂMARA MUNICIPAL QUATERNAIRE, PORTUGAL.

Plano de pormenor da fonte da telha – Caracterização e Diagnóstico da Área de Intervenção.

Março 2011.

AM Santos, Emanuel.

Barreiro. My place in the XXI.

Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro. Ano desconhecido.

APAP.

Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas. *Paisagem e Lei*. Landscape and Law. Arquitetura paisagista / 09. Lisboa. Outubro 2012.

ASCHER, François.

Os Novos Princípios do Urbanismo. Novos Compromissos urbanos: um léxico. Lisboa: Livros Horizonte. Lisboa. 2010.

BAHAMÓN, Alejandro. ÁLVAREZ, Ana Maria.

Palafita: da Arquitectura Vernácula à Contemporânea. Argumentum, Lisboa, 2009.

BARREIRO, Câmara Municipal.

Comissão Intermunicipal de Defesa da Floresta Barreiro e Moita (responsabilidade de elaboração).

Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Barreiro.

Fundo Florestal Permanente (financiamento).

Caderno I – Diagnóstico. Março, 2014.

BARREIRO, Câmara Municipal. LOPO, Rui (Proponente, Vereador).

Proposta de estratégia de reabilitação urbana para o Barreiro e delimitação da área de reabilitação urbana do concelho do Barreiro.

Nº23/2014/RL. 1.4.1. Espaço Público. 2014.

BARREIRO, Câmara Municipal.

Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Barreiro Antigo.

DPGU. PMRAU. Barreiro, 2008.

BELO, R.

Trienal De Arquitectura de Lisboa, Vazios Urbanos / Urban Voids.

Lisboa. Caleidoscópio. 2009.

BELTRAME, Gabriela.

Vazios urbanos: notas sobre a escassez social do imóvel urbano: Interseções.

V. 15 n.1. Rio de Janeiro. 2013

BORJA, Jordi. MUXI, Zaida.

El espacio público, ciudad y ciudadanía.

Electa. Barcelona. 2000

BRANDÃO, Pedro.

A identidade dos lugares e a sua representação colectiva – bases de orientação para a concepção, qualificação e gestão do espaço público.

Lisboa. 2008.

BRANDÃO, Pedro.

Espaço Público e Interdisciplinaridade.

Lisboa: Centro Português de Design, 2000.

BRANDÃO, Raul.

Os Pescadores.

Lisboa: Bertrand Edições, 1924.

BRUFFEE, Kenneth.

Collaborative learning: Higher education, interdependence, and the authority of knowledge.

Md.: Johns Hopkins University Press. Baltimore, Maryland. 1995.

BROCH, Hermann.

Os Sonâmbulos [1928-1931] – Espaço, Tempo e Arquitectura Moderna.

Lisboa: Arcádia. 1965.

CALOR, Inês Alhandra.

Técnicas Construtivas Avieiras. Tradição e inovação no sistema palafítico.

Arquitectos sem Fronteiras Portugal. 2011.

Disponível HTTP: <<http://revistas.ulusofona.pt/>> [consultado em 01/06/2018].

CARDOSO, Florindo.

Entrevista com Carlos Humberto, presidente da Câmara Municipal do Barreiro.

Setúbal Mais, 2017.

CARMONA, Matthew. HEATH, Tim OC, Turner TIESDEL, Steve.

Public Spaces Urban spaces – The Dimension of Urban Design.

Elsevier Science & Technology. 2003.

CARTA DE LISBOA SOBRE A REABILITAÇÃO URBANA INTEGRADA.

Realizada no 1º encontro LusoBrasileiro de Reabilitação Urbana. IGESPAR.

Lisboa. 1995.

CAVACO, Cristina.

Os Espaçamentos Ilegítimos. A Condição Suburbana do Vazio' in Vazios Úteis.
Actas do Seminário de Estudos Urbanos. ISCTE-IUL. Lisboa, 2007.

CCDR LVT.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.
Barreiro. Câmara Municipal. *Conhecer. Caracterização do concelho.* 2015.
Disponível HTTP: <<https://www.cm-barreiro.pt/pages/611>> [consultado em 20/09/2018].

CORREIA, Catarina.

Construir no construído. Habitação flexível em bairros municipais. Projecto para o Bairro Padre Cruz.
Lisboa: FA. Tese de mestrado. 2011.

COY, Martin.

A interação rio-cidade e a revitalização urbana: experiências europeias e perspectivas para a América Latina.
Confinos – Revista Franco-Brasileira de Geografia, n. 18, Innsbruck (Áustria). 2013.

CML, Câmara Municipal de Lisboa.

Corredores verdes.
Acerca do PDM. Lisboa, 2018.
Disponível..HTTP: < <http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredores-verdes>> [consultado em 20/09/2018].

CML, Câmara Municipal de Lisboa.

Pelouros de Urbanismo, Políticas de Solo e Espaço Público: Uma Praça em cada Bairro.
Direção Municipal de Planeamento, Reabilitação e Gestão Urbanística - Departamento de Planeamento e Reabilitação Urbana - Divisão de Projetos e Estudos Urbanos. Lisboa. 2015.
Disponível..HTTP: <www.cmlisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/praca/10_Abril2015_CADERNO-PRACAS.pdf> [consultado em 20/09/2018].

CULLEN, Gordon.

Paisagem Urbana.
Lisboa: edições 70, 1983.

D.D. & CMB, Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis.

C.M. Plano Municipal de ambiente do Barreiro: programa de ação – Corredores Verdes e Estrutura Ecológica: Bases Territoriais para um Futuro Sustentável.
Câmara Municipal do Barreiro. 2005.

DEZEEN, Magazine. BRAKE, Alan G.

Trio of wooden cabins forms Little House on the Ferry in rural Maine.
DISQUS, Inc. London. Jan, 2016.

DGOTDU.

Portal Do Ordenamento do Território e do Urbanismo. 1998.

DGOTDU.

Vocabulário de termos e conceitos do ordenamento do território.
Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2005.

DGT. Direção Geral do Território.

Convenção Europeia da Paisagem. O conceito.
Al.1. Artigo 1. Loures. 2013.

DOMINGUES, Álvaro.

Cidade e Democracia – 30 anos de transformação urbana em Portugal.
Edição Bilingue Português / Espanhol). Argumentum. Lisboa, Julho de 2006.

FARR, Douglas.

Urbanismo sustentável, desenho urbano com a natureza.
Rio de Janeiro. 2013.

FERREIRA, Maria Júlia.

O Bairro Social - uma aldeia dentro da cidade.
Análise Social vol. XXIX. Lisboa. 1994.

FREIGTAG, Michael.

Arquitectura e Sociedade.
Publicações Dom Quixote. Lisboa, 2004 (1ª ed. 1992).

GALBINSKI, José.

Estudos iniciais em projetos de arquitetura.
Cornell University. Arquitetura e Urbanismo – UniCEUB. Brasília. 2009.

GEHL, Jan. GEMZOE, Lars.

Nuevos espacios urbanos.

Tradução de Carla Zollinger. Editorial Gustavo Gili, SA. Barcelona, Espanha. 2000.
(2ª Edição 2002).

GEHL, Jan.

La Humanización del Espacio Urbano; la vida social entre los edificios.

Barcelona: Ed. Reverte, 2009.

GENEALL.

Portugal, Lisboa e Estremadura, Setúbal, Barreiro (Concelho de).

Lisboa, 2000.

GOODCHILD, Peter.

Paisagem e património.

Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas. Paisagem e Lei - Landscape and Law. Arquitetura paisagista / 09. Lisboa. Outubro 2012.

GOMES, Soeiro Pereira.

Esteiros.

Edições Avante. Lisboa. 1979.

GONÇALVES, Jorge M.

Os Espaços Públicos na Reconfiguração Física e Social da Cidade.

Universidade Lusíada Editora. Lisboa. 2006.

GUERRA, Isabel.

As Pessoas não são coisas que se ponham nas gavetas.

Revista sociedade e Território, nº 20. Coordenação de António Fonseca Ferreira, Isabel Guerra, Maria João Freitas. Abril, 1994

GUIMARÃES. F. João.

Cidade portuária, o porto e as suas constantes mutações no contexto europeu e norte-americano.

Lisboa : Parque Expo'98, D.L. 2006.

HEJDUK, John.

Essay: Architecture and the Pathognomonic.

A+U 2009:12, Ja+U. Japão, 2009.

HOULLEBECQ, Michael.

La carte et le territoire: l'architecte.

Tradução de BAGORRO, Miguel. 1ª ed. 2010. Paris: J'ai lu, 2012.

HOWARTH, Caroline.

Towards a Social Psychology of Community: A Social Representations Perspective.

J. Theory Soc. Behav. 31. ISSN 0021-8308, 1468-5914. EUA. 2001

Disponível HTTP: <<https://doi.org/10.1111/1468-5914.00155>> [consultado em 22/09/2018].

INDOVINA, Francesco.

O Espaço Público: Tópicos sobre a sua mudança. Cidades, Comunidades e Territórios.

Nº5. Itália. 2002.

KOOLHAAS, Rem.

El Espacio Basura de la Modernizacion y sus Secuelas.

Arquitectura Viva. Madrid. 2001.

KRIER, Léon.

Fourth lesson. Analysis and project for traditional urban block. Architectural Design.

V. 30. Reino Unido, Londres. 1984.

KRIER, Rob.

Urban Space.

Foreword by Colin Rowe. Academy Editions. Great Britain. 1979.

LABASSE, Jean.

L'organization de l'espace, éléments de Géographie Volontaire.

Hermann. Paris. 1971.

LE CORBUSIER.

A Carta de Atenas.

HUCITEC, Editora da Universidade de São Paulo: USP. São Paulo, Brasil. 1933.

LEFEBRE, Henri.

Le Droit à la Ville.

Tradução Rui Lobo, O Direito À Cidade : Lisboa, 2000.

LILLEBYE, Einar.

The architectural significance of street as a functional and social arena.

Edição Colin Jeffrerson, Janet Rowe e Carlos Brebbia, Sustainable Street.

The Environmental, Human and Economic Aspects of Street Design and Management. Advances in Architecture Series. WIT Press. Southampton. 2001.

LYNCH, Kevin.

A boa forma da cidade.

Edições 70. Lisboa. 2007.

LYNCH, Kevin.

A Imagem da cidade.

Edições 70. Lisboa. 2011.

MANTA PEREIRA, Paulo.

Raul Lino – Arquitetura e paisagem (1900-1948).

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Arquitetura e Urbanismo, Especialidade de Arquitetura. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. ISCTE – IUL. Lisboa, 2012.

MBAC, Atelier. The Marc Boutin Architectural Collaborative.

Public Realm – C-Square.

Portfolio do atelier. Calgary, Canadá. 2014.

Disponível HTTP: <www.the-mbac.ca> [consultado em 30/05/2018]

MENEZES, Marluci.

Espaço público urbano e práticas socioculturais de uso, sua apropriação e representação.

Cadernos Edifícios, nº 4, revista Humanização e Vitalização do Espaço Público, Lab. Nacional de Engenharia Civil, coord. António Baptista Coelho, Out. 2005.

MEROLA, Victoria.

Reconversão e musealização de espaços industriais.

Porto: AMCI (Associação para o Museu da Ciência e da Indústria). 2013.

MESQUITA, D.

Comunidades on-line e prática pedagógica dos educadores de infância. Um estudo em torno da educação ambiental.

Dissertação de mestrado. Departamento de Educação. FCUL. Lisboa, 2004.

MOORE, Charles.

Water and Architecture.

London: Thames and Hudson. 1997.

MOREIRA, G.

Requalificação Urbana: alguns conceitos básicos.

Vitruvius, Arquitectos. Nº5. 2007.

MOUTINHO, Mário.

A Arquitectura Popular Portuguesa.

Editorial Estampa, Lisboa, 1979.

NEGREIROS, Almada.

A cegueira de Homero.

Lisboa: Arcádia, 1982.

NORA, Pierre.

Les Lieux de Mémoire.

França. 1984.

PAIS, Armando.

O Barreiro contemporâneo: a grande e progressiva vila industrial.

Câmara municipal do Barreiro. Volume III. 1971.

PAREYSON, Luigi.

Os problemas da estética – Poética, Crítica e Teoria.

1ª edição 1966. São Paulo: Martins Fontes. 1997.

PARREIRINHA, Daniela Santos.

Rio, memória, cidade: tradição e modernidade na revitalização da frente ribeirinha do Barreiro.

Dissertação de Mestrado. Lisboa: FA, 2017.

PCP. Partido Comunista Português.

Criação da Freguesia do Barreiro, no Concelho do Barreiro, Distrito de Setúbal.

Projecto de Lei n.º 947/XII/4.ª. Maio, 2015.

PEDRASSA Neto, VICTORIANO, Villac, MARIA Isabel.

Habituação de Interesse Social (HIS) como instrumento de construção da cidade e inclusão social.

Vitruvius, Arquitectos. Nov 2013.

PEIXOTO, Rocha.

Palheiros do Litoral

Portugal de Perto, Etnografia Portuguesa, Obra Etnográfica Completa.

Lisboa: Publicações Dom Quixote. Lisboa. 1990.

PEREIRA VALEGAS, Augusto.

Um olhar sobre o Barreiro.

Revista não periódica Câmara Municipal do Barreiro. 1983.

PESSOA. Fernando (Álvaro de Campos).

Poesias de Álvaro de Campos.

Lisboa: Editorial Comunicação. 1986.

PENA, Rodolfo F. Alves.

Conceito de Paisagem

Mundo Educação, Geografia Geral, 2017

Disponível HTTP: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/conceito-paisagem.htm>> [consultado em 22/09/2018].

POLLAK, Michael.

Memória e identidade social.

Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.10. 1992.

PORTAS, Nuno.

Os tempos das formas

V.I. I: a cidade feita e refeita, Guimarães: DAAUM

Departamento Autónomo de Arquitetura da Universidade do Minho. 2005.

RASMUSSEN, Steen Eiler.

Arquitectura Vivenciada.

Martins Fontes. São Paulo. 1986.

RIBEIRO, Vanessa Marques.

Construções sobre Palafitas: do Inquérito à Arquitectura Regional à Contemporaneidade.

Laboratório de Cultura Arquitectónica Contemporânea. Lisboa: FA, 2011.

RODRIGUES, Giseli Giovanella. MACHADO, Neli Teresinha Galarce.

A importância da memória para uma cidade.

Revista Destaques Académicos, ano 2, nº 2 - Cchj/UNIVATES. Lajeado, Brasil, 2010.

ROLNIK, Raquel.

O lazer humaniza o espaço urbano. Lazer numa sociedade organizada.

São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure. São Paulo, Brasil. 2000.

ROMÃO, Valério.

Fechem tudo, caramba.

Revista online “*Hoje Macau*”, acerca do encerramento do parque Adamastor em Lisboa. Lisboa. Ago. 2018.

Disponível HTTP: <<https://hojemacau.com.mo/2018/08/21/fechem-tudo-caramba/>> [consultado em 10/09/2018].

ROSSI, Aldo.

Autobiographie Scientifique.

Trad. de l'italien par Catherine Peyre. Paris: Parenthèses. 1988.

ROSSI, Aldo.

A arquitectura da cidade.

Trad. livre de The architecture of the city: opposition books.

Cambridge: The MIT Press. Chapter 3. 1984.

SAMPAIO, Cátia Nunes.

Revitalizar a frente-mar – restituir o apreço pela baía de Sines.

Dissertação de Mestrado. FA. Lisboa. Dezembro, 2017.

SARAIVA, Maria da Graça.

O Rio como Paisagem.

Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

SERDORA, Francisco.

As dimensões do espaço urbano público.

Artitextos05. FA Lisboa. 2007.

SERDOURA, Francisco.

Espaço Público, Vida Pública – o caso do Parque das Nações.

Dissertação de Doutoramento. Instituto Superior Técnico – Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa. 2006.

SETÚBAL, Câmara Municipal. Quatenaire, Portugal.

Plano Director Municipal de Setúbal. 2006.

SHARED SPACE INSTITUTE.

Shared Space: Room for everyone: A new vision for public spaces.

Livretos publicados pela parceria entre a UE. 2005.

SOARES, Luís Bruno.

Polis – oportunidade de requalificação da cidade turística.

Sociedade e Território, 36. Algarve, Portugal. 2003

SOUSA, Marcos Timóteo. BRAGA, Roberto.

As influências do efeito de barreira na dinâmica das cidades: o caso da cidade de Rio Claro.

SP. Geografia Ensino & Pesquisa. Geografia IGCE/UNESP. Rio Claro. Planejamento Urbano IGCE/UNESP - Rio Claro. v. 15, n.1. Jan./Abr. Brasil. 2011.

SOUTO, Henrique.

A decadência da pesca nos estuários portugueses: o estuário do Tejo.

Moita: comunicação apresentada no “Encontro de Cultura Ribeirinha”. 2001.

SPARK, Weather .

Condições meteorológicas médias no Barreiro, Portugal, 2018.

Disponível HTTP: <<https://pt.weatherspark.com/y/32042/Clima-caracter%C3%ADstico-em-Barreiro-Portugal-durante-o-ano>>

[consultado em 22/09/2018].

SWISSINFO.

Especiais- Património da Unesco na Suíça.

Atualidade. Povoações lacustres, candidatas à chancela da UNESCO. Maio, 2010.

Disponível HTTP: <http://www.swissinfo.ch/por/Especiais/Patrimonio_da_Unesco_na_Suica/Atualidade/Povoacoes_lacustres> [consultado em 22/09/2018].

TÁVORA, Fernando.

Da organização do espaço.

Porto: FAUP Publicações, 8ª edição. Porto. 2008

TELLES, Gonçalo Ribeiro.

Sobre paisagem.

Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas. Paisagem e Lei - Landscape and Law. Arquitetura paisagista / 09. Lisboa. Outubro 2012.

TROIA PORTUGAL.

Porto Palafítico Da Carrasqueira.

Turismo de Portugal. 2018.

VICCA VERDE, Arquitectura & Diseño.

Concursos – Playa de los Pescadores.

Portfolio do atelier. Lima, Peru. 2015.

VILA FRANCA DE XIRA, Município.

Frente Ribeirinha.

Gestão e Edição de Conteúdos, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. 2015.

VICENTE, Gil.

Auto da Barca do Inferno – Mentira do onzeneiro.

Edição Porto Editora. 1531.

VIEIRA DE FARIA, Carlos.

Industrialização e Urbanização em Portugal: que relações? O caso do Antepiano de Urbanização da Vila do Barreiro de 1957.

Malha Urbana. Nº.9. 2010.

WENGER, Etienne.

Communities of practice: Learning, Meaning, and Identity.

Cambridge: Cambridge University Press. 1998.

ZUMTHOR, Peter.

Pensar a Arquitectura.

Barcelona: Gustavo Gili, 2009.

ANEXOS

PARTE I | INVESTIGAÇÃO TEÓRIA COMPLEMENTAR

Plantas e mapas da cidade
Fotografias de arquivo da realidade social
Barreiro INE - informação acerca do município (2017)
Barreiro – carta hidrográfica (Maio, 2000)

PARTE II | INVESTIGAÇÃO PROJETUAL COMPLEMENTAR

Ortofotomapas e vista aérea do território
Levantamento fotográfica do autor (2017)
Casos de referência complementares

PARTE III | PROCESSO DE TRABALHO

Painéis de estudo
Esquissos – processo desenhado
Maquetes e modelos tridimensionais digitais

PARTE IV | PAINÉIS SÍNTESE

- 01 | Proposta urbana para a cidade do Barreiro
- 02 | Quatro principais áreas de intervenção urbana
- 03 | Proposta urbana para a zona piscatória
 - 04 | Planta de implantação
 - 05 | Planta de cobertura
 - 06 | Planta do piso térreo
 - 07 | Planta do primeiro piso
- 08 | Alçados I, II e III e cortes I, II e III
- 09 | Detalhes construtivos - *cabana do pescador*
- 10 | Detalhes construtivos - *plataforma permeável*
- 11 | Axonometria - relação do projeto com o desenho urbano, esquemas projetuais
- 12 | Perspetivas interiores e exteriores

ANEXOS

PARTE I | INVESTIGAÇÃO TEÓRIA COMPLEMENTAR

Plantas da cidade

Fotografias de arquivo da realidade social e principais atividades

Barreiro INE - informação acerca do município (2017)

Barreiro – carta hidrográfica (Maio, 2000)

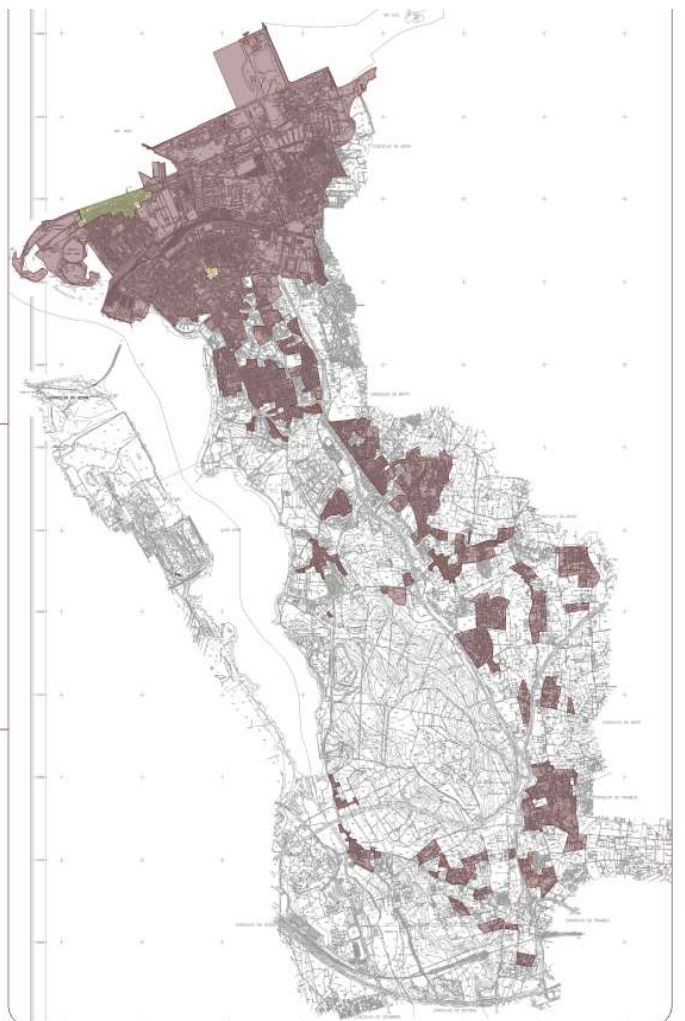
Plantas da cidade

Limites atuais da cidade do Barreiro e Barreiro antigo

Mapa atual do concelho do Barreiro



Limites da cidade do Barreiro
Limites do Barreiro antigo



Fotografias de arquivo da realidade social e principais atividades

PRAIA DO BARREIRO – 1905

Século XX, Barreiro

Principais atividades económicas
(indústria, agricultura, pesca e construção)



Fotografias de Barcia

Revista UM OLHAR SOBRE O BARREIRO N°3, edição Dez de 1985)



**AO ENCONTRO
DO
FUTURO**

Na vida económica portuguesa, sempre presente
a Caixa Geral de Depósitos.
Uma instituição com objectivos definidos.
Para desenvolver a indústria, a agricultura,
a pesca, a construção. Caixa Geral de Depósitos.
A certeza de um incentivo eficaz.
O financiamento adequado, para o investimento certo.



CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

Revista UM OLHAR SOBRE O BARREIRO N°3, edição Dez de 1985

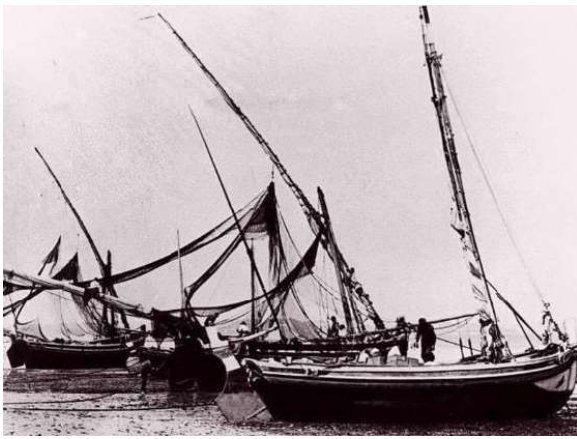


Bote Seixal e Barreiro

Botes e canoas

Pesca do cerco

Estação dos caminhos de ferro do Sul e suste
(inaugurada a 1884)



Fotografias de Augusto Cabrita, 1975



Fotografia de Mário Porfírio, 1984

Revista UM OLHAR SOBRE O

BARREIRO N°3, II série

Edição Junho de 1990

Pesca do cerco

Ilustração: *Pescador do Barreiro*

Ilustração: *Pescador do Barreiro e Seixal*

Fotografias de Augusto Cabrita, 1975



JOUBERT, Jorge Bekkerster, 1825



JOUBERT, Jorge Bekkerster, 1825

Barreiro INE - informação acerca do município (2017)

RETORNO DE INFORMAÇÃO PERSONALIZADA
DOS MUNICÍPIOSINSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

DEZEMBRO DE 2017

>> IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO

Nome do Município: **BARREIRO**Código Divisão Administrativa (Distrito/Município): **1504**NUTS III / NUTS II: **ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA / ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA**

>> CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA DO MUNICÍPIO

TERRITÓRIO E POPULAÇÃO

Divisão territorial da região : NUTS III e Municípios

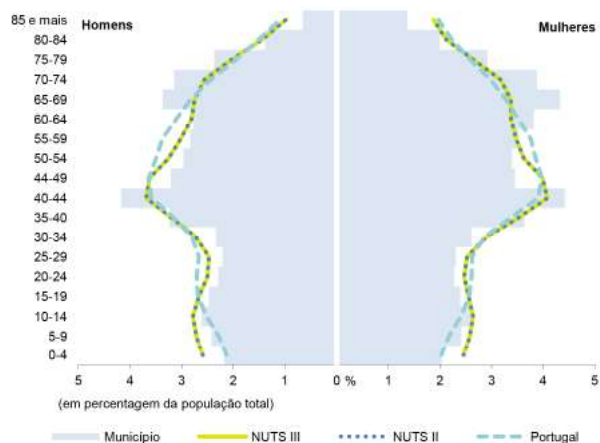


Dinâmica populacional, 2016

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
População residente (N.º)	75 978	2 821 349	2 821 349	10 309 573	2,7
Homens	35 425	1 323 826	1 323 826	4 882 456	2,7
Mulheres	40 553	1 497 523	1 497 523	5 427 117	2,7
Com menos de 15 anos	10 837	448 401	448 401	1 442 416	2,4
Com 65 ou mais anos	19 304	599 620	599 620	2 176 640	3,2
Densidade pop. (N.º/Km²)	2087,9	935,7	935,7	111,8	-
Taxa de crescimento efetivo anual (%)	-0,6	0,3	0,3	-0,3	-
Taxa de crescimento natural anual (%)	-0,4	0,1	0,1	-0,2	-
Índice de Potencialidade	62,5	69,3	69,3	71,3	-

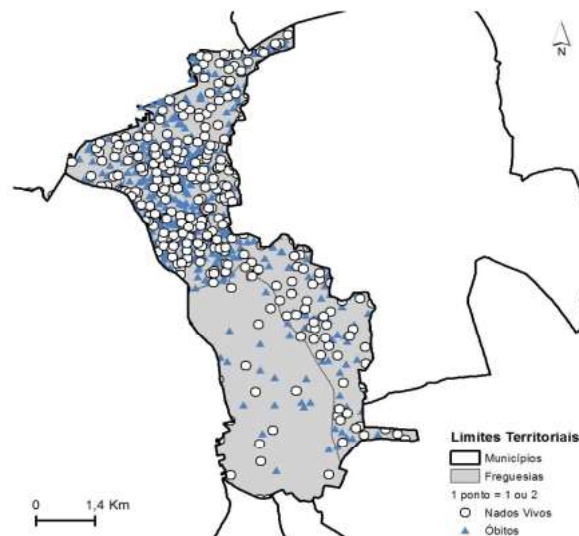
Fonte: INE, Estimativas Provisórias da População Residente; Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Direção Geral do Território, Carta Administrativa Oficial de Portugal.

Estrutura etária da população, 2016



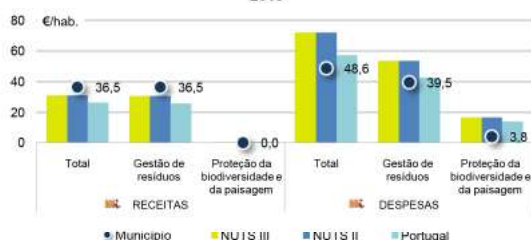
Fonte: INE, Estimativas Provisórias da População Residente

Nados-vivos e óbitos por Freguesia, 2016



Fonte: INE, Nados-vivos e Óbitos

Receitas e despesas dos municípios em ambiente por habitante, 2016



Fonte: INE, Inquérito aos municípios - Proteção do ambiente

Indicadores de Educação, 2016

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal
Taxa bruta de pré-escolarização (%)	96	83	83	91
Taxa bruta de escolarização no ensino básico (%)	123	109	109	110
Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%)	140	124	124	115
Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular (%)	8,2	9,0	9,0	7,9
Taxa de transição/ conclusão no ensino secundário regular (%)	81,8	80,2	80,2	83,4

INDICADORES DE ATIVIDADE ECONÓMICA

Constituição de pessoas coletivas e entidades equiparadas, 2016/2017

Mês	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
out-17	11	1 385	1 385	3 220	0,8
set-17	10	1 205	1 205	3 005	0,8
ago-17	9	1 102	1 102	2 707	0,8
jul-17	19	1 109	1 109	2 895	1,7
jun-17	7	1 231	1 231	3 261	0,6
mai-17	16	1 250	1 250	3 330	1,3
abr-17	11	1 025	1 025	2 724	1,1
mar-17	13	1 471	1 471	4 033	0,9
fev-17	18	1 234	1 234	3 227	1,5
jan-17	15	1 603	1 603	4 259	0,9
dez-16	7	1 074	1 074	2 731	0,7
nov-16	7	1 090	1 090	2 616	0,6
12 Meses	143	14 779	14 779	38 008	1,0

Fonte: INE, Constituição e Dissolução de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas por Escritura Pública

Poder de Compra Concelhio, 2015

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal
Factor dinamismo relativo	-0,631	0,079	0,079	-0,009
Poder de compra per capita	101,9	124,68	124,68	100
Proporção de poder de compra (% - no total do País)	75,3	33,912	33,912	100

Fonte: INE, Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio

Empresas e estabelecimentos, 2015

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
Empresas					
Pessoal ao serviço (Nº)	12 155	1 237 377	1 237 377	3 578 913	1,0
Volume de negócios (milhões €)	674	151 663	151 663	331 601	0,4
Indicador de concentração do volume de negócios das quatro maiores empresas (%)	27,9	11,0	11,0	5,2	-
Valor acrescentado bruto (milhões €)	185	36 500	36 500	80 547	0,5
Taxa de variação (2015/2014) (%)	5,5	3,7	3,7	5,8	-
Indicador de concentração do valor acrescentado bruto das quatro maiores empresas (%)	21,6	9,9	9,9	4,5	-
Sociedades					
Taxa de sobrevivência das sociedades nascidas 2 anos antes (%)	47,7	51,6	51,6	60,6	-
Estabelecimentos					
Pessoal ao serviço (Nº)	15 007	1 095 028	1 095 028	3 567 289	1,4
Volume de negócios (milhões €)	1 159	128 994	128 994	327 671	0,9

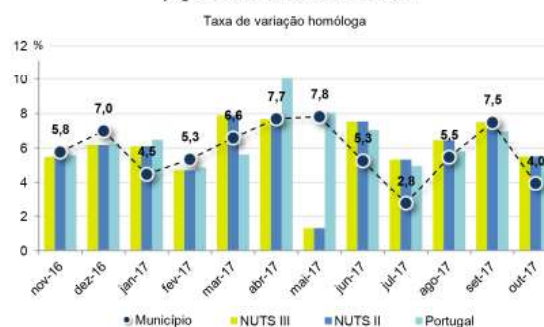
Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

Valor mediano das vendas por m2 de alojamentos familiares (€), 2016/2017

Trimestre	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal
2º trimestre 2017	648	1228	1228	896
1º trimestre 2017	629	1210	1210	881
4º trimestre 2016	615	1181	1181	866
3º trimestre 2016	618	1164	1164	855

Fonte: INE, Estatísticas de preços da habitação ao nível local

Levantamentos em caixas multibanco e compras em terminais de pagamento automáticos, 2016/2017

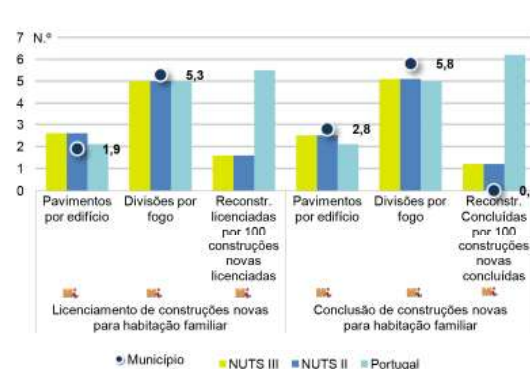


Comércio Internacional, 2016

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
Saldo da balança comercial	15 713	-17 574 724	-17 574 724	-11 220 617	-
Exportações de bens	105 403	12 928 772	12 928 772	50 022 263	0,8
Taxa de variação (2016/2015) (%)	-12,9	-7,2	-7,2	0,8	-
Importações de bens	89 690	30 503 497	30 503 497	61 242 880	0,3
Taxa de variação (2016/2015) (%)	-13,6	-2,4	-2,4	1,5	-
Taxa de cobertura (%)	117,5	42,4	42,4	81,7	-

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional de Bens
Nota: Dados definitivos de 2013 e preliminares de 2014

Licenciamento e conclusão de obras, 2016

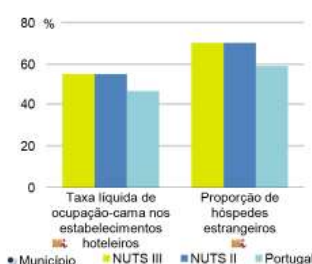


	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
Obras Licenciadas					
Nº de Edifícios	20	1 659	1 659	15 374	1,2
Taxa de variação (2016/2015) (%)	-20,0	26,7	26,7	10,5	-
Reabilitação	4	485	485	4 613	0,8
Construções novas	16	1 174	1 174	10 761	1,4
para habitação familiar	11	932	932	7 333	1,2
Fogos	12	1 936	1 936	11 372	0,6
Obras Concluídas					
Nº de Edifícios	22	906	906	10 661	2,4
Taxa de variação (2016/2015) (%)	46,7	1,5	1,5	-3,2	-
Reabilitação	4	224	224	3 346	1,8
Construções novas	18	682	682	7 315	2,6
para habitação familiar	16	506	506	4 732	3,2
Fogos	32	996	996	7 256	3,2

Fonte: INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios e Estatísticas das Obras Concluídas

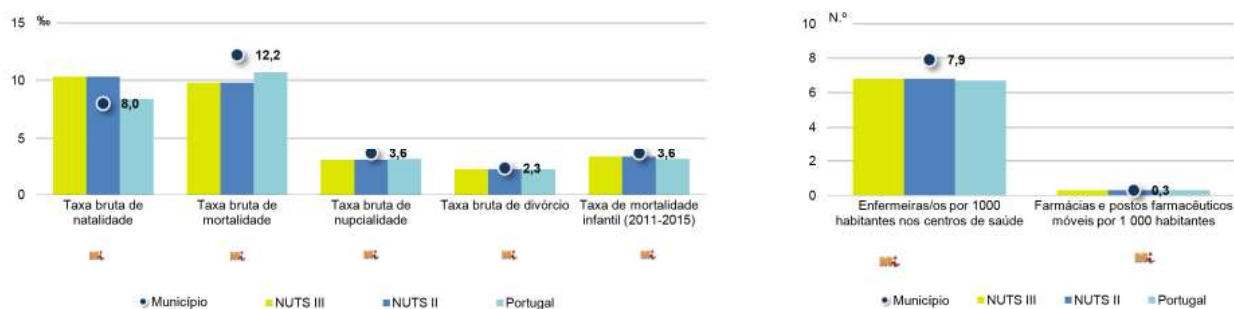
Turismo, 2016

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
Estabelecimentos hoteleiros (Nº)	1	621	621	4 805	0,2
Hotéis (Nº)	-	250	250	1 237	-
Capacidade de alojamento (Nº)	...	75 120	75 120	380 818	...
Hóspedes (Nº)	...	6 294 694	6 294 694	21 252 625	...
Dormidas (Nº)	...	14 800 346	14 800 346	59 122 640	...
Estada média	...	2,4	2,4	2,8	-
Proveitos(milhares €)	...	931 173	931 173	3 103 755	...



INDICADORES DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS

Demografia e Saúde, 2016



Fonte: INE, Indicadores Demográficos, Óbitos por Causas de Morte, Estatísticas do Pessoal de Saúde, Estatísticas das Farmácias

Despesa das Câmaras Municipais em atividades culturais e de desporto, 2016

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
Em atividades culturais e criativas (milhares €)	1 177	92 694	92 694	385 661	1,3
Património	296	27 254	27 254	78 931	1,1
Bibliotecas e arquivos	245	11 884	11 884	66 447	2,1
Artes do espetáculo	292	14 303	14 303	87 907	2,0
Atividades interdisciplinares	256	31 460	31 460	111 197	0,8
Em atividades culturais e criativas por habitante (€/hab.)	15,5	32,9	32,9	37,4	-
Em atividades e equipamentos desportivos por habitante (€/hab.)	26,4	12,5	12,5	25,3	-

Fonte: INE, Inquérito ao financiamento de atividades culturais, criativas e desportivas pelas Câmaras Municipais

>> NOTA TÉCNICA

Toda a informação aqui divulgada está disponível na base de dados do Portal do INE (www.ine.pt), ou nas publicações Anuários Regionais, ambas organizadas, por tema.

Associado a cada indicador está o símbolo **Mi**, que corresponde à respetiva Metainformação. Para informação complementar, sugere-se a consulta do Sistema de Metainformação que integra e disponibiliza conceitos, classificações, variáveis, suportes de recolha de informação e documentação metodológica com aplicação no âmbito do Sistema Estatístico Nacional.

Nos casos em que a informação é confidencial, esta não é apresentada nos gráficos, e nos quadros surge identificada com o respetivo sinal convencional.

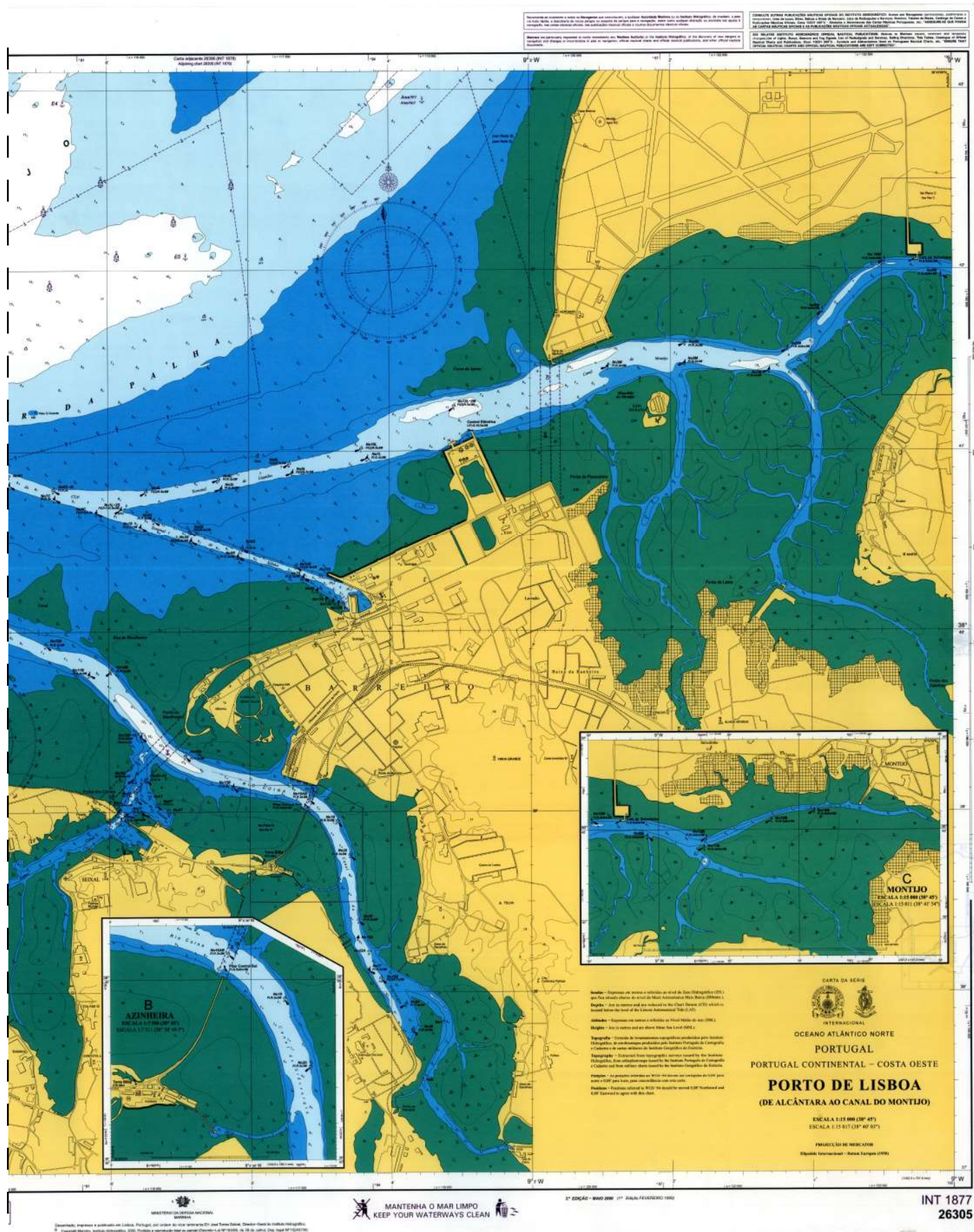
Se esta informação, não corresponder totalmente às suas expectativas, por favor contacte-nos. O seu contato permitirá ao INE analisar o conteúdo da informação e contribuirá para o acréscimo da qualidade dos dados estatísticos. Obrigado.

Última atualização destes dados: 20 de novembro de 2017

Sinais convencionais por ausência de valor

...	Dado confidencial	o	Dado inferior a metade do módulo da unidade utilizada
-	Dado não aplicável	oo	Infinito
x	Dado não disponível		

Barreiro – extrato da carta hidrográfica (Maio, 2000)



ANEXOS

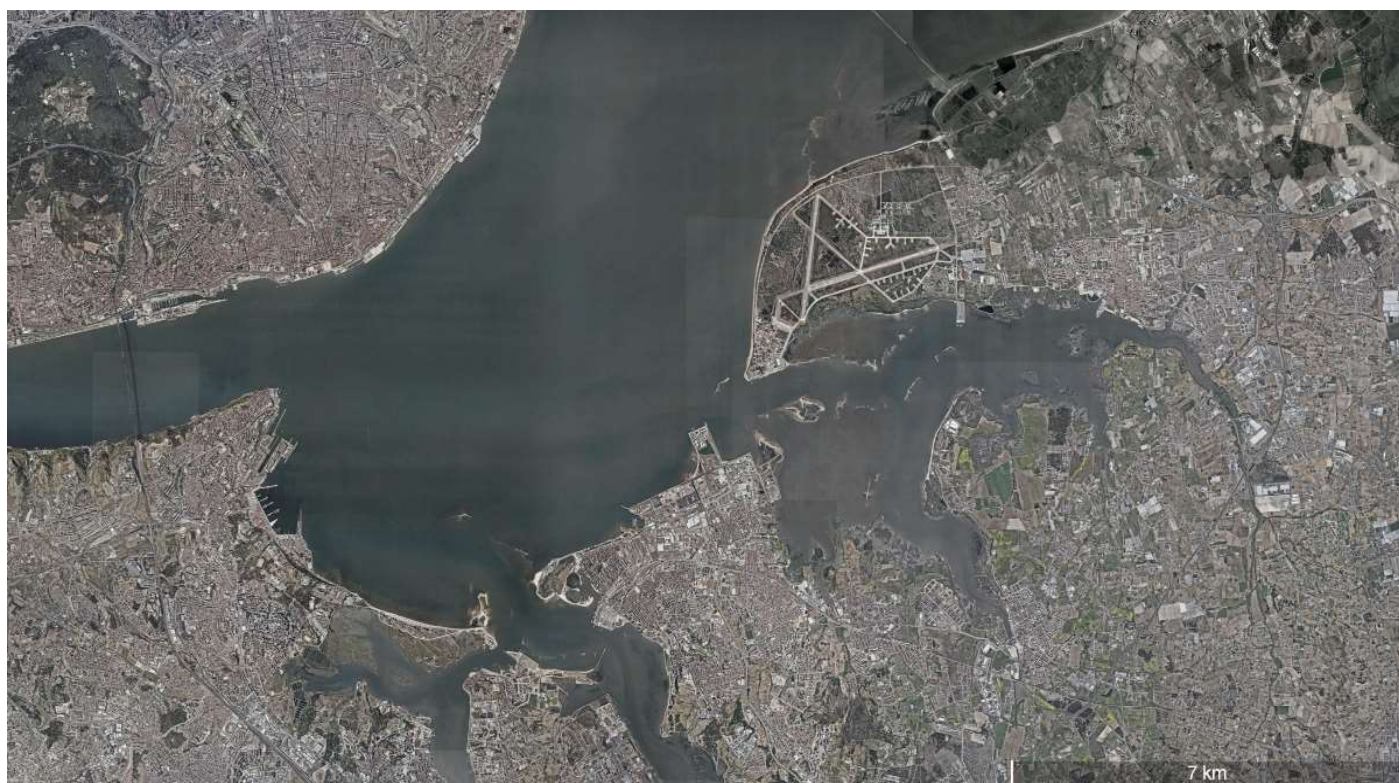
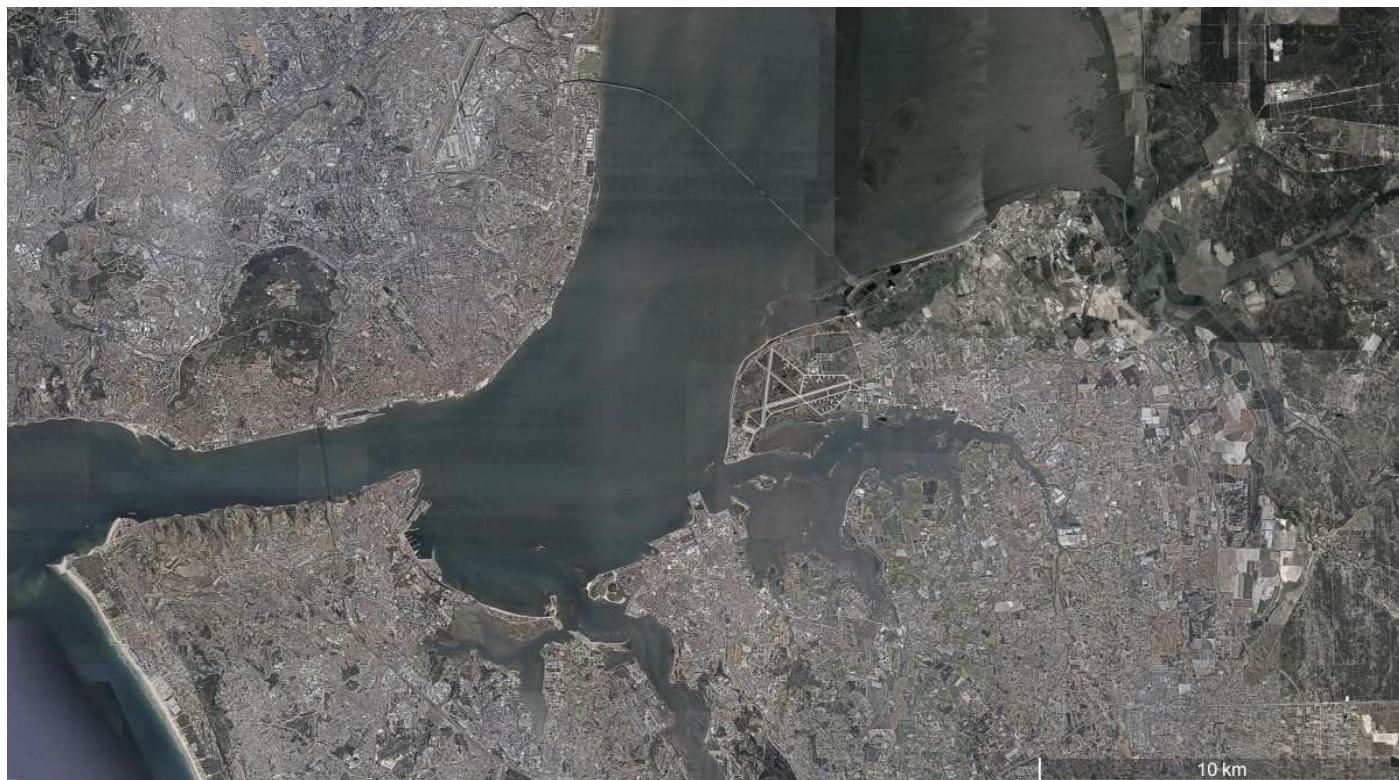
PARTE II | INVESTIGAÇÃO PROJETUAL COMPLEMENTAR

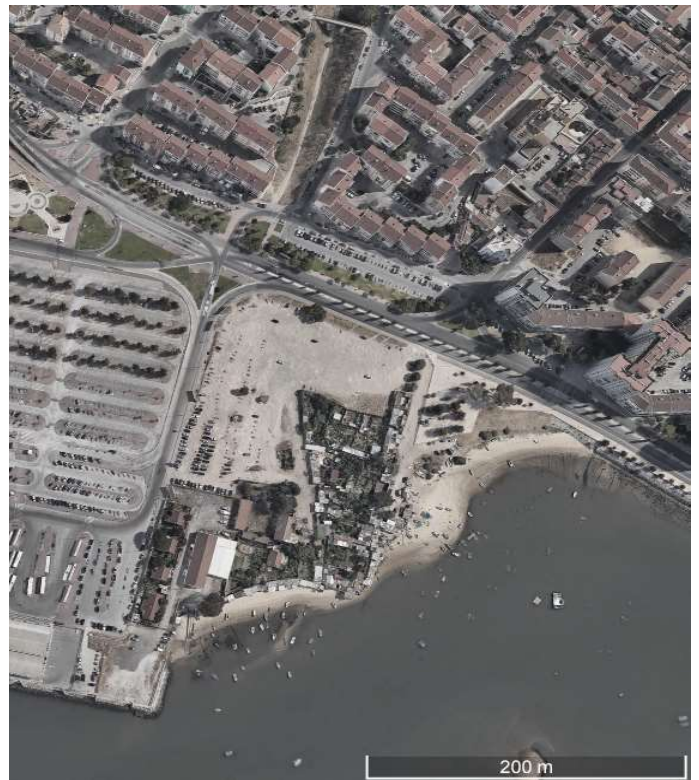
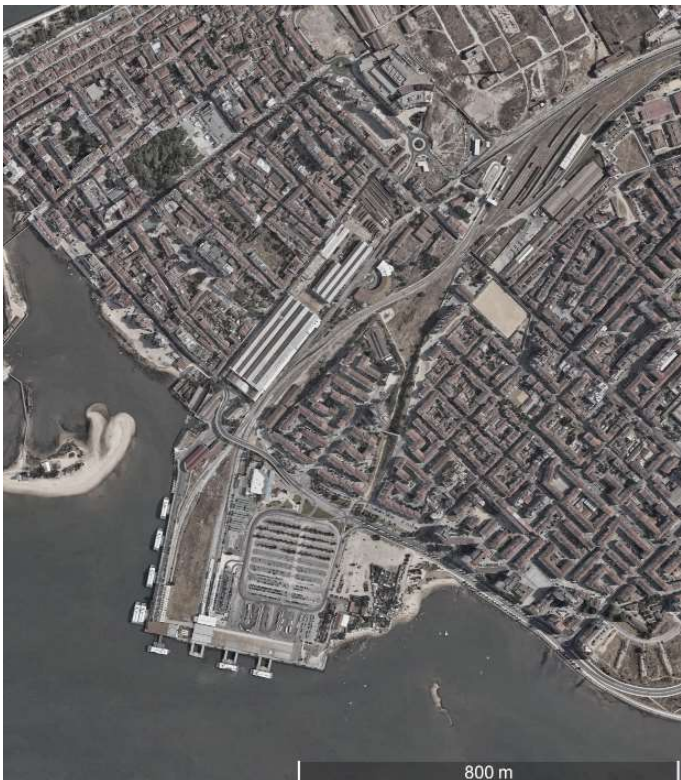
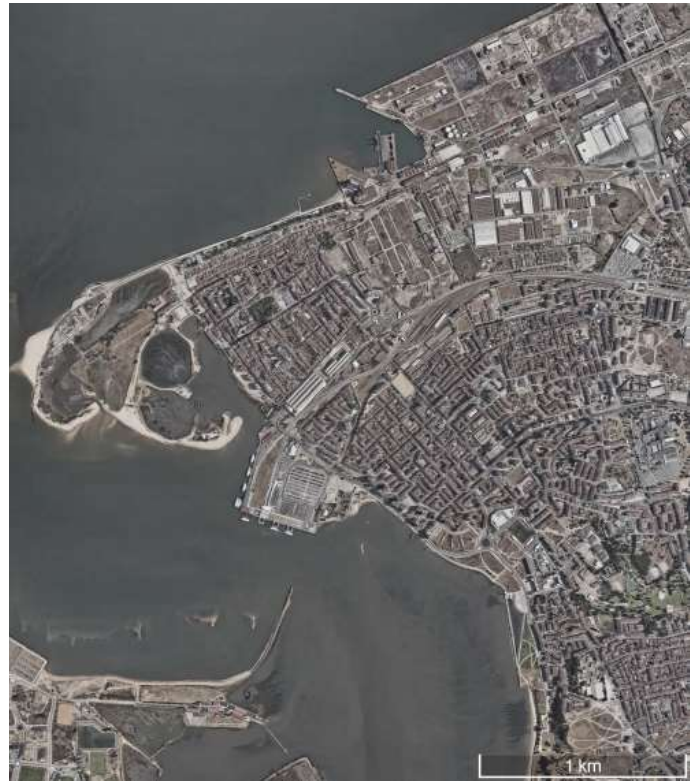
Ortofotomapas e vista aérea do território

Levantamento fotográfica do autor (2017)

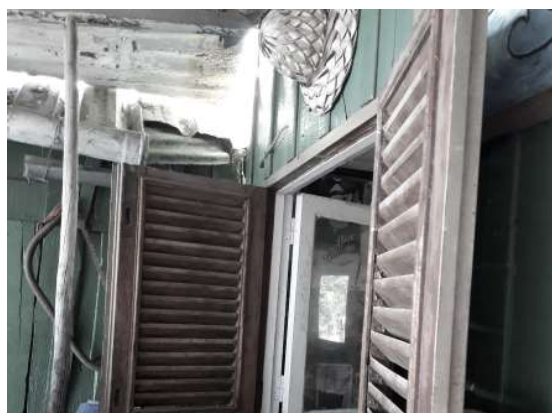
Casos de referência complementares

Ortofotomapas e vista aérea do território

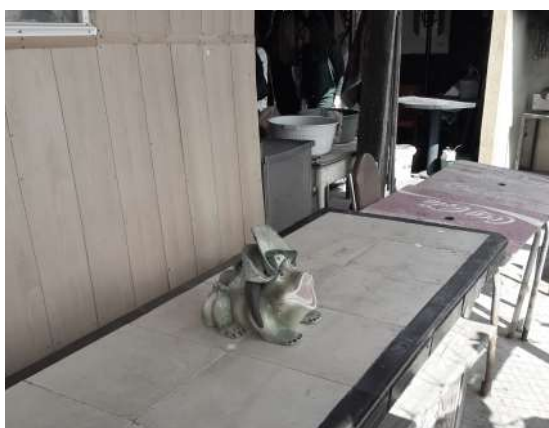
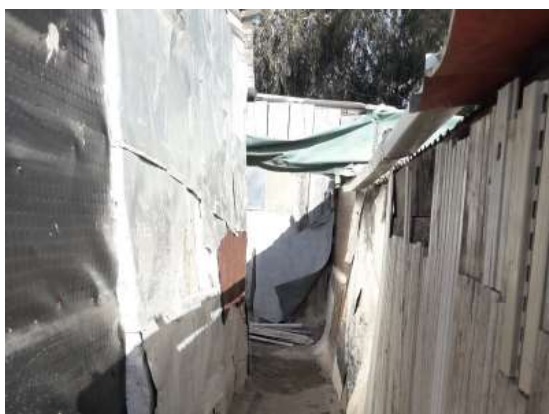




Levantamento fotográfica do autor (2017)

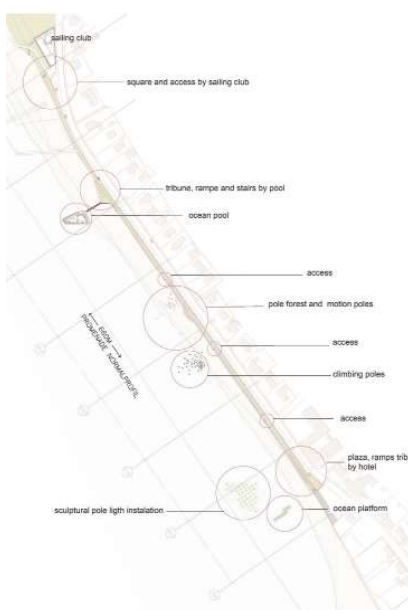






(148) ARCHDAILY Brasil, 2015

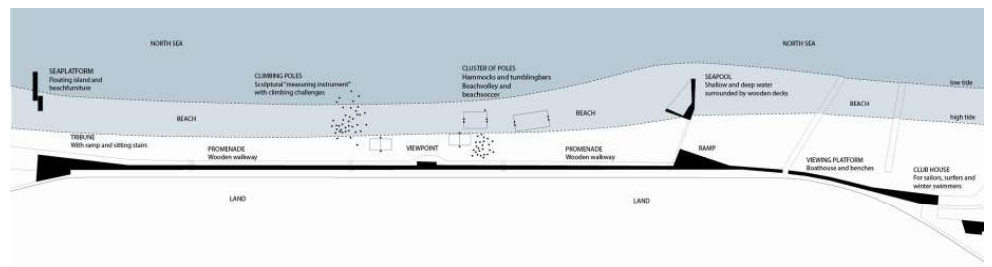
Casos de referência complementares



1. Esbjerg Beach (2011) - Calçadão e Clube Náutico na Praia de Esbjerg / Spektrum Arkitekter, Sofie Willems, Nathan Romero, Joan Raun, Stine Christiansen, Kira Snowman

Desenvolvido pela equipa de arquitetos de Spektrum Arkitekter, na Dinamarca desenvolve-se numa área de 150.000 m² na Dinamarca um projeto urbano na área costeira (contornando a praia em Hjerting).

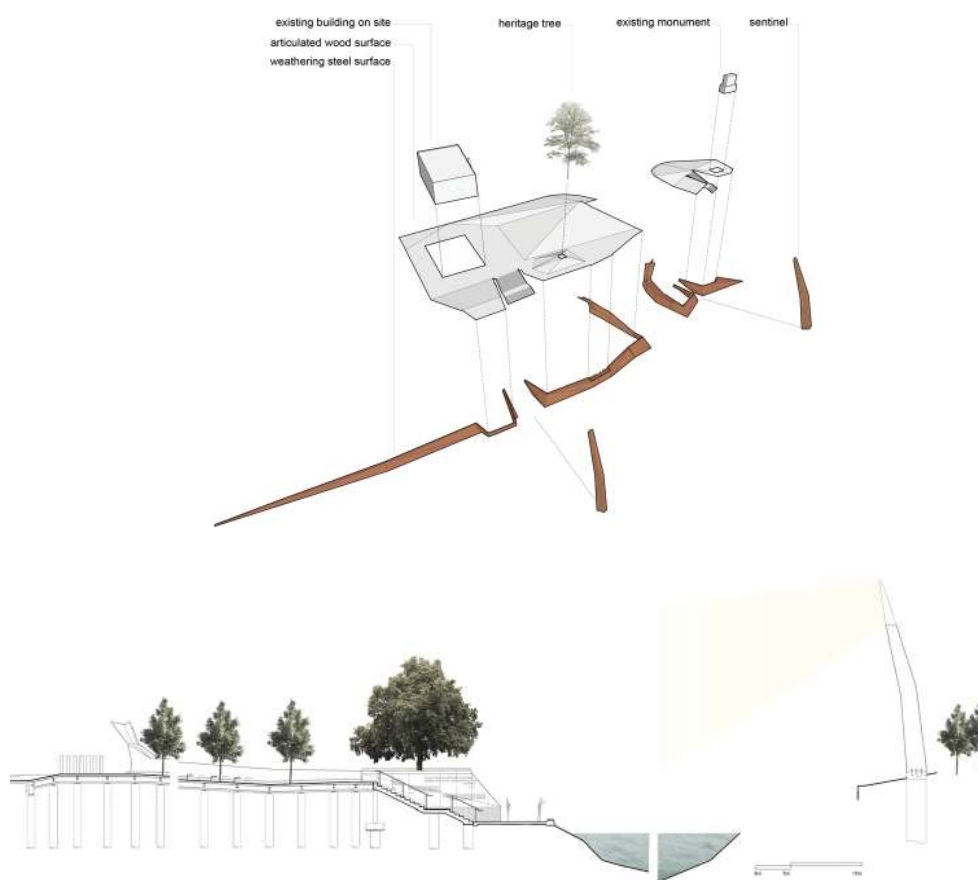
Trata-se de um enorme calçadão sobre as rochas, tornando o acesso à praia muito mais interessante, não descorando da questão natural do local *“tornando-se uma oportunidade perfeita para a interação social, exercícios e brincadeiras, mas também para a contemplação: uma arquibancada de 700 metros para reencontrar o horizonte”* (148).



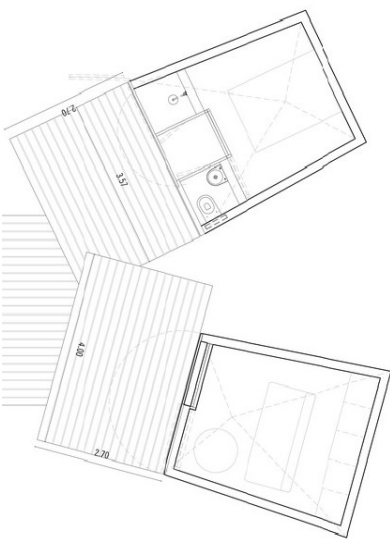
2. Poppy Plaza (2013) / The Marc Boutin Architectural Collaborative, Tony Leong, Jerry Hacker, Mike Deboer, Kristin St. Arnault, Ron Choe, Sean Knight, Mauricio Rosa, Nick Standeven

Desenvolvido pela equipa de arquitetos de The Marc Boutin Architectural Collaborative, no Canadá desenvolve-se durante 9,5 km um projeto urbano à beira rio, num antigo espaço verde residual adjacente ao cruzamento da Memorial Drive com a 10th Street Bridge, ligado ao bairro de Kensington ao norte e ao rio Bow ao sul.

Desenvolvido em duas estruturas distintas, apesar de inter-relacionadas, o projeto procura conectar diferentes pontos de acesso ao local, principalmente o de acesso ao rio, e ainda inserir novas áreas de encontro e novos eventos.



(149) ARCHDAILY Brasil, 2013



3. Cabanas no rio (2013) / Aires Mateus, Manuel & Francisco Aires Mateus

Desenvolvido pela equipa de arquitetos de Aires Mateus, no Comporta (Portugal) desenvolve-se com 26 m² um projeto habitacional à beira rio de um ancoradouro contruído em madeira, onde se optou por manter a identidade do lugar, onde houve uma reabilitação de um espaço degradado, mantendo todos os valores presentes.

Trata-se de um projeto que desenvolve dois espaços habitáveis, *“um de estar com uma cozinha integrada num móvel no mesmo material das paredes e outro de dormir com o apoio de uma casa de banho e um duche”* ⁽¹⁴⁹⁾.

O material de eleição é a madeira reutilizada, e as formas foram desenhadas de acordo com as funções que se tensionam para os espaços (diferentes áreas e inclinações da cobertura).



ANEXOS

PARTE III | PROCESSO DE TRABALHO

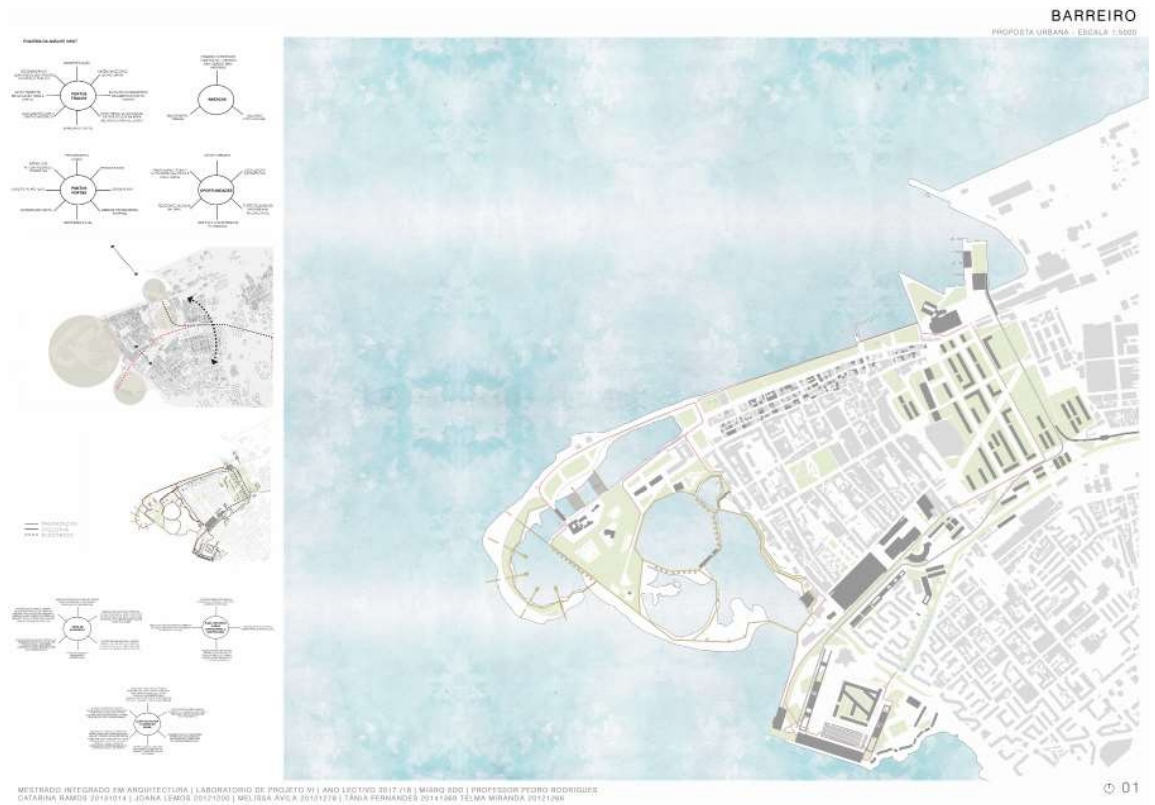
Painéis de estudo

Esquissos – processo desenhado

Maquetas e modelos tridimensionais digitais

Painéis de estudo

Proposta urbana realizada em grupo para o exame da unidade curricular de Laboratório de Projeto VI, professor Pedro Rodrigues





MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITECTURA | LABORATÓRIO DE PROJETO VI | ANO LECTIVO 2017/18 | MIARQ 100 | PROFESSOR PEDRO RODRIGUES
CATARINA RAMOS 20111214 | JOANA LEWIS 20121208 | MILEILA AVILA 20121276 | TÂNIA FERNANDES 20181368 | TÍLMA MIRANDA 20121266



MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITECTURA | LABORATÓRIO DE PROJETO VI | ANO LECTIVO 2017/18 | MIARQ 100 | PROFESSOR PEDRO RODRIGUES

Painéis apresentados na unidade curricular de Seminários de Apoio ao Final de Mestrado, professores Francisco Oliveira e Miquel Batista Bastos

SUBTÍTULO

TEMA

AREA DE INTERVENÇÃO

**ZONA PISCICULTORA:
SUDESTE DA CIDADE DO
BARREIRO**

Surge como mote para o trabalho a requalificação física da zona piscícola de Barreiro, partindo da vida quotidiana existente. Trata-se de uma população com um modo de vida muito específico, que se reflete não só em uma habitação específica, mas também no modo de habitar. Assim, o grande desafio passa pela reabilitação das casas das pescadoras, bem como pela requalificação de espaço público e construção de equipamentos.

PALAVRAS-CHAVE

Propõe-se requalificar fisicamente o território, tendo em conta a sua realidade social.

A proposta a adotar deverá contemplar o valor sobre as habitações existentes, que, apesar de se enquadrarem num espaço físico deteriorado, não correspondem a um espaço socialmente degradado. Pretende-se compreender as razões da fixação, apesar das condições precárias, e procurar entender quais as funções das existentes habitações provisórias e informais.

É notória a falta de uma situação associada à cultura urbana no local, tornando-se necessária uma regeneração dos tecidos físicos do local.

Procura-se intervir sem descurar das características sociais existentes, estudando-as e privilegiando a ligação que todas estas relações estabelecidas têm com o local, a pessoa, e a memória.

PROPOSTA URBANA



PROBLEMÁTICAS E OBJETIVOS

Torna-se essencial uma intervenção capaz de transformar a espaço de estudo num território mais coeso e atrativo, procurando coerente, equilibrada e sustentavelmente a sua requalificação urbana, bem como a sua qualificação e integração com a cidade.

Enfatizando as intervenções no espaço público, que "designa(m) toda a processo de transformação do espaço urbano, compreendendo a execução de obras de conservação, recuperação e readaptação de edifícios e de espaços urbanos, com o objetivo de melhorar as condições de uso e habitabilidade, conservando, porém, o seu caráter fundamental" (DGOTPU, 1998).

Torna-se fundamental observar os habitantes e os seus modos de vida, não descorrendo da questão da memória (essencial na apropriação do território).

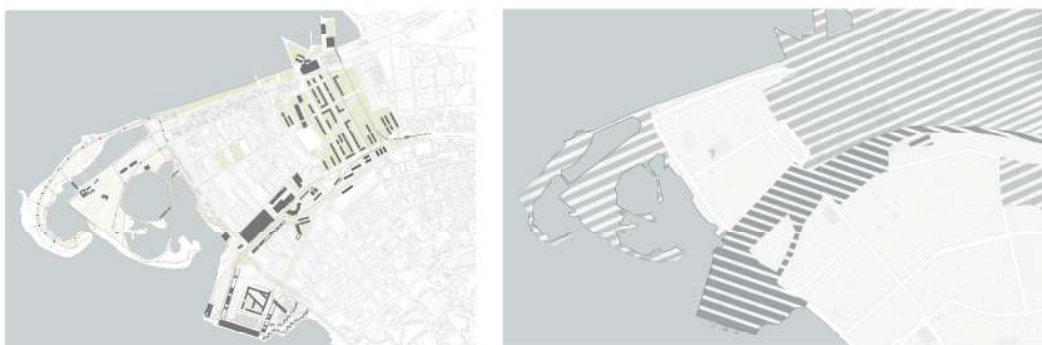
A memória e a imaginação têm a sina de não poderem desacompanhar-se: a imaginação é cega da memória, e a memória o mago de cegos da imaginação. A memória não tem iniciativa, a imaginação tem-na, mas é cega de nossoce. A memória tem olhos e a cega imaginação tem querer: a vontade.
(ALMADA NEGREIROS, 1982, p.223)

[illegible]

REGENERAR O ESPACO VIVENCIADO

INTEGRAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E REABILITAÇÃO DA ZONA PISCATÓRIA DO BARREIRO

INTERVENÇÃO NOS VAZIOS URBANOS DO BARREIRO - VIDA E ATIVIDADE PISCATÓRIA



IDENTIDADE: Edificado de baixa densidade. Centro histórico, vivência bairrista.

ACESSIBILIDADE: Dinamizar, Ligações externas relativamente a Ilseba. Novos espaços empresariais e de comércio. Novo porto fluvial.

PROXIMIDADE: Espaços de lazer e convívio. Equipamentos de apoio piscatório e desportivos. Praças e largos.

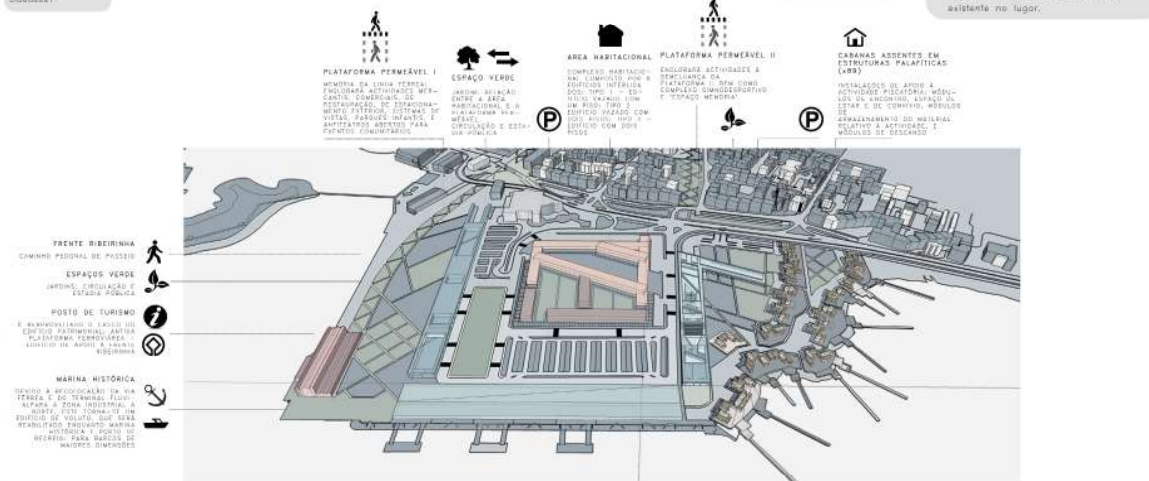
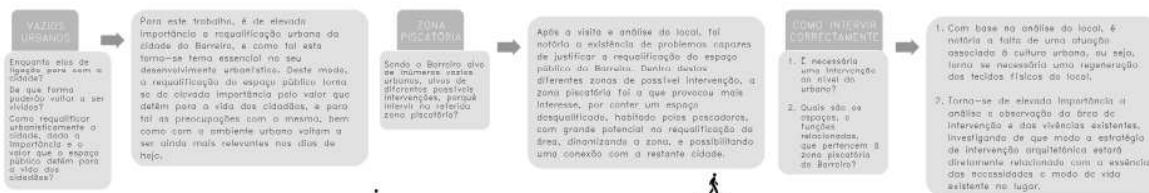
SUSTENTABILIDADE: Reutilizar e restaurar. Reabilitação e requalificação.

CONEXÃO: Articulação. Ligações internas na cidade. Ciclovia e espaços verdes. Novos caminhos, espaços verdes requalificados.

BARREIRO - MAPA DE VAZIOS URBANOS

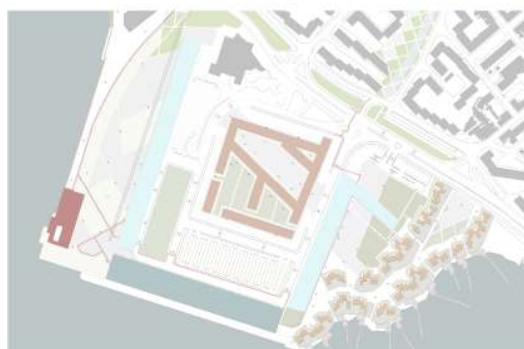
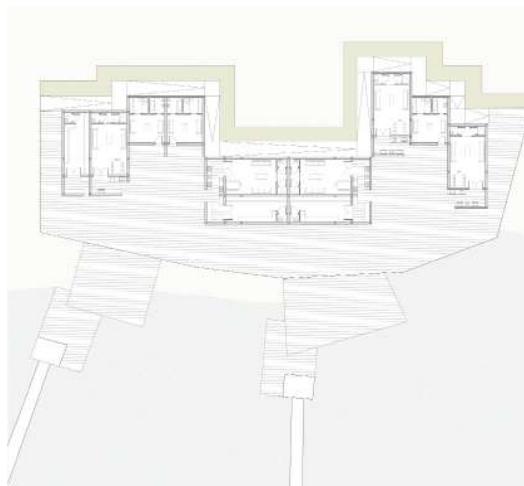
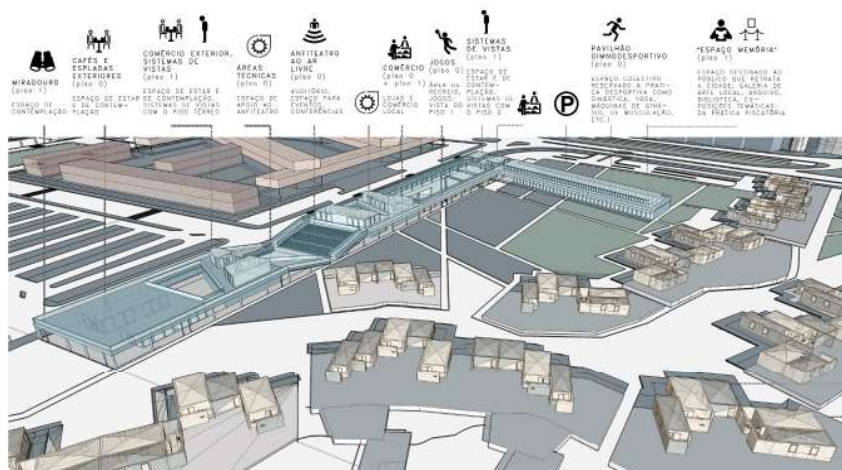
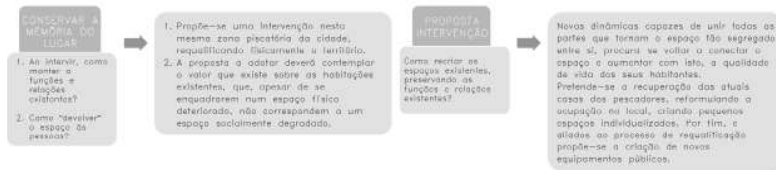
 Vazios existentes no Barreiro

 Vazios consequentes da linha férrea





PROPOSTA DE INTERVENÇÃO — Com a recolocação do linha férrea para Norte, a zona é aproveitada para as casas urbanas nas antigas intercalares, com caminhos de terra e também nas linhas que então deixam de existir, nesta nova avenida principal, tornando a rua num espaço de permanência. A sul, na zona piscatória cria-se um novo passeio marítimo, re-aproveitando as antigas linhas de ferro, e a zona de lazer, com um espaço de recreio, cheio com novas áreas. Uma área agora muito permeável e contínua, que ao mesmo tempo procura conferir alguma privacidade aos seus habitantes (casas individuais, apartamentos, etc.), e a zona de lazer, re-organiza as "armazéns privadas" para a actividade piscatória.



- | | | |
|--|--|---|
| Plataforma Permeável | Espaços de estadia e passeio | Edificada pré-existente |
| Posto de turismo | Habitação | Construção polifunção |
| Marina Histórica | Clávia | |
| Circulação Pedonal | Espaço verde de passeio | |

SOLUÇÕES

CONSTRUÇÃO PALAFÍTICA

CABANAS ASSENTES EM
ESTRUTURAS PALAFÍTICAS

A natureza do lugar torna-se um gesto de apropriação do espaço individualizado, onde em cada caso são definidas as seus limites físicos que marcam esta mesma particularização.

*A arquitetura é a cena fixa das vicissitudes do Homem, carregada de seus elementos de gerados, de acontecimentos públicos, de tragédias privadas, de faixas novas e enfim... (ROSSI, 2001, p.33).

A experiência do espaço é antes entendida pelos seus habitantes, pressupondo a vivência do mesmo.

A memória é entendida como um *filtro* inconsciente naquilo que cada habitante cria como seu, e que é seu constituinte. O espaço implica a experiência de cada habitante, entre a realidade e cada uma das outras pessoas com quem partilha.

"(...) deixo-me guiar por imagens e ambientes da minha memória, que consigo relacionar com a arquitetura que procuro. As imagens que me acorrem provêm, na sua maioria, da minha vivência (...). Enquanto estou a projetar procuro descobri-lo, o que significam as imagens, para aprender como se produzem certas formas e ambientes imaginados." (PETER ZUMTHOR, 2009)

"Um dia que lhe aconteça alguma coisa vai deixar este espaço a alguém, um neto? Ah não! Eles não querem nada disto! Sabem lá o valor que isto tem!" (PESCADOR LOCAL, 2017).



REFERÊNCIAS

C-SQUARE PLAZA
East Village, CANADA, 2015
The Marc Bouffin
Architectural Collaborative

FRENTE RIBEIRINHA DA
POVOA DE SANTA IRIA
P. Stª Iria, PORTUGAL, 2012
Câmara Municipal

NEW BEACH HUTS
Shophouses, 100-110/120

2013
Fedder & Scamporrino
Cabanas individualizadas de
prata, construídas com mate-
riais locais, que albergam
tanto o componente de es-
colas para arrematação, como
de estudo e pesquisa.

PEQUENA CASA NUMA BALSA
Vinhaven, SGA, 2014
OO Legio

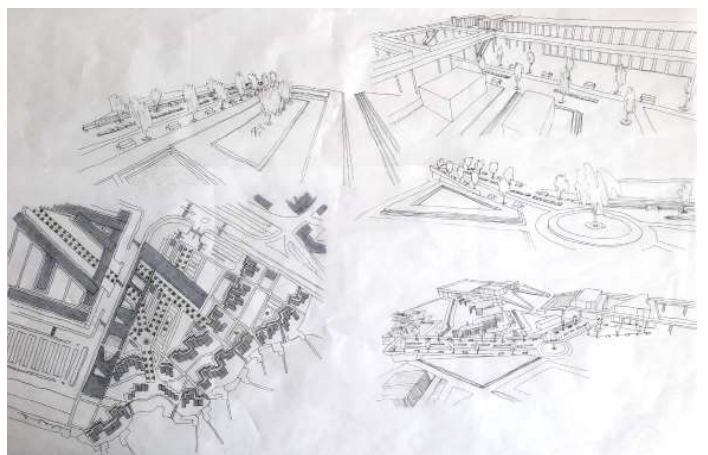
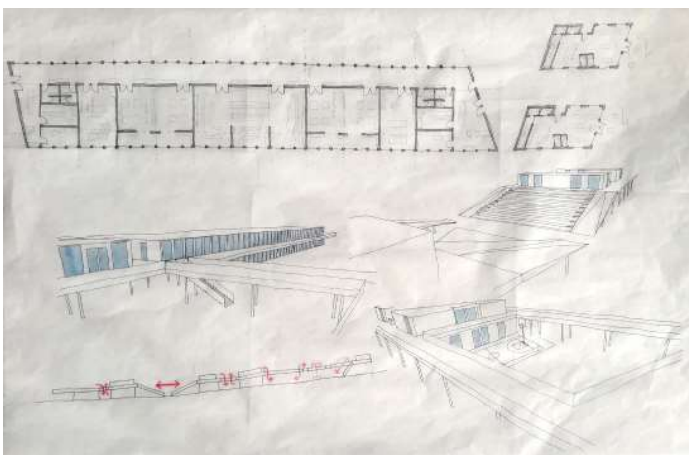
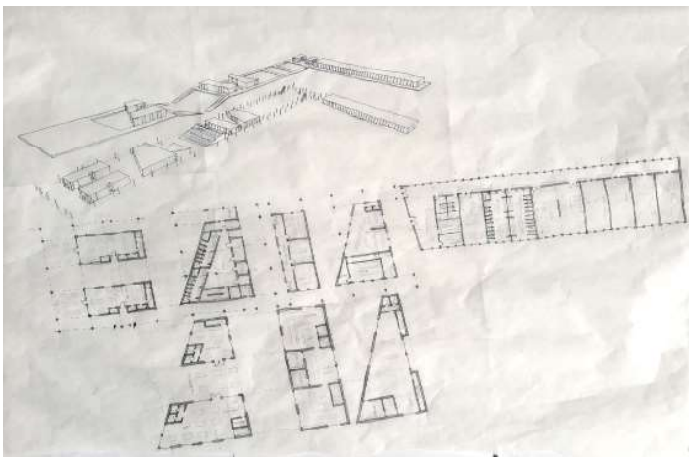
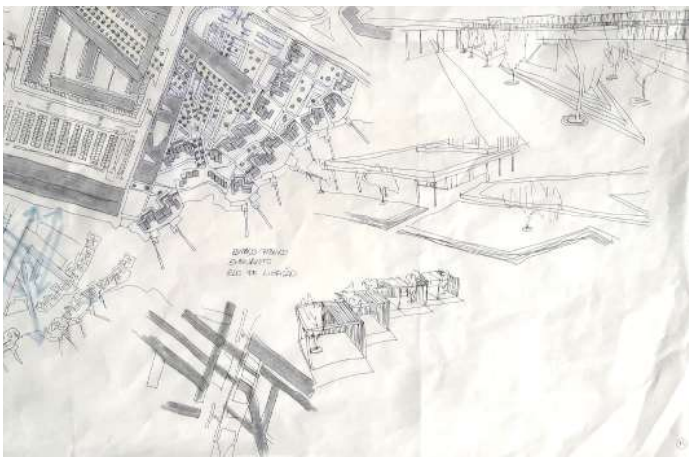
Relação existente entre vários
"casinhas" por uma estrutura
de suporte em madeira.

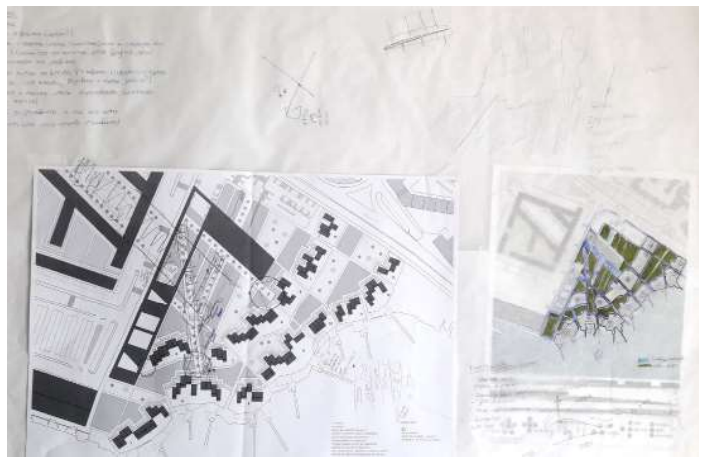
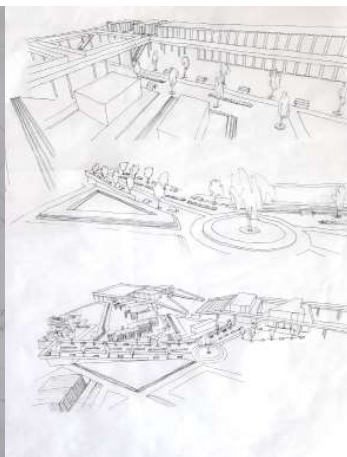
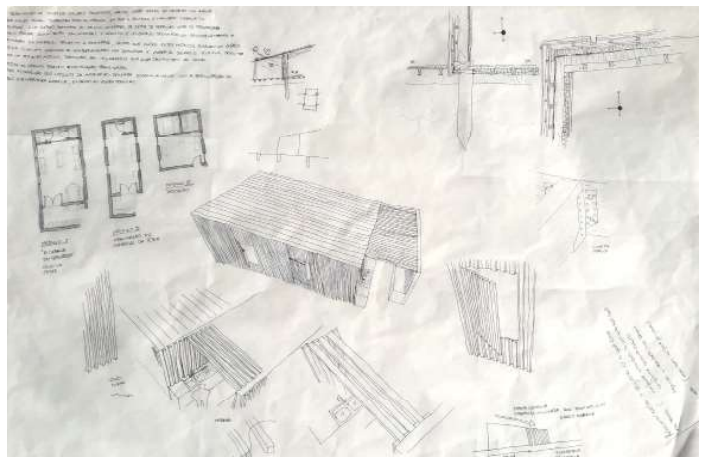
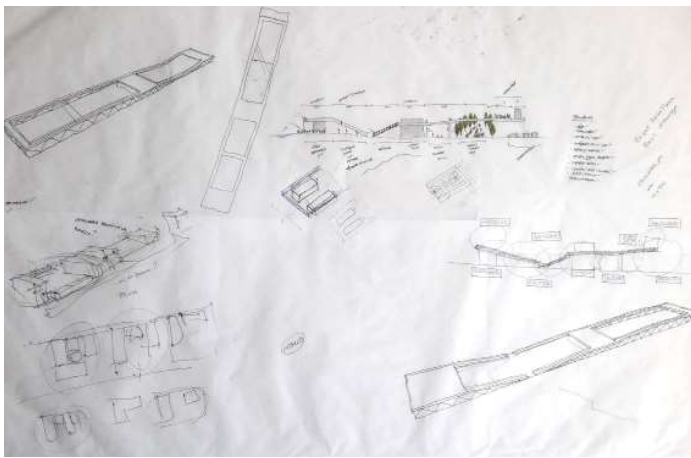
PLAYA PESCADORES
Chorrillos, LIMA, 2015
Vista Verde

**PORTO PALAFÍTICO DA
CARRASQUEIRA**
Alcôzer do Sal, PORTUGAL

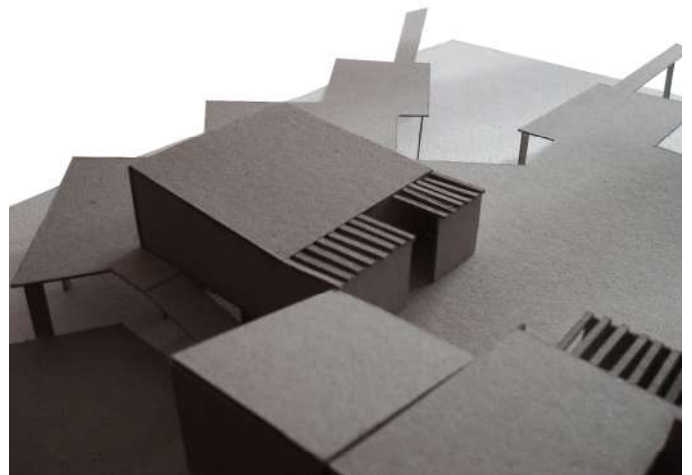
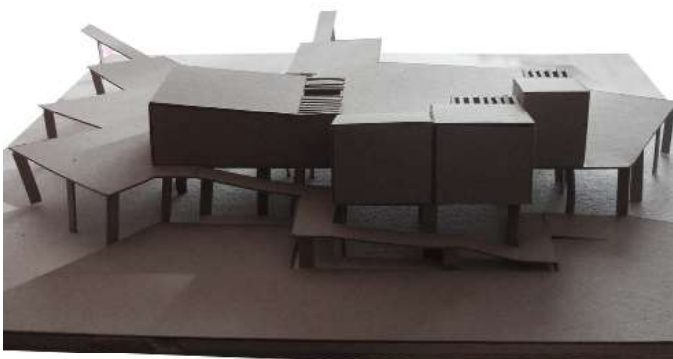
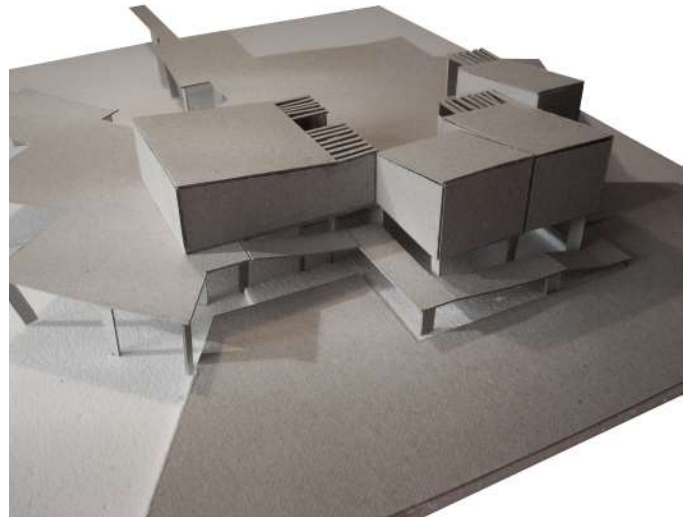
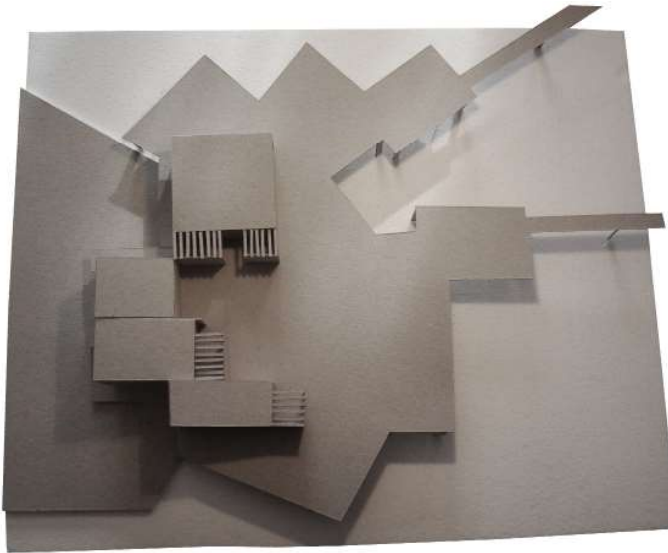
se enuncia: "El presente documento es confidencial y está sujeto a control de acceso".

Esquissos – processo desenhado



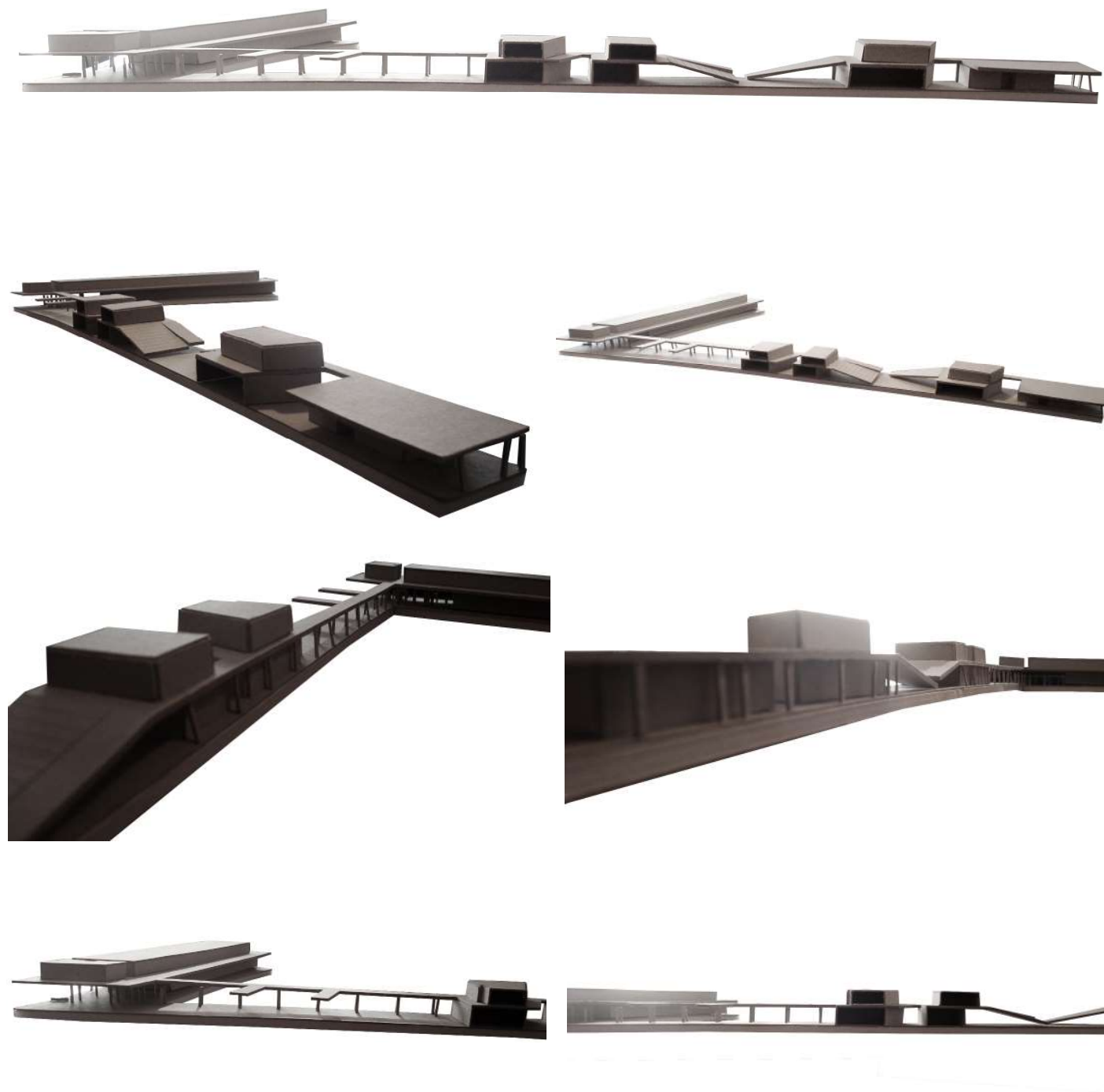


Maquetes de estudo



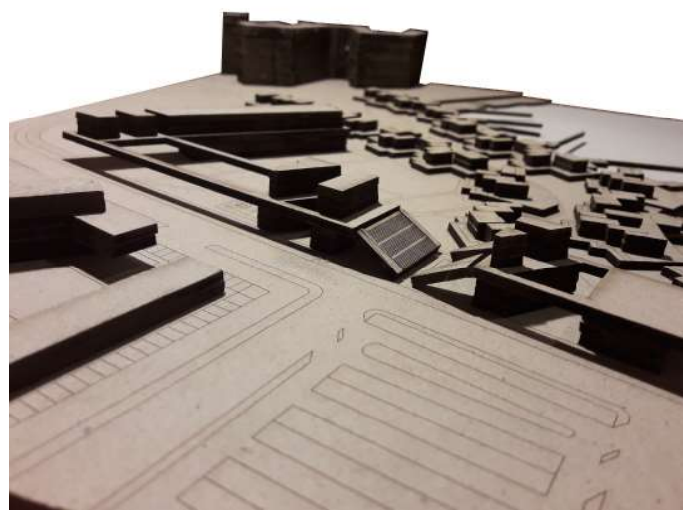
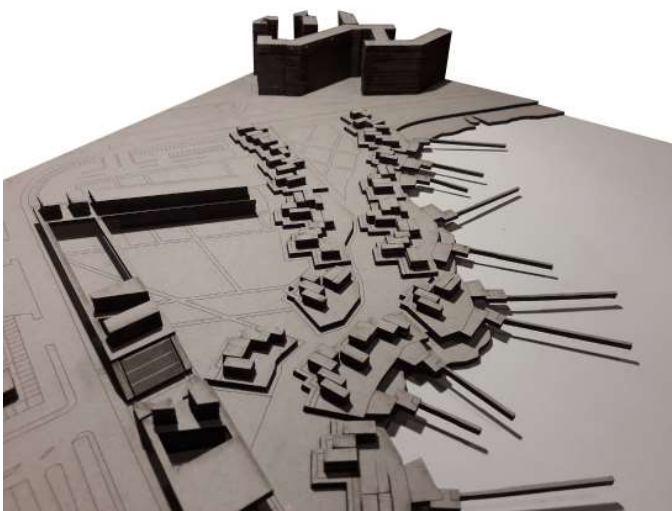
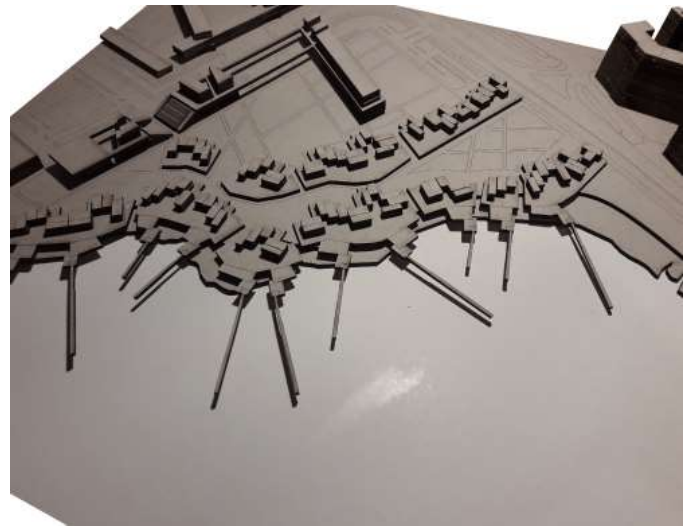
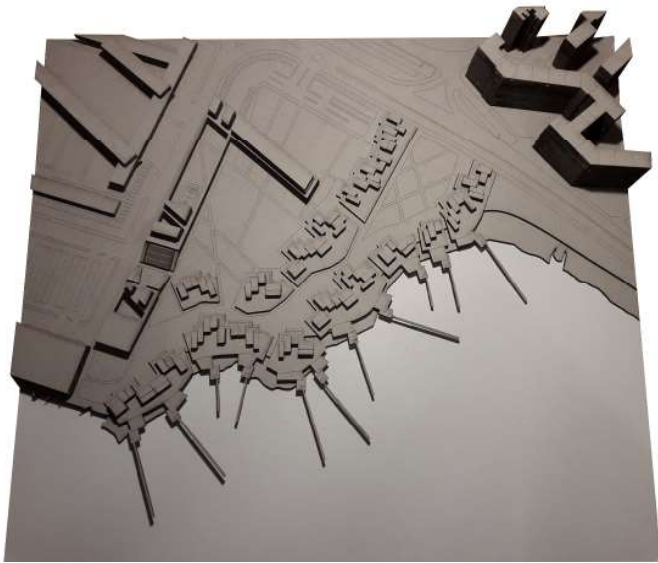
Maquete das primeiras abordagens ao projeto
Sem escala

Maquetes de estudo



Maquete das primeiras abordagens ao projeto
Escala 1 : 300

Maquetes de estudo



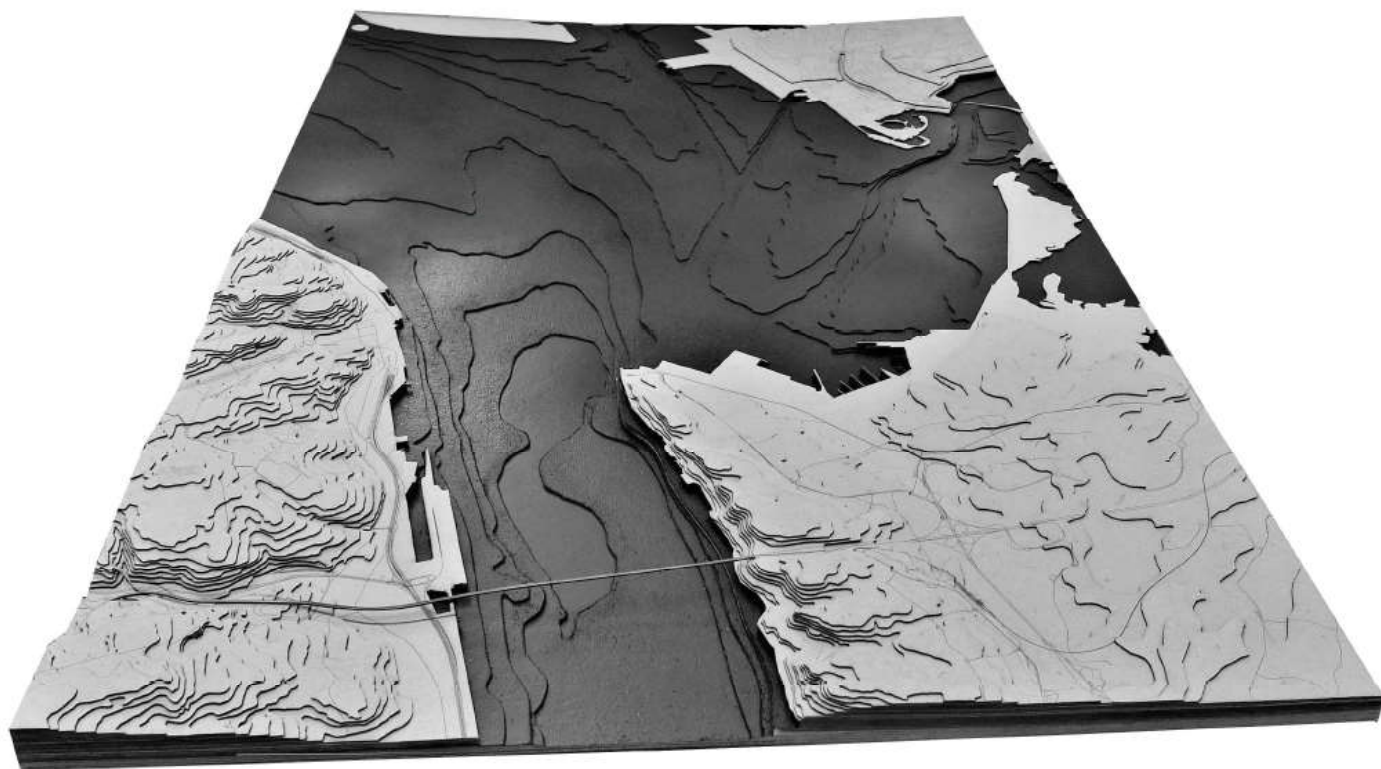
Maquete das primeiras abordagens ao projeto
Escala 1 : 1000

Maquetes finais de projeto

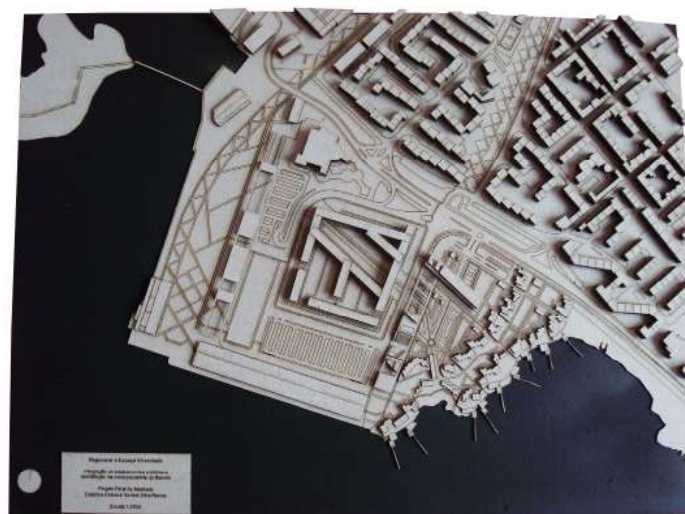


Maquete de enquadramento de Lisboa, o rio Tejo e Barreiro

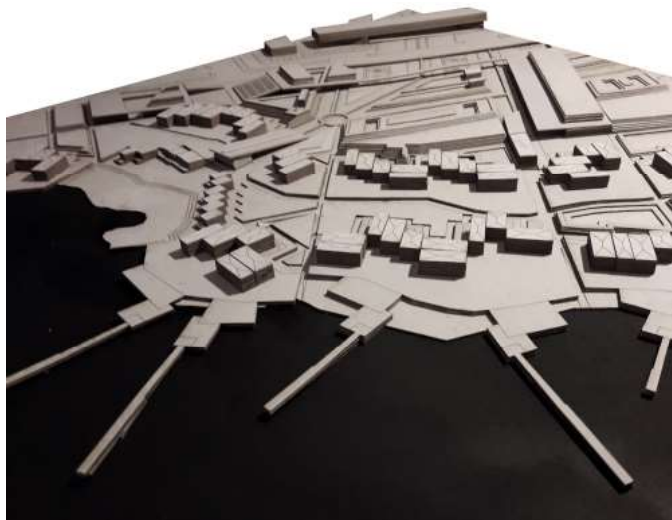
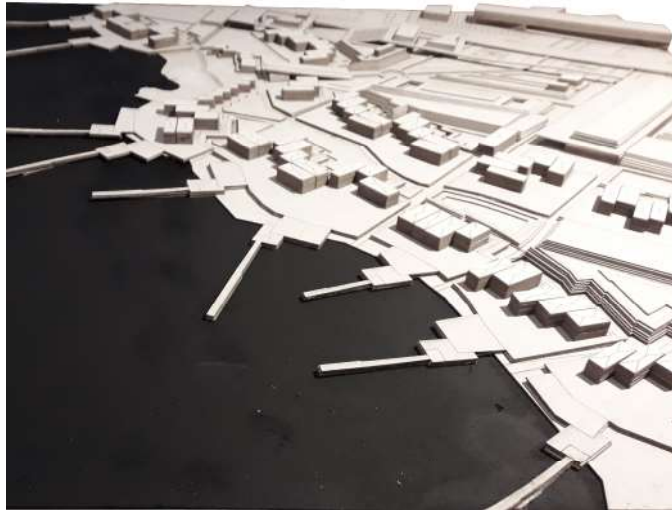
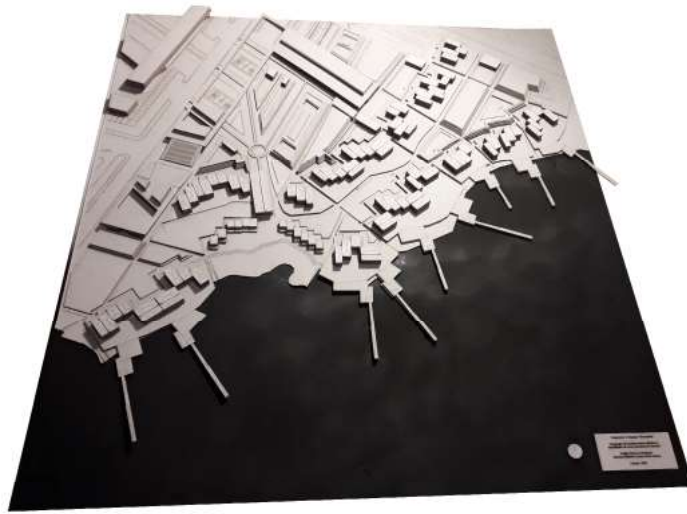
Escala 1 : 5000



Maquete de enquadramento de Lisboa, o rio Tejo e Barreiro
Escala 1 : 5000

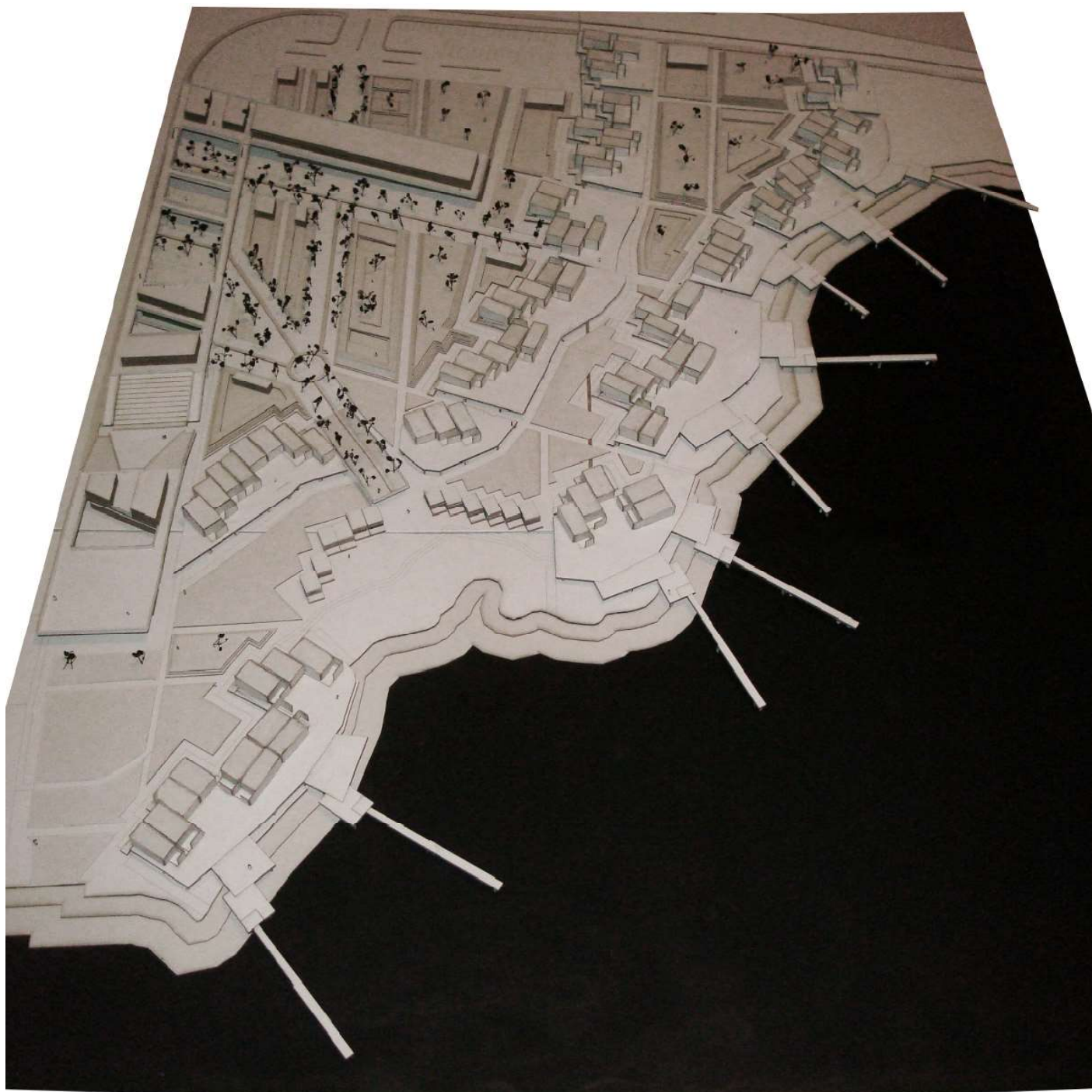


Maquete da proposta urbana para a zona piscatória: introdução de novos espaços
Escala 1 : 2500



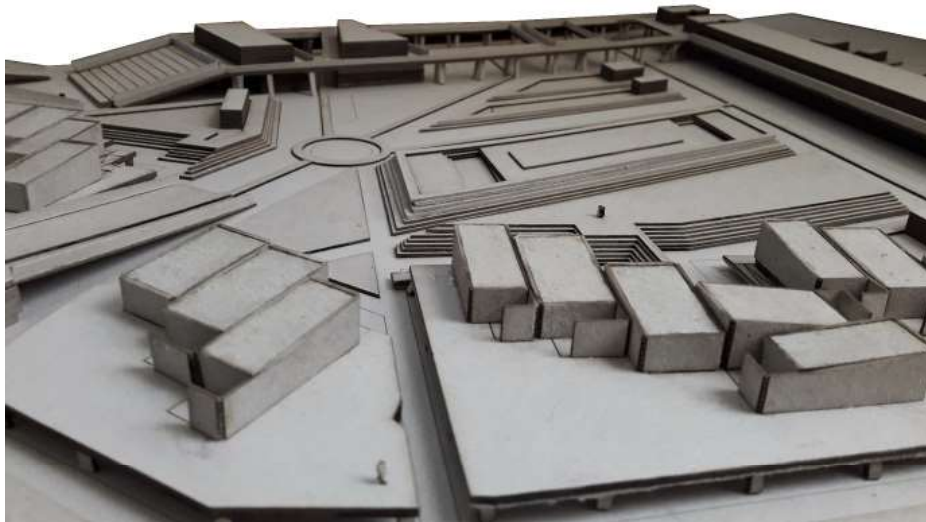
Maquete da estrutura permeável polivalente e de
estruturas palafíticas de funções piscatórias

Escala 1 : 500



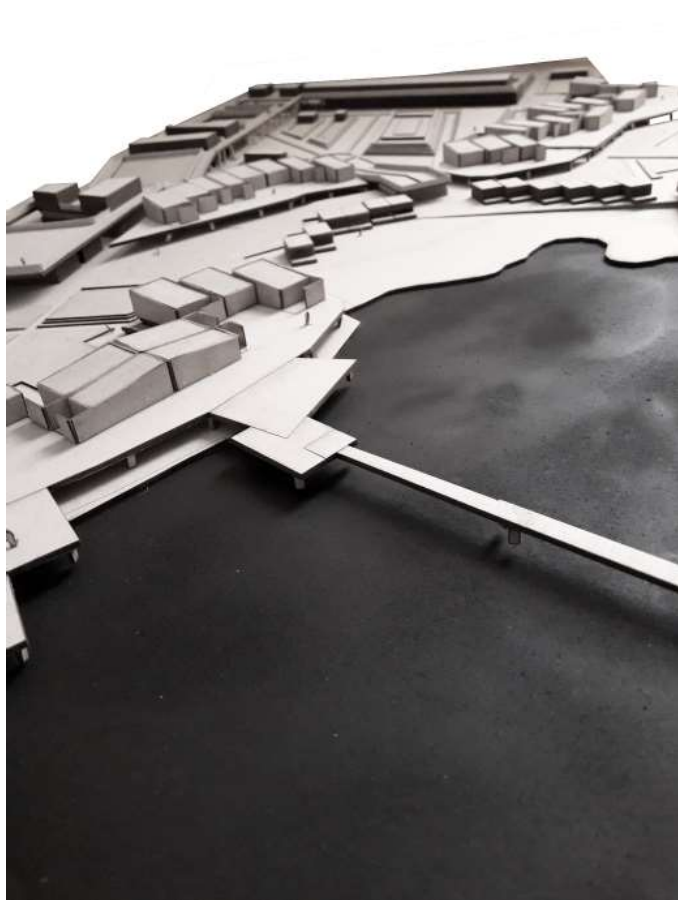
Maquete final estrutura permeável polivalente e de
estruturas palafíticas de funções piscatórias

Escala 1 : 300



Maquete final estrutura permeável polivalente e de
estruturas palafíticas de funções piscatórias

Escala 1 : 300



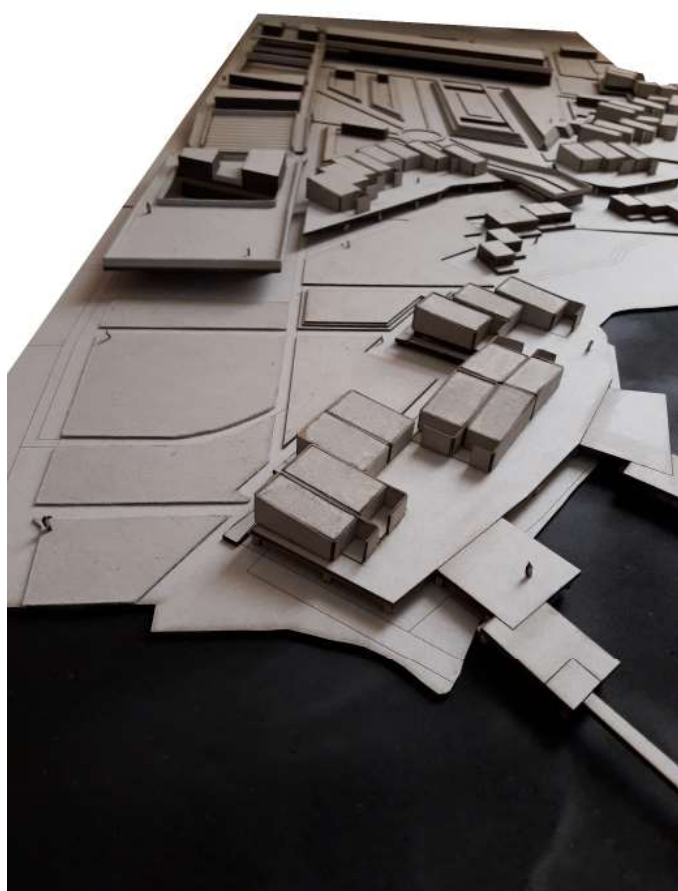
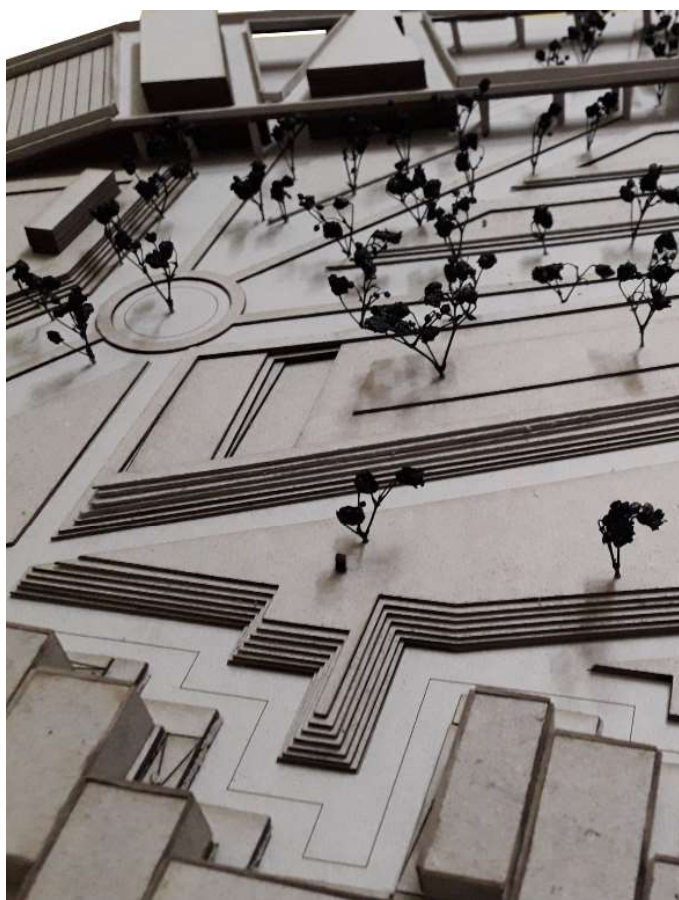
Maquete final estrutura permeável polivalente e de
estruturas palafíticas de funções piscatórias

Escala 1 : 300

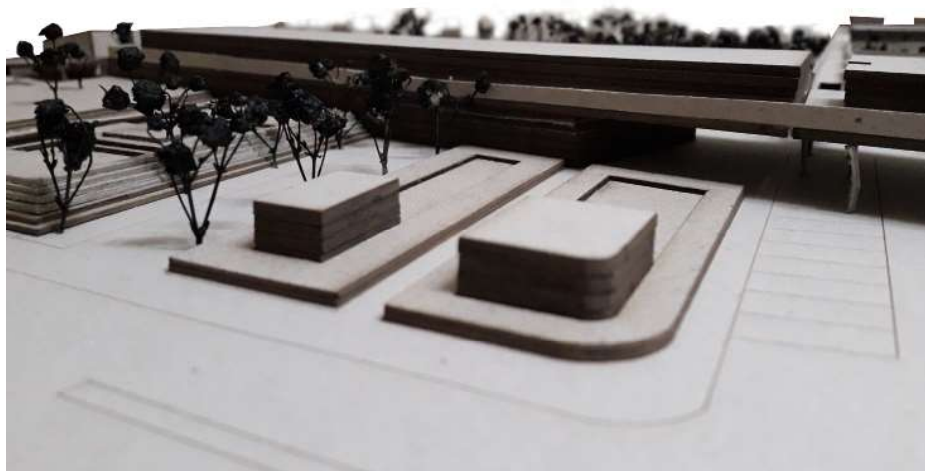
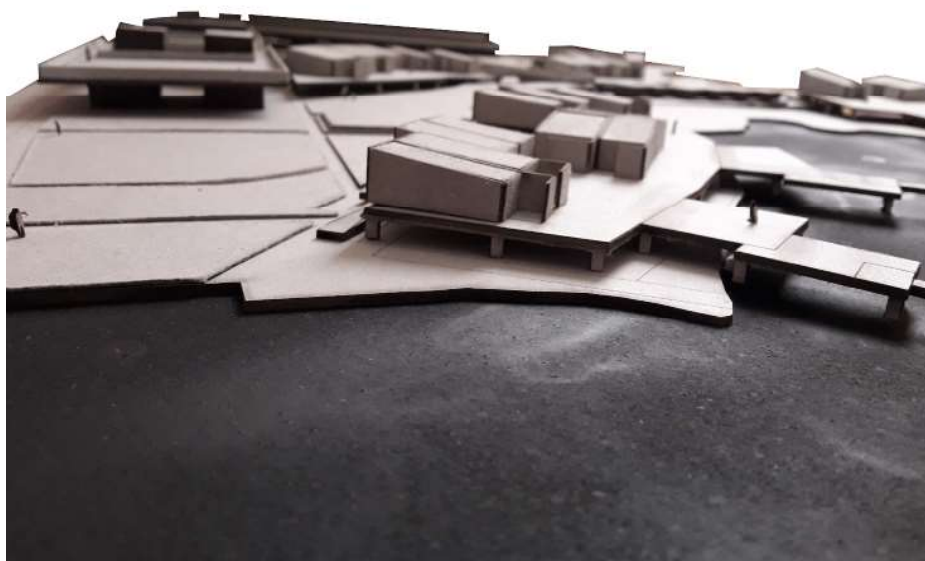


Maquete final estrutura permeável polivalente e de
estruturas palafíticas de funções piscatórias

Escala 1 : 300



Maquete final estrutura permeável polivalente e de
estruturas palafíticas de funções piscatórias
Escala 1 : 300

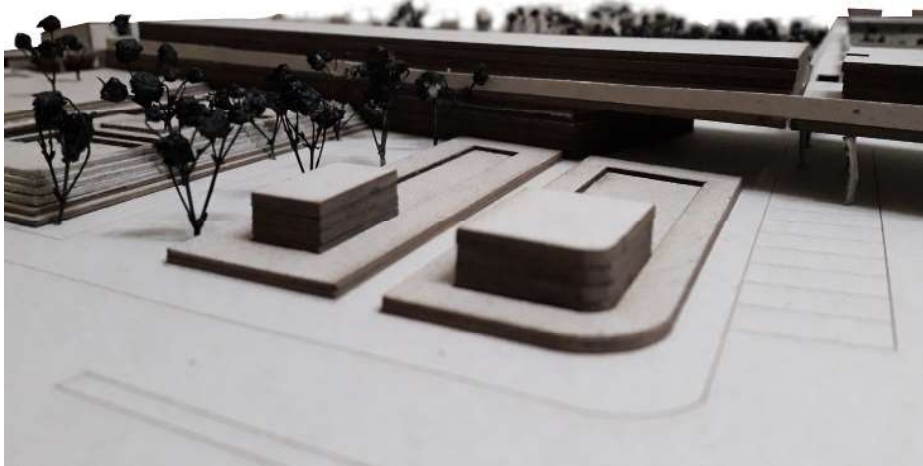
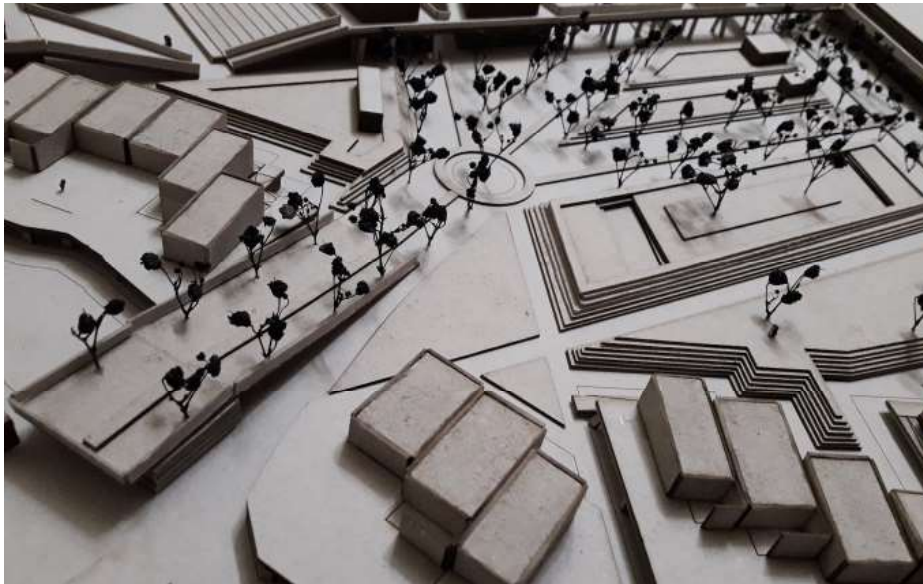


Maquete final estrutura permeável polivalente e de
estruturas palafíticas de funções piscatórias

Escala 1 : 300



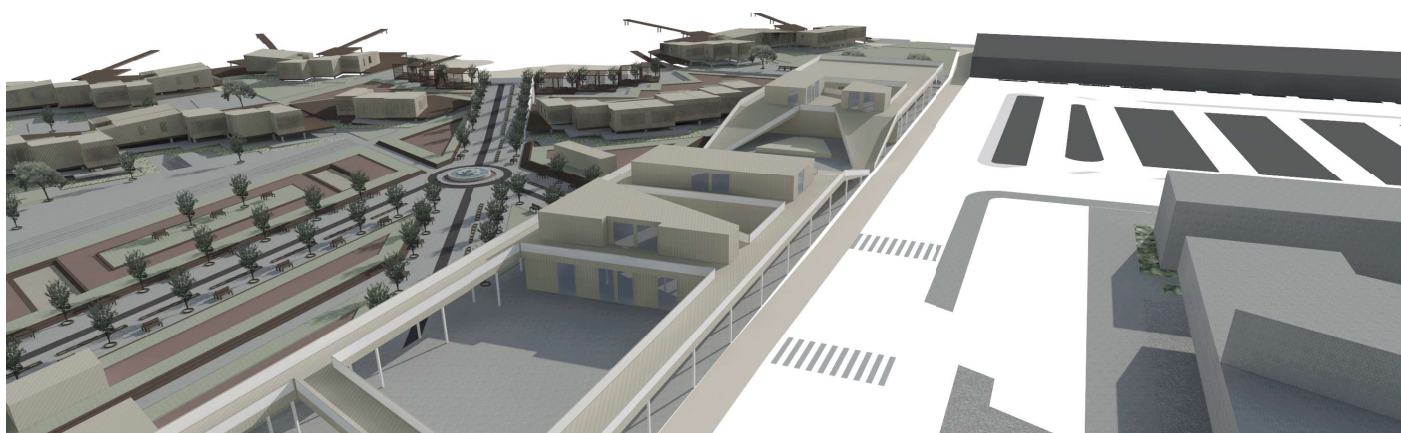
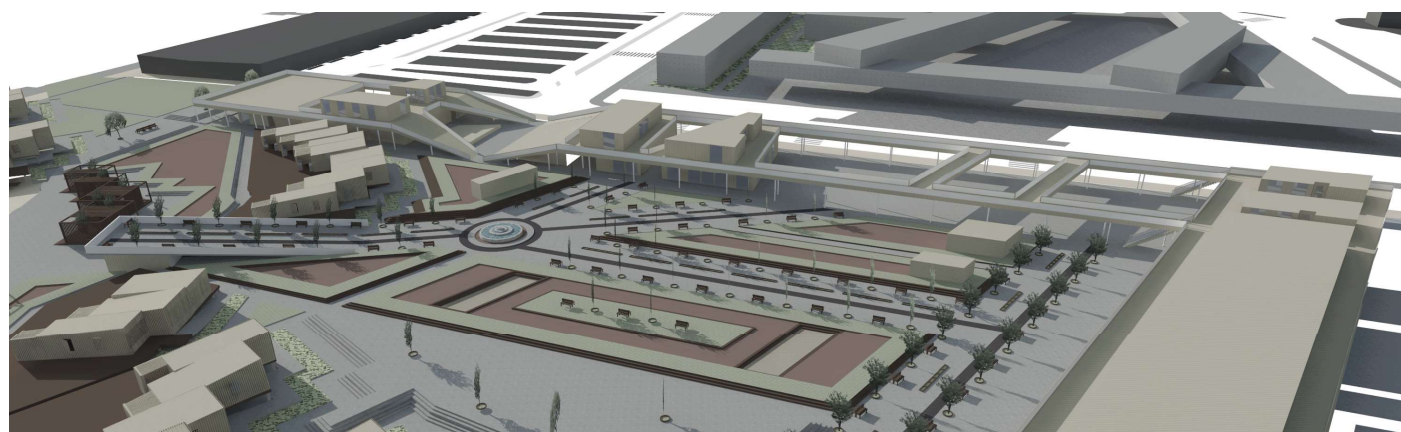
Maquete final estrutura permeável polivalente e de
estruturas palafíticas de funções piscatórias
Escala 1 : 300

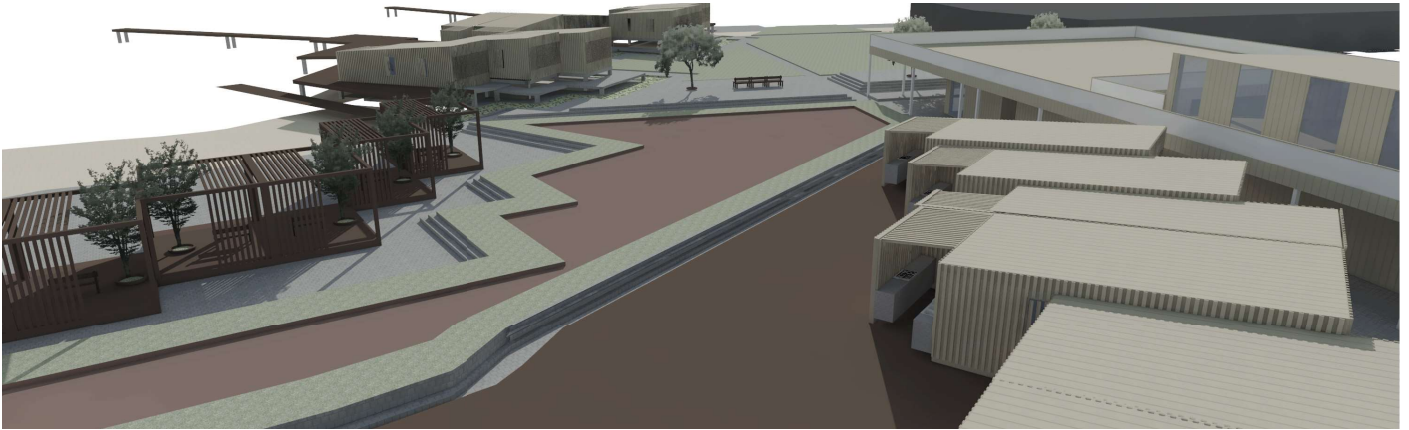


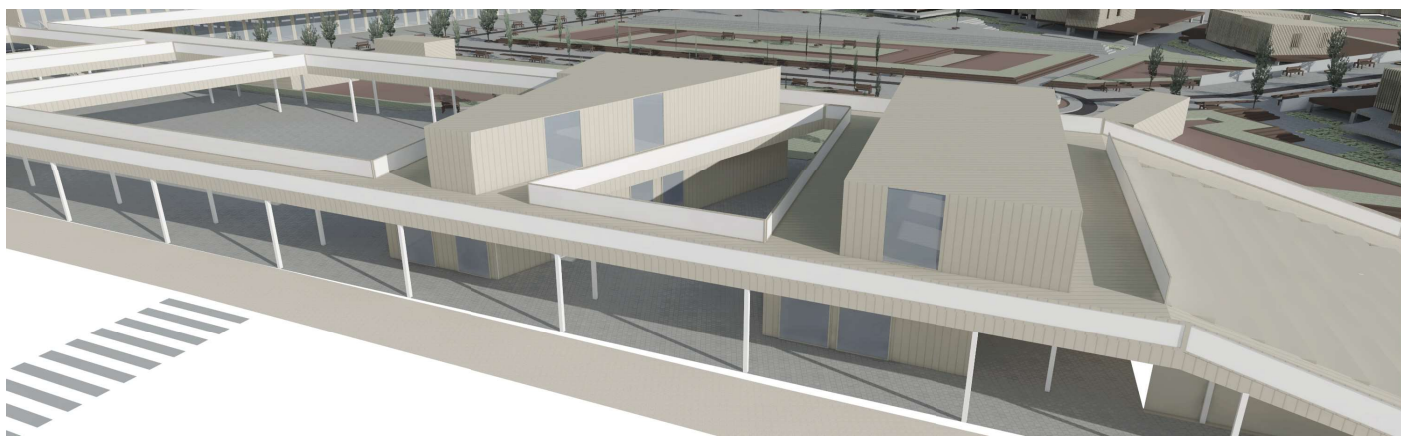
Maquete final estrutura permeável polivalente e de
estruturas palafíticas de funções piscatórias

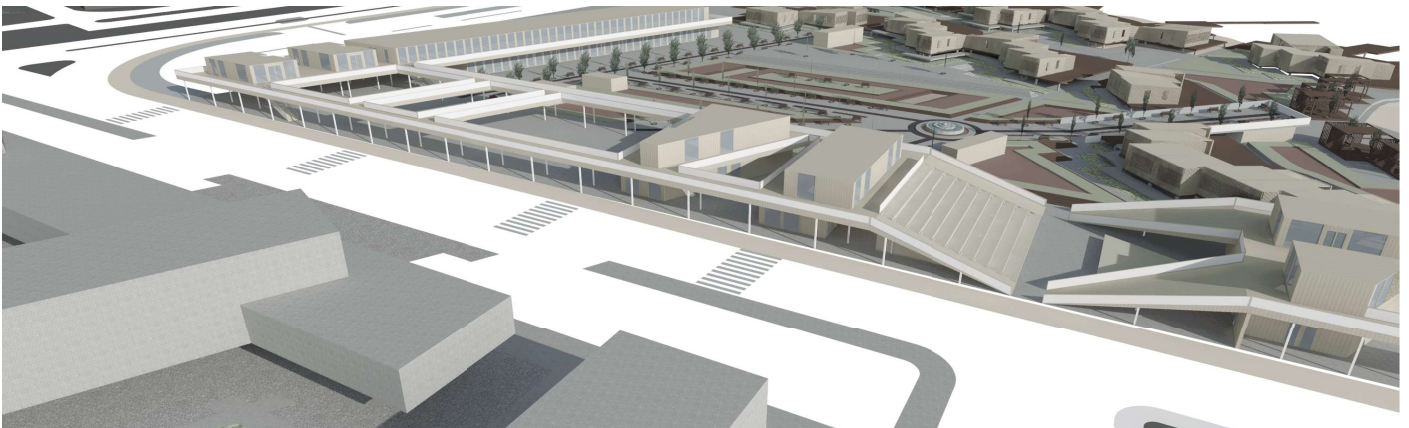
Escala 1 : 300

Modelos tridimensionais digitais









ANEXOS

PARTE IV | PAINÉIS SÍNTESE

- 01** | Proposta urbana para a cidade do Barreiro
- 02** | Quatro principais áreas de intervenção urbana
- 03** | Proposta urbana para a zona piscatória
- 04** | Planta de implantação
- 05** | Planta de cobertura
- 06** | Planta do piso térreo
- 07** | Planta do primeiro piso
- 08** | Alçados I, II e III e Cortes I, II e III
- 09** | Detalhes construtivos: *cabana do pescador*
- 10** | Detalhes construtivos: *plataforma permeável*
- 11** | Axonometria - relação do projeto com o desenho urbano, esquemas projetuais
- 12** | Perspetivas interiores e exteriores